UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

JOSÉ CARLOS ROCHA DA SILVA JÚNIOR

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO NO BRASIL POR ESTRUTURA DE CAPITAL SOB AS ÓTICAS DA FIRMA E DA SOCIEDADE.

RECIFE - PE

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

JOSÉ CARLOS ROCHA DA SILVA JÚNIOR

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO NO BRASIL POR ESTRUTURA DE CAPITAL SOB AS ÓTICAS DA FIRMA E DA SOCIEDADE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Lamartine Távora Jr.

RECIFE - PE

2008

Silva Júnior, José Carlos Rocha da
Análise da eficiência do setor bancário no Brasil por estrutura de capital sob as óticas da firma e da sociedade / José Carlos Rocha da Silva Júnior. – Recife : O Autor, 2008.
88 folhas : fig., tab. , graf. e quadros.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2008.

Inclui bibliografia, apêndice e anexo.

1. Bancos. 2. Sociedade de consumo. 3. Eficiência organizacional. 4. Capital (Economia) Rendimento. I. Título.

336.71	CDU (1997)	UFPE
336	CDD (22.ed.)	CSA2009-08

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE

JOSE CARLOS ROCHA DA SILVA JUNIOR

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o Candidato José Carlos Rocha da Silva Junior **APROVADO**.

Recife, 29/08/2008.

Prof. Dr. José Lamartine Távora Junior
Orientador

Prof. Dr. Francisco de Sousa Ramos
Examinador Interno

Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira
Examinador Externo/UFPE – Campus de Caruaru/UFPE

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

Aos meus pais porque sempre acreditaram.

À minha esposa e filhas pela compreensão, incentivo e torcida.

Ao Professor José Lamartine Távora Jr pela tolerância e orientações, fundamentais para o êxito do trabalho.

Ao Banco do Brasil SA pela valorização e apoio que dá ao aprimoramento de seus profissionais.

“ O mais alto resultado da educação é a tolerância.”

Helen Keller

RESUMO

Frente a um cenário de estabilidade econômica e abertura do Sistema Financeiro Nacional à entrada do capital estrangeiro, os bancos passaram a buscar/intensificar outras formas de rentabilização em substituição aos ganhos anteriormente proporcionados pela dinâmica inflacionária, focando principalmente a receita com intermediação financeira e as tarifas sobre serviços.

O presente estudo analisa o comportamento dos bancos de forma agregada no período de 2000 a 2006, segmentados por estrutura de capital, objetivando captar a resposta dessas instituições ao novo contexto do ponto de vista da eficiência, quando consideradas óticas distintas: os interesses da sociedade e das firmas.

Para tanto foi efetuado o cálculo e a análise da eficiência dos bancos, objetivando comparar a *performance* dos segmentos público, privado e estrangeiro, utilizando a metodologia Análise Envoltória de Dados – D.E.A.

Sob a ótica da sociedade foram eleitos como focos o ‘financiamento da economia’ e a ‘estrutura disponibilizada’. Na ótica das firmas os focos considerados foram ‘resultado’ e ‘qualidade na concessão do crédito’.

Os resultados indicaram que as decisões no nível das firmas bancárias não levaram o segmento de bancos públicos à eficiência nas relações que traduzem os interesses da sociedade. De outro modo, o resultados encontrados para os segmentos de bancos privados e estrangeiros estão aderentes aos interesses das firmas.

Ainda sobre os bancos públicos, quando o foco utilizado para análise foi a ‘qualidade na concessão do crédito’, esse segmento surpreendeu apresentando-se eficiente em vários períodos, mesmo com maior tolerância ao risco.

Adicionalmente, constatou-se que, independente da ótica ou foco utilizado, apenas os bancos de menor porte apresentaram eficiência de escala.

Palavras-chave: bancos, sociedade, eficiência técnica, estrutura de capital.

ABSTRACT

By considering the scenario of economic stability and the opening of the National Financial System to the entrance of foreign capital, the banks started to search for other forms of profitability in substitution of profits provided previously by the inflationary dynamic focusing mainly on the income with financial intermediation and the tariffs on services.

The current study analyzes the behavior of the banks in an aggregated way g the period 2000 - 20006, segmented by capital structure, with the objective of capturing the answer of those institutions to the new context, when considered distinct points of view, the society`s and the firms` interests.

To get the result, it was carried out the calculation and the analysis of the banks´ efficiency, with the objective of comparing the performance of public segments, private and foreign, using the methodology Data Envelopment Analysis(DEA).

From the society´s point of view, the 'financing of the economy' and the 'available structure' were chosen as focuses. From the firm´s point of view, the focuses were the 'result' and 'quality in the concession of credit'.

The results showed that the decisions in the level of banking firms didn´t lead the segment of public banks to the efficiency in the relations that translate the interests of the society. Otherwise, the results found for the segments of private banks were strongly related to the interests of the firms.

And also about public banks, when the focus used for the analysis was the 'quality in the concession of credit', this segment surprised by showing that it was efficient in lots of periods, even with a higher tolerance for risk.

Furthermore, it was observed that, regardless of the point of view or focus used, only the smaller banks showed scale efficiency.

Key words - banks, society, technical efficiency, capital structure

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **11**

1.1. Objetivos 13

1.2. Estrutura da Dissertação 15

2. O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO – HISTÓRICO RECENTE **17**

3. FRONTEIRAS DE PRODUÇÃO E EFICIÊNCIA PRODUTIVA **26**

3.1. Fronteiras de Produção 26

3.2. Rendimentos e Retornos de Escala 27

3.3. Eficiência Produtiva 28

3.3.1. Eficiência Bancária 29

4. CONCEITOS BÁSICOS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MÉTODO ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS – D.E.A. **33**

4.1. Equações Matemáticas dos Modelos CCR e BCC 37

5. UMA APLICAÇÃO AO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO **42**

5.1. Segmentação Por Estrutura de Capital e as Óticas de Análise 42

5.2. Metodologia 43

5.2.1. Tipo de Pesquisa 43

5.2.2. Abordagem do Setor Bancário: Intermediação Financeira e Produção 44

5.2.3. Período Analisado e Seleção de DMU's 45

5.2.4. *Inputs* e *Outputs* 47

5.2.5. Apresentação e Tratamento dos Dados 51

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS 55

6.1. Ótica da Sociedade com Foco no Financiamento da Economia 55

6.2. Ótica da Sociedade com Foco na Disponibilização de Estrutura 57

6.3. Ótica das Firmas com Foco na Obtenção de Resultado 60

6.4. Ótica das Firmas com Foco na Qualidade do Crédito 61

6.5. Eficiência de Escala 63

7. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES 66

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 71

ANEXOS 75

LISTA DE QUADROS

Quadro 5.1 – Participação das DMU's no Total do Segmento Bancário 45
Quadro 5.2 – Bancos Selecionados por Período 47
Quadro 5.3 – Ótica da Sociedade e das Firmas 50
Quadro 6.1.a – Eficiência de Escala – Ótica da Sociedade Foco Financiamento da Economia 64
Quadro 6.1.b – Eficiência de Escala – Ótica da Sociedade Foco Disponibilização de Estrutura 64
Quadro 6.1.c – Eficiência de Escala – Ótica das Firmas Foco Obtenção de Resultado 64
Quadro 6.1.d – Eficiência de Escala – Ótica das Firmas Foco Qualidade de Crédito 64

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 – Participação nos Depósitos Totais 52
Tabela 5.2 – Participação no Total de Agências 52
Tabela 5.3 – Total de Crédito Concedido 53
Tabela 6.1 – Percentual dos Ativos Destinado à Aplicação em TVM 57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1 – CCR – Ótica da Sociedade – Foco Financiamento da Economia 56
Gráfico 6.2 – BCC – Ótica da Sociedade – Foco Financiamento da Economia 56
Gráfico 6.3 – CCR – Ótica da Sociedade – Foco Disponibilização de Estrutura 58
Gráfico 6.4 – BCC – Ótica da Sociedade – Foco Disponibilização da Estrutura 59
Gráfico 6.5 – CCR – Ótica das Firmas – Foco Obtenção de Resultado 60
Gráfico 6.6 – BCC – Ótica das Firmas – Foco Obtenção de Resultado 61
Gráfico 6.7 – CCR – Ótica das Firmas – Foco Qualidade do Crédito 62
Gráfico 6.8 – BCC – Ótica das Firmas – Foco Qualidade do Crédito 63

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 – Função Produção 27
Figura 4.1 – Fronteira de Eficiência 33
Figura 4.2 – Fronteiras dos Modelos CCR e BCC 36

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 3.1 – Função Produção 26

Equação 4.1 – Eficiência para Retornos Constantes de Escala 36
Equação 4.2 – Eficiência para Retornos Variáveis de Escala 36
Equação 4.3 – Eficiência de Escala 37
Equação 4.4 a 4.6 – Modelo CCR 38
Equação 4.7 a 4.10 – CCR Orientado a Input 39
Equação 4.11 a 4.14 – CCR Orientado a Output 40
Equação 4.14 a 4.17 – Modelo BCC 41

1. INTRODUÇÃO

Pesquisas recentes mostraram que uma razão importante para muitos países em desenvolvimento experimentarem taxas de crescimento muito baixas é que seus sistemas financeiros são subdesenvolvidos - uma situação chamada de repressão financeira (Mishkin, 1998).

Levine e Zervos (1998) mostraram que um desenvolvimento financeiro mais alto implica maior crescimento subseqüente do PIB, comprovando que o desenvolvimento financeiro de fato causa crescimento econômico (Relatório BID, 2006).

Nesse processo a principal atividade intrínseca ao sistema financeiro é a intermediação financeira.

Na visão de Silva e Porto Jr (2006), “percebe-se que o mundo real é caracterizado pela presença de assimetria de informação e poder de mercado, o que dificulta a alocação eficiente dos recursos financeiros, caso não haja um intermediário financeiro entre poupador e investidor”. Os autores ainda listam as seguintes funções do sistema financeiro, “que lhe conferem a capacidade para promover a eficiência alocativa dos recursos financeiros”: a) mobilização de recursos, b) alocação dos recursos no espaço e no tempo, c) administração do risco, d) seleção e monitoração de empresas, e e) produção e divulgação de informação.

Matos (2002), no estudo “Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Econômico no Brasil: Evidências de Causalidade” mostra que o crédito bancário e o produto interno bruto (PIB) *per capita* estão fortemente relacionados.

Dessa forma, os bancos enquanto peças fundamentais na alocação de capital, apresentam-se importantes no estímulo ao desenvolvimento econômico.

Notadamente na América latina, o papel dos bancos é preponderante e os legitimam como representantes do sistema financeiro, sendo, comumente, objeto dos estudos dos pesquisadores. Isto porque não se desenvolveram mercados de capitais fortes na região, cabendo aos bancos a responsabilidade de identificar projetos de investimento seguros e lucrativos que precisem de capital e de fornecer a eles esse capital. Se os bancos não forem eficientes na alocação de capital, projetos lucrativos deixam de ser realizados e o crescimento econômico pode ser prejudicado, em última análise.

Especificamente no Brasil, o mercado de capitais tem evoluído significativamente nos últimos anos, mas ainda apresenta-se incipiente dentro de todo o contexto do sistema financeiro, permanecendo os bancos como as principais fontes de recursos para firmas não financeiras e para o consumo.

No setor bancário brasileiro, os últimos dez anos foram de grandes alterações e ajustes.

Desde 1994 com o Plano Real, passando pela maior abertura ao comércio internacional de serviços financeiros traduzido na presença de bancos estrangeiros no mercado nacional a partir de 1995 e a mudança da política cambial em 1999, o sistema bancário passou por diversas e significativas alterações.

Os bancos domésticos, públicos e privados, tiveram que aprender e implementar novas estratégias para sobreviver e manter ganhos desejáveis numa economia sem os resultados proporcionados pela lógica inflacionária, com novas formas de concorrência internacional, além de uma participação estatal reduzida em termos de quantidade de agentes financeiros.

Como não podia deixar de ser, dentro desse cenário o estudo dessas organizações tem sido objeto de diversos trabalhos por parte de pesquisadores ávidos em entender os fenômenos em andamento e suas implicações, particularmente no que diz respeito à eficiência nesse mercado.

Que bancos se mostram mais eficientes? Os benefícios sugeridos em teoria aconteceram com a chegada dos bancos estrangeiros? O que aconteceu com o setor nesse cenário de estabilização da moeda? Estas são algumas das inúmeras questões que tem estimulado os estudos desse complexo setor da economia.

Os estudos nessa área são de interesse da sociedade em geral, que através dos órgãos reguladores podem diagnosticar e decidir sobre riscos sistêmicos ou perceber a evolução da redução de custos repassados à sociedade pelo segmento bancário, uma vez que se espera menores custos quando mais eficientes. De outro modo as firmas e seus executivos também têm interesse e avaliar a *performance* da concorrência e em mercados diferentes, vislumbrando decisões estratégicas e táticas de posicionamento e estrutura das empresas que venham a mantê-las competitivas.

O trabalho ora proposto vem colaborar nessa busca do entendimento do mercado bancário no Brasil, analisando seu comportamento considerando os interesses das firmas e da sociedade.

Os ajustes ocorridos no segmento nos permitem agora agrupar com precisão, e em conformidade com a ótica do Banco Central, os bancos segundo sua estrutura de capital e estudar enfoques do comportamento desses segmentos, possibilitando enxergá-los enquanto bancos públicos, privados e estrangeiros.

1.1. Objetivos

Este trabalho tem como objetivo analisar a eficiência do setor bancário no Brasil segmentado por estrutura de capital, avaliando os segmentos público, privado e estrangeiro de forma agregada considerando o ponto de vista das firmas bancárias e o ponto de vista da sociedade.

Não bastasse as informações relativas ao desempenho dos bancos públicos, privados e estrangeiros que serão extraídos do estudo, a análise proposta interessa aos gestores públicos na medida em que sinaliza o atendimento aos interesses da sociedade por parte dos segmentos estudados, proporcionando também um *feedback* sobre a aderência dos bancos públicos aos objetivos governamentais quando comparados a bancos de outros segmentos. Aos executivos do setor bancário também interessa o tema, na medida em que proporciona avaliações quanto à *performance* dos segmentos estudados, possibilitando incorporar a ótica da sociedade como subsídio na formulação de estratégias futuras.

Freixas e Rochet (1997) apresentam quatro funções do mercado financeiro na economia: permitir o acesso a um sistema de pagamentos, transformar os recursos financeiros, gerenciar riscos e processar informação e monitorar tomadores de empréstimos.

Exercer as funções de intermediador financeiro e prestador de serviços são as atividades do segmento bancário da economia consideradas preponderantes nesta dissertação.

Sendo assim, foram escolhidos produtos do setor bancário que interessam de maneira acentuada a cada um dos pontos de vista citados e utilizada a técnica Análise Envoltória de Dados (do inglês *Data Envelopment Analysis*) – DEA, para estimar a eficiência dos segmentos estudados.

A técnica escolhida, estima a eficiência utilizando-se da construção de uma fronteira de eficiência delineada pelos pontos de operação das firmas consideradas eficientes, e tem sido bastante utilizada em substituição a metodologias mais tradicionais, como por exemplo, a comparação de índices calculados a partir de dados extraídos de peças contábeis.

Casu e Molyneux (2002), afirmam que não existe ainda um consenso quanto ao melhor método para medição da fronteira eficiente. Tabak (2005) entretanto, diz que "é perceptível a preferência dada à aplicabilidade dos modelos DEA, considerando a larga aplicação desse modelo concentrada em diversos estudos publicados até o momento".

Explica ainda que os modelos DEA apresentam enorme vantagem na simplicidade de sua aplicação, porque tais modelos não exigem que sejam previamente assumidas premissas a respeito de distribuições matemáticas de probabilidades e que os inputs e outputs não precisam ser mensurados na mesma unidade de medida, o que caracteriza um diferencial de facilidade em sua aplicação.

Sobre a utilização das informações geradas a partir da análise da fronteira de eficiência, Regis (2001) sugere três propósitos:

1) fornecer informação aos agentes reguladores acerca dos efeitos da desregulamentação e reorganização do setor (fusões, cisões e incorporações), bem como acerca da forma pela qual a estrutura de mercado influencia a eficiência do mesmo, já que um mercado competitivo e com menos regulação é, em princípio, mais eficiente;

2) direcionar as pesquisas por meio da descrição da eficiência da indústria, do ranking das firmas , ou da verificação de como a medida de eficiência pode estar relacionada às diferentes técnicas empregadas; e

3) melhorar a performance gerencial, discriminando as melhores/piores práticas associadas com o alto/baixo nível de eficiência.

Diversos estudos já foram desenvolvidos com esta metodologia, utilizando como apoio no cálculo da eficiência o *software Frontier Analyst*, também utilizado na presente trabalho. O foco desta dissertação, então, não está na validação da metodologia DEA para cálculo da eficiência, mas sim no comportamento das instituições financeiras face a nova realidade econômica em que estão inseridas.

O período estudado vai do ano 2000 a 2006, sempre utilizando dados acumulados nas demostrações financeiras de dezembro das instituições escolhidas para a análise, possibilitando observar a evolução do comportamento das mesmas no decorrer do período.

1.2. Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos.

Neste primeiro capítulo temos a introdução, onde também é explicitado o objetivo do trabalho desenvolvido e explicada a estrutura do documento.

O capítulo dois traz uma síntese do histórico recente do mercado bancário brasileiro, retratando os principais movimentos e o contexto em que ocorreram. A intensificação da participação do Brasil no comércio internacional de serviços financeiros materializada com a abertura à entrada de bancos estrangeiros no mercado nacional também foi objeto deste capítulo, apontando as características desse processo e as estratégias adotadas pelo governo brasileiro.

No terceiro capítulo foi apresentado o suporte teórico ao estudo proposto. O capítulo quatro completa o arcabouço teórico evidenciando o método da Análise Envoltória de Dados.

A aplicação da análise de eficiência ao setor bancário brasileiro é o objeto do capítulo cinco. Nesse capítulo consta a abordagem adotada para o problema pesquisado, justificativas e seleção e tratamento dos dados.

A apresentação e análise dos resultados encontram-se no capítulo seis, e no capítulo sete são apresentadas as conclusões e recomendações extraídas da dissertação.

Além dos capítulos citados o trabalho agrega a bibliografia consultada para realização dos estudos e anexos com dados tratados.

2. O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO – HISTÓRICO RECENTE

Na história recente do Sistema Financeiro Nacional, podemos considerar que três movimentos originários da política econômica do governo brasileiro pautaram as principais modificações no setor financeiro nacional com impacto inquestionável sobre o setor bancário brasileiro: primeiramente o Plano Real em 1994, iniciando o controle do processo inflacionário; posteriormente o incremento no processo de liberalização do comércio internacional de serviços financeiros, notadamente com a abertura à entrada de bancos com capital estrangeiro a partir de 1995; e finalmente em 1999 a mudança na política cambial, passando o mercado a conviver com o câmbio flutuante.

Do ponto de vista da estrutura e tamanho do segmento bancário, a estabilização da moeda e abertura à entrada do capital estrangeiro foram os acontecimentos que impactaram mais fortemente, cabendo pontuá-los.

Antes, porém, é preciso registrar que os acontecimentos citados foram precedidos de um movimento a nível internacional, conhecido como Acordo de Basiléia I que teve impactos diretos na oferta de crédito pelos bancos.

Elaborado em 1988 pelo Comitê de Supervisão de Bancária, constituído pelas autoridades de supervisão bancária e bancos centrais dos países do G10[1], tinha como preocupação central a minimização do risco sistêmico a que se submetia o Sistema Financeiro Internacional, a partir do nível de exposição dos bancos em uma economia globalizada. Nesse acordo, visava-se prioritariamente o estabelecimento de metodologia para mensuração de risco de crédito, o que acarretou na exigência de capital mínimo por parte do sistema financeiro para suportar os riscos incorridos em operações bancárias. O índice mínimo requerido pelo acordo aos bancos era de 8%. No Brasil, entretanto, as autoridades financeiras exigiram de forma mais conservadora o índice de 11% na relação entre o capital próprio de um banco e seus ativos ponderados pelo seus respectivos riscos.

Blum e Nakane (2005) estudaram o impacto do requerimento de capital na oferta de crédito e encontraram uma relação positiva entre o índice de Basiléia e a oferta de crédito,

evidenciando a importância da regulamentação de capital na decisão de oferta de crédito dos bancos.

Em 2004 um novo acordo foi editado pelo Comitê de Supervisão Bancária, conhecido por Basiléia II. Mais sofisticado e completo, este acordo propõe mais flexibilidade para a exigência de capital e um enfoque mais abrangente com relação à supervisão bancária, estimulando ainda uma maior transparência na divulgação de informações ao mercado.

Três foram as premissas adotadas pelo Basiléia II:

- Pilar I – fortalecimento da estrutura de capitais das instituições;
- Pilar II – estímulo à adoção das melhores práticas de gestão de riscos; e
- Pilar III – redução da assimetria de informação e favorecimento da disciplina de mercado.

A exigibilidade de capital sugerida pelo Acordo de Basiléia constituiu-se ingrediente importante no contexto em que o Brasil controlou o processo inflacionário e admitiu a entrada de capital estrangeiro no mercado financeiro doméstico.

A estabilização da moeda trouxe uma nova realidade na capacidade e na forma de geração de receita pelos bancos, anteriormente mergulhados nos ganhos proporcionados pelas operações de tesouraria, auferindo bons lucros independentemente das necessidades inerentes à economia real.

Algumas das mais importantes mudanças ocorridas no mercado bancário e em suas atividades citamos abaixo (Modenesi, 2007):

a) Expressiva ampliação das operações de crédito e das tarifas bancárias, objetivando compensar a perda de receitas obtidas com o processo inflacionário (*floating*) – passados oito meses do Plano Real o volume de crédito havia crescido em torno de 44%;

[1] G10 em 1974, quando foi criado o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia com sede na cidade suíça de Basiléia, era formado por Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

b) Posteriormente, com a crise do México, a taxa básica de juros foi elevada a exorbitantes 65% (dezembro de 1994) com conseqüente contração do crédito e ampliação da inadimplência, sinalizando possível crise no setor;

c) A fragilidade do setor frente à nova realidade econômica e a suscetibilidade a crises externas foram algumas das razões para criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e do Programa de Incentivo para a Reestruturação do Sistema Financeiro Estatal (Proes) pela área econômica do governo brasileiro;

d) O Proer entre novembro de 1995 e abril de 1997, viabilizou processos de fusões e aquisições envolvendo sete bancos;

e) Com o Proes entre 1996 e 2002 foi promovida a privatização de seis bancos estatais pelos governos estaduais e seis bancos estatais pelo governo federal, a liquidação de dez bancos, a transformação de dezesseis instituições financeiras em agências de fomento e a reestruturação de cinco bancos mantidos sob o controle estatal; e

f) Estruturalmente, o setor teve uma redução do número de bancos operando no Brasil de 246 para 164 no período de 1994 a 2003 em virtude principalmente desses três fatores: a adoção do Proer; a adoção do Proes; e o surgimento de um novo padrão de concorrência no sistema bancário em resposta à estabilização dos preços e aos processos de liberalização e abertura financeira (entrada de bancos estrangeiros no mercado financeiro nacional).

Quanto ao processo de entrada de instituições financeiras estrangeiras no Sistema Financeiro Nacional, cabe contextualizar e caracterizar o comércio internacional de serviços financeiros, explicitando a estratégia brasileira e como se deu o incremento na liberalização.

No comércio internacional de serviços (comércio que não envolve bens tangíveis), cabe atenção especial aos serviços financeiros em razão do seu impacto na economia interna dos países. Do consumidor individual aos agentes do mercado financeiro, todos têm suas atividades impactadas num processo de liberalização dos serviços financeiros.

A existência de mercado (a relação dinâmica de oferta e demanda de serviços financeiros) é indiscutível. As negociações de ações, seguros, resseguros, crédito bancário de longo prazo e planos de previdência têm sido cada vez mais intensas e volumosas.

Em 1977, o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (General Agreement on Trade in Service) – GATS, procurou estabelecer uma estrutura normativa mínima para o comércio internacional de serviços, compatível com a necessidade dos diferentes países de preservarem sua regulamentação interna.

Posteriormente, em alguns dos mercados mais desenvolvidos, ocorreu um intenso processo de expansão do comércio de serviços financeiros, ancorado em um amplo ciclo de crescimento dos investimentos e sua internacionalização, via aquisições e fusões de grandes empresas, impulsionados também pelo processo de privatizações nos países europeus.

Esse movimento de expansão financeira foi potencializado pelos avanços tecnológicos da informática e das telecomunicações o que permitiu a intercomunicabilidade entre diferentes mercados.

O artigo I do GATS define o comércio de serviços em termos de quatro ‘modos de prestação`. Os fornecedores de serviços financeiros que pretendem ingressar em mercados externos podem fazê-lo mediante o ´comércio transfronteiriço`, o ´consumo no exterior`, o estabelecimento de ´presença comercial` no país em questão ou mediante a ´venda de serviços financeiros no exterior por pessoas físicas`.

No ´comércio transfronteiriço` não há deslocamento nem do fornecedor nem do consumidor (exemplo: um brasileiro compra ações de uma empresa no exterior sem sair do Brasil); no modo ´consumo no exterior´ existe o deslocamento do consumidor (exemplo: um brasileiro viaja até os EUA onde adquire quotas de um fundo de investimento); já no estabelecimento de ´presença comercial` existe o deslocamento do fornecedor pessoa jurídica (exemplo: bancos estrangeiros presentes no Brasil); e finalmente a ´venda de serviços financeiros no exterior por pessoas físicas` que engloba o deslocamento de pessoa física para fornecimento do serviço financeiro (exemplo: atuação de um analista de mercado americano no Brasil).

Outro conceito relevante instituído pelo Acordo foi o da não-discriminação, com o uso de três princípios centrais: nação mais favorecida, acesso a mercado e tratamento nacional.

O princípio de nação mais favorecida estabelece que cada Membro deve conceder aos ‘serviços e prestadores de serviços de qualquer outro Membro, tratamento não menos

favorável do que aquele concedido a serviços e prestadores de serviços similares de qualquer outro país'.

Quanto ao acesso a mercado, define seis restrições que não poderão ser estabelecidas, a menos que a lista de compromissos do país determine o contrário. As medidas são:

a) limitação sobre o número de prestadores de serviços;

b) imitação sobre o valor total dos ativos ou das transações de serviços;

c) limitação sobre o número total de operações de serviços ou quantidade total de serviços produzidos;

d) limitações sobre o número total de pessoas físicas que possam ser empregadas;

e) medidas que exijam ou restrinjam tipos específicos de pessoas jurídica ou de joint ventures; e

f) limitações sobre a participação do capital estrangeiro.

Já no que diz respeito a tratamento nacional é definido como ´tratamento não menos favorável do que aquele que dispensa a seus próprios serviços similares e prestadores de serviços similares`. Isto é, assegura a não-discriminação entre os países signatários nacionais e estrangeiros.

Como nem todos os países aceitaram amplamente esses princípios, o GATS contempla isenções, determinando apenas que sejam listadas num anexo específico. Os compromissos de cada país em relação às atividades de serviços financeiros estão estabelecidos de acordo com as disposições do Anexo sobre Serviços Financeiros do GATS.

No caso do Brasil, os compromissos específicos assumidos pelo governo brasileiro e ratificados pelo Congresso Nacional no V Protocolo sobre Serviços Financeiros do GATS (1977) asseguram um grau de liberalização equivalente às condições existentes no mercado financeiro doméstico.

A liberalização do comércio de serviços financeiros, e por conseqüência a abertura da conta de capital do Brasil traz grandes preocupações dadas às fragilidades de ordem macroeconômica com as quais o país convive, principalmente no que diz respeito ao

equilíbrio do Balanço de Pagamentos (este sensivelmente recuperado nos últimos anos devido principalmente aos resultados positivos e crescentes da balança comercial), e a relação ‘dívida interna x PIB’.

Parece haver dois pontos consensuais entre os economistas quanto ao processo de liberalização do comércio de serviços financeiros pelo Brasil:

1. a abertura da conta capital só deve ocorrer após a estabilização estrutural da conta-corrente, mediante sólida abertura comercial; e

2. é absolutamente relevante a manutenção de um arcabouço regulatório adequado para monitorar todas as operações de câmbio, para tentar conter a vulnerabilidade externa e a fuga de capitais.

Ou seja, dado o grau de abertura financeira em termos de fluxos de capitais já apresentada no país, é necessário manter e aperfeiçoar o marco regulatório e todos os mecanismos de monitoramento dos fluxos com o exterior para minimizar os riscos de uma crise financeira do setor público e do setor privado, enquanto não se reduzir a vulnerabilidade externa. Liberalizar ainda mais a conta capital e a adoção da livre conversibilidade da moeda, por exemplo, seriam medidas extremamente temerárias.

Tais preocupações tem reflexos na opção do governo brasileiro por listas positivas nas negociações amparadas pelo GATS.

No GATS, a metodologia adotada para negociação dos segmentos que os países queiram liberalizar e as condições para tal liberalização, pode se dar através de listas negativas ou listas positivas.

A lista negativa exige que os países conheçam seus regimes regulatórios e tenham a capacidade de discernir os setores que necessitam proteger, por objetivos de política nacional, e os que podem submeter ao processo de liberalização. Listar negativamente significa enumerar todos os setores ou subsetores isentos de qualquer obrigação de abertura, estando todos os demais, por conseqüência, livres ao comércio internacional.

No caso da lista positiva, o país discrimina setores ou subsetores sujeitos à liberalização durante a negociação de acesso a mercado. Dessa forma não estaria prevista uma

abertura total dos mercados de serviços, mas sim regras flexíveis para os países acomodarem questões setoriais específicas.

A opção por listar positivamente os setores passíveis de negociações de liberalização do comércio financeiro dá ao Brasil controle sobre o processo, o que é fundamental se consideradas as restrições macroeconômicas com as quais ainda convive.

A partir de 1994, com o controle do processo inflacionário, constatou-se um significativo incremento do fluxo de capitais privados para o Brasil. Aliado a esse movimento (observado em várias economias emergentes), houve uma expressiva abertura e liberalização do mercado financeiro no modo ‘presença comercial’.

Tal liberalização não foi fruto de qualquer pressão sofrida em negociações de acordos de comércio internacional. Foi resultado das próprias iniciativas do governo brasileiro, associadas com a expansão transacional das instituições financeiras.

Na área bancária, ao mesmo tempo em que ocorreu um profundo processo de reestruturação interna frente a um novo cenário de estabilização econômica, instituições estrangeiras tiveram acesso ao mercado brasileiro comprando entidades financeiras de grande porte e valor de mercado e aproveitando o contexto de privatizações existente à época.

A mobilidade de capital e a poupança financeira doméstica tiveram grande aumento na década de 90 com o incremento da presença do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, ainda que o Brasil não tenha optado por uma livre conversibilidade da moeda.

Na prática, não há mais barreiras à saída de capitais do país, o que é fundamental do ponto de vista da credibilidade do sistema por parte de investidores estrangeiros.

Isso tudo, mais do que o resultado de negociações internacionais, respondeu às necessidades de atração de capital pela na economia brasileira.

Contudo, uma nova etapa de abertura financeira traz preocupações, principalmente sob outras formas de prestação de serviços, notadamente a possibilidade de uma competição direta com ofertas de transações via internet, com um custo sensivelmente reduzido.

A análise do mercado bancário frente à liberalização do comércio de serviços financeiros pode ser elaborada sob dois enfoques: os avanços das entidades brasileiras sobre os mercados externos e a participação dos bancos estrangeiros no mercado doméstico.

A abordagem dos mercados financeiros externos pelos bancos brasileiros mostra-se bastante tímida.

Bancos importantes no mercado financeiro nacional como o Itaú, o Bradesco e o Unibanco demonstram grande interesse em seguir seus clientes no exterior e estão se posicionando para isso. Se preocupam em oferecer uma série de produtos financeiros ao setor produtivo nos principais países em que seus clientes desenvolvem negócios, bem como para as empresas que atuam no comércio internacional de bens. Esta única motivação significativa, entretanto, não tem sido suficiente para uma presença mais contundente no mercado financeiro internacional.

De outro modo a Resolução 2.815 do Conselho Monetário Nacional, flexibilizou o entendimento da proibição constitucional existente em relação à instalação de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior, tornando possível tal procedimento para instituições nacionais com participação ou controle estrangeiros, abolindo a necessidade de autorização via decreto presidencial.

No caso de serviços bancários, apenas o aumento do acesso estrangeiro por meio de presença comercial no país, via investimento direto no sistema financeiro, foi permitida. Dada as dificuldades com o balanço de pagamentos, manteve-se as restrições quase totais aos serviços transfronteiriços.

A preferência dos bancos estrangeiros no mercado doméstico foi pela formação de bancos múltiplos e com o controle do capital votante. Em janeiro de 2001 havia 82 bancos estrangeiros no país, sendo que 53 eram classificados como Banco Múltiplo Nacional com Controle Estrangeiro.

As privatizações de instituições financeiras públicas no Brasil (incluídas aí as Caixas Estaduais, mas excluídos o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES) alavancaram a expansão dos bancos estrangeiros.

A participação dos bancos privados nacionais no total de ativos do sistema recuou de 39,2% para 35,2%; a participação dos bancos públicos diminuiu de 21,9% para 5,6%; tudo entre 1995 e 2000. A despeito dessa queda, em virtude da forte presença do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, o papel das instituições públicas no setor bancário, especialmente no volume de negócios, permaneceu relevante - 31% do total de ativos (MB Associados, 2002).

Neste processo, no que diz respeito ao sistema bancário, as preocupações essenciais estariam na questão da segurança e solidez do sistema financeiro. Já do ponto de vista operacional, aparentemente não existem dúvidas quanto a capacidade dos bancos múltiplos nacionais enfrentarem a liberalização do comércio de serviços financeiros.

A partir de 2001, as negociações passaram da fase de definição de diretrizes para a efetiva negociação de acessos a mercados. Por ocasião da rodada de Doha, países como Estados Unidos, Japão e a União Européia pediram compromissos de liberalização adicional ao Brasil, inclusive se referindo ao comércio sem obrigatoriedade da presença comercial (comércio eletrônico de serviços financeiros), sinalizando a importância do tema para os países desenvolvidos e o valor que dão à adesão cada vez maior do Brasil ao sistema.

Dessa forma, o futuro sinaliza para um crescimento no comércio internacional de serviços financeiros, o que remete as instituições financeiras instaladas no país a uma preocupação constante com sua eficiência e capacidade de gerar receitas, visto que a concorrência se tornará cada vez mais internacional.

O próximo capitulo abordará a teoria que suporta os estudos sobre eficiência no mercado bancário e apresenta algumas das principais pesquisas desenvolvidas na área.

3. FRONTEIRAS DE PRODUÇÃO E EFICIÊNCIA PRODUTIVA

3.1. Fronteiras de Produção

O processo de produção de uma empresa pode ser explicado como a transformação de insumos em produtos.

Essa transformação é retratada matematicamente na função de produção da firma, que traduz as várias técnicas utilizadas no processo que transforma fatores de produção (*input*) em bens e/ou serviços acabados/ofertados (*output*).

Do mesmo modo, a função produção (Equação 3.1) retrata a quantidade máxima de produto que a empresa é capaz de produzir, dada uma quantidade de insumos, e pode ser representada da seguinte forma, se considerarmos, por exemplo, dois insumos:

$$Q = f(x_1, x_2) \qquad (3.1)$$

Onde x_1 e x_2 representam insumos/recursos utilizados para produção Q.

O conjunto de produtos que podem ser produzidos dados os insumos disponíveis constituem o conjunto de produção, cuja fronteira de produção indica a quantidade máxima que pode ser obtida e é descrita através da função produção (Besanko & Braeutgam, 2002).

Abaixo apresentamos o gráfico que exemplifica uma curva representativa da função produção, considerando um insumo (por exemplo homens-hora/dia) e um produto (por exemplo chips/dia) - Figura 3.1.

O gráfico mostra também três regiões distintas quanto aos retornos à escala: a) rendimentos marginais crescentes; b) rendimentos marginais decrescentes; e c) retornos totais decrescentes.

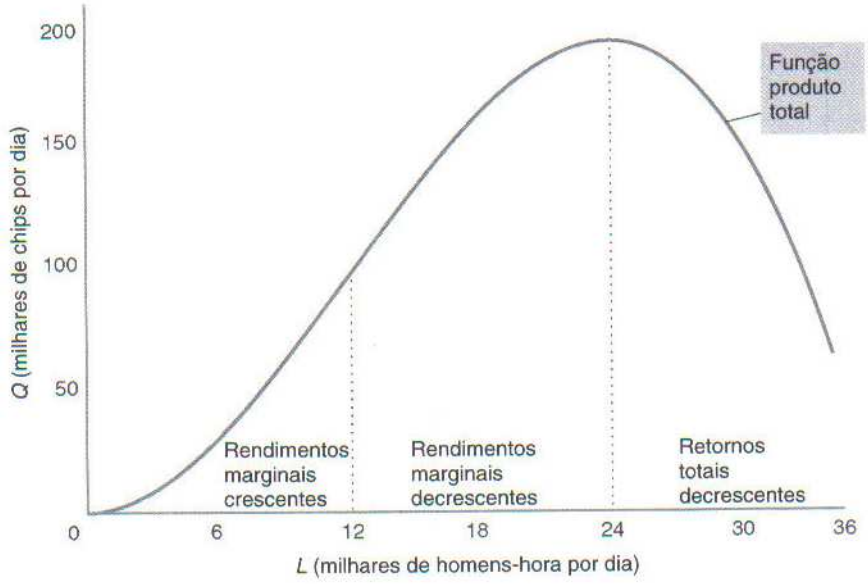


Figura 3.1 - Função Produção.

Fonte: Besanko & Braeutigam, 2006.

3.2 Rendimentos ou Retornos de Escala

O comportamento do resultado obtido em virtude de variações na utilização dos insumos é chamado de Rendimentos ou Retornos de Escala.

Os resultados obtidos podem ser classificados de três maneiras na resposta às variações ocorridas:

1. Rendimentos Constantes de Escala – ocorre quando a variação obtida no resultado (quantidade do produto) é proporcional a variação apresentada nos insumos. Neste caso a produtividade da empresa independe do seu tamanho;

2. Rendimentos Crescentes de Escala – ocorre se a variação obtida no produto se apresentar mais do que proporcional a variação imposta aos insumos. Neste caso a decisão de aumentar a empresa é racional e provoca ganhos maiores; e

3. Rendimentos Decrescentes de Escala – ocorre quando a quantidade produzida é menor do que proporcional às alterações nos insumos alocados para produção.

3.3. Eficiência Produtiva

A mensuração da eficiência com a metodologia utilizada compara o que foi produzido, dado os recursos disponíveis, com o que poderia ter sido produzido com os mesmos recursos (Soares de Mello, 2005), ou, de outra forma, quando se define a eficiência de um processo ou unidade, existe um outro processo ou unidade que se tem como referência (100% eficiente), donde se tem a eficiência tratada como um conceito relativo.

Mais especificamente para uma firma eficiente não há a possibilidade de produzir mais usando a mesma quantidade de insumos (abordagem produto-orientada) ou de reduzir a quantidade de insumos mantendo a mesma quantidade produzida (abordagem insumo-orientada).

Se considerado os preços no estudo da eficiência, estaremos falando da capacidade da firma combinar insumos e produtos em proporções ótimas (dado os preços vigentes no mercado em que atua).

O conceito de eficiência econômica é associado a localização da atividade produtiva sobre a fronteira de produção. As unidades ineficientes estariam abaixo da curva – quanto mais distante da curva se localizar a unidade, mais ineficiente ela se apresenta.

Farrell (1957) esclareceu que a Eficiência Econômica possui dois componentes: a Eficiência Técnica e a Eficiência Alocativa.

A primeira considera a possibilidade de uma quantidade mínima de insumos produzir uma determinada quantidade de produto (orientação a insumo), ou maximizar a quantidade de produtos dada uma quantidade de insumos (orientação a produto). A Eficiência Alocativa está relacionada a possibilidade de combinação de insumos e produtos de forma a obter o menor custo na produção.

O autor complementa apontando que o produto entre as duas eficiências determina a medida da Eficiência Econômica de uma unidade produtiva.

3.3.1. Eficiência Bancária

"O que exatamente constitui eficiência bancária é especialmente problemático, já que disto depende, em parte, como um analista qualquer pensa o que o banco faz. Mesmo a simples definição de produto sobre insumo é ambígua: ou um banco é um mecanismo para maximizar o tamanho da margem do produto-insumo, ou ele é um gerador de serviços específicos, o qual torna-se mais eficiente à medida que o custo do insumo destes serviços declina"(Dymski, 2006).

A afirmação de Dymski explicita as dificuldades com as quais os estudiosos se deparam quando do estudo da eficiência em bancos e que geram a identificação de diversos padrões de análise.

No que diz respeito às metodologias utilizadas na avaliação da eficiência das instituições financeiras, os pesquisadores têm optado por métodos que possibilitam construir fronteiras de eficiência. A construção se dá através de métodos paramétricos ou não paramétricos.

Métodos paramétricos especificam uma determinada forma funcional para a fronteira de eficiência e seus vários modelos se diferenciam pela suposição que fazem a respeito da forma da fronteira eficiente e a distribuição da ineficiência e do erro.

São três as principais abordagens, segundo Casu e Molyneux(2002), que utilizam métodos paramétricos: a Stochastic Approach (SFA), a Distribuition Free Approach (DFA) e a Thick Frontier Approach (TFA).

De outro modo os métodos não paramétricos não especificam nenhuma forma funcional da fronteira de eficiência, uma vez que constróem a fronteira a partir dos próprios dados. As principais abordagens não-paramétricas são a Data Envelopment Analysis (DEA) e a Free Disposal Hull(FDH).

Uma recente revisão da literatura internacional e nacional descrita no artigo "Eficiência do Setor Bancário Brasileiro: a Experiência Recente de Fusões e Aquisições" (Faria, Paula e Marinho, 2006) relata as seguintes experiências com a utilização de métodos paramétricos e não paramétricos no estudo da eficiência bancária, dentre as diversas existentes no estudo da eficiência do setor:

"a) Akhavein, Berger e Humphey (1997) – empregaram técnica não paramétrica na análise da onda de F&As[2] ocorridas nos Estados Unidos na década de 80. Concluíram que as megafusões bancárias no mercado americano à época melhoraram significativamente a eficiência do lucro na média. Aumentou de 74% para 90% o ranking médio da eficiência do lucro dos bancos que participaram das fusões, resultados estes bem superiores àqueles associados à eficiência de custo. Segundo os estudiosos, a razão reside no fato das medidas de eficiência de lucro incluírem tanto os efeitos no custo das mudanças nos insumos quanto os efeitos na receita das mudanças nos produtos que ocorrem após a fusão;

b) Iragorri (2001) – seu objeto de estudo foi o setor bancário colombiano, utilizando um método paramétrico (abordagem DFA) numa amostragem de 30 instituições no período de 1994 a 1999, realizando comparações. Em seu trabalho considerou como insumos os depósitos, o capital e o trabalho, e como produtos os créditos e os investimentos. Embora os resultados alcançados não sejam evidentes em todas as instituições que passaram por F&As, não se concretizaram os benefícios esperados com o processo não se concretizaram, inclusive apresentando queda na eficiência;

c) Liu e Tripé (2001) – Combinaram informações contábeis num modelo não-paramétrico para estudar o impacto de seis fusões bancárias ocorridas na Nova Zelândia entre 1989 e 1998. Utilizaram a técnica do DEA em três combinações: primeiramente utilizou como insumos despesas com juros e despesas com não-juros, e como produtos, receitas com juros e receitas não-juros. Depois utilizou como insumos despesas com juros e despesas com não-juros e como produtos depósitos, empréstimos líquidos, operações de desconto bancário e receitas não operacionais. Finalmente numa última combinação manteve os insumos e, como produtos, utilizou depósitos totais, empréstimos e operações de desconto bancário, e receitas operacionais. Como resultado obteve que todos os bancos compradores foram mais eficientes que os bancos adquiridos.

d) Berger (2002) – empregou as duas abordagens, paramétrica (SFA) e não-paramétrica (DEA), no estudo da eficiência dos bancos que participaram do processo de F&As na indústria bancária dos Estados Unidos. Constataram que a eficiência de

[2] Fusões e Aquisições

custos e a eficiência de lucro foram maiores nos bancos que participaram da fusão do que nos que não fizeram parte do processo.

e) Gandur (2003) – constatou melhora na eficiência de custo dos bancos colombianos que passaram por fusões no período entre 1992 a 2002, utilizando um método paramétrico (DFA).

f) Régis (2001) – analisou a eficiência de custos dos bancos brasileiros utilizando a técnica DEA, com uma amostragem de 160 bancos e dados referentes a dezembro de 1999. Elegeu como insumos capital físico, trabalho, depósitos e outras fontes de recursos, e como produtos escolheu operações de crédito, títulos e valores mobiliários, operações interfinanceiras de liquidez, investimentos institucionais do banco e os outros créditos. Concluiu que, embora os bancos com capital estrangeiro tenham apresentado melhores índices de eficiência, o efeito porte do banco é mais forte do que o efeito origem do capital.

g) Silva e Jorge Neto (2002) – além de pesquisarem sobre a ocorrência de economias de escala no setor bancário brasileiro entre 1995 e 1999 utilizando amostra de 59 grandes bancos, analisaram também a evolução da eficiência de custo no tempo, comparando os bancos conforme a estrutura de propriedade. Como resultado obteve que ocorreram economias de escala nos bancos independentemente do tamanho do banco, e quanto a eficiência, os resultados revelaram comportamento instável.

h) Campos (2002) – calculou a evolução do nível de eficiência e da produtividade do setor bancário brasileiro aplicando o DEA. Utilizou como insumos trabalho, capital, depósitos remunerados, fundos captados e provisão para crédito em liquidação duvidosa, e como produtos, títulos e valores mobiliários, operações de credito e depósito à vista, tudo para uma amostra de 60 bancos no período de 1994 à 1999. Como resultado obteve que, principalmente devido ao crescimento do índice que representa mudança de tecnologia, houve um crescimento expressivo na produtividade total média no período inicial.

i) Guimarães (2002) – sua análise focou os impactos da presença de bancos estrangeiros no mercado bancário brasileiro. Fez uso de método paramétrico em dados do período de 1995 a 2001. Mostrou que os bancos privados nacionais no Brasil têm desempenho melhor que os bancos estrangeiros e que a entrada dos bancos

estrangeiros foi acompanhada por um aumento na lucratividade dos bancos privados nacionais, o que contraria a literatura internacional. Quanto aos bancos públicos, esses apresentaram margens de intermediação financeira e de lucros mais baixas e despesas administrativas mais altas do que os bancos estrangeiros.

j) Nakane e Weintraub (2004) – focaram no estudo os efeitos das privatizações dos bancos públicos. Adotou uma metodologia desenvolvida por Olley e Pakes (1996) e como resultado mostraram a correlação positiva entre produtividade e fatia de mercado e o efeito negativo da quantidade de agências na produtividade."

Além dos trabalhos apresentados, cabe acrescentar o estudo realizados por Leightner e Lovell (1998) onde analisaram o impacto da liberalização financeira sobre a performance dos bancos na Tailândia. Os autores queriam avaliar se os bancos estavam alcançando seus objetivos de maximização de lucros e, por outro lado, se o sistema bancário atendendo aos objetivos do Banco da Tailândia de estimular o crescimento econômico sem comprometer a estabilidade do sistema. Nos dois enfoques os pesquisadores utilizaram como insumos os itens despesas de pessoal, despesas com equipamentos e instalações e provisão para perdas com empréstimos (este último visando mapear o custo relacionado ao risco nas operações de crédito).

Quanto aos produtos, foram consideradas rendas financeiras líquidas e rendas não-financeiras para o foco no objetivo das firmas, e utilizados créditos concedidos e investimentos e títulos para o foco no objetivo do Banco da Tailândia.

Os trabalhos citados mostram a grande utilização do modelo Análise Envoltória de Dados (D.E.A.) pelos pesquisadores quando dos estudos sobre eficiência no mercado bancário.

Tal metodologia é apresentada no capítulo seguinte, onde também são descritas suas principais características, o que propiciou a opção por sua utilização no presente trabalho.

4. CONCEITOS BÁSICOS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MÉTODO ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS – D.E.A.

Largamente utilizado em pesquisas sobre eficiência bancária como explicitado no capítulo anterior, o método D.E.A. foi desenvolvido por Banker, Charnes e Cooper na década de 70 e em 1984 demonstraram a possibilidade de obter medidas de ineficiência técnica e de escala, com a utilização da função de distância de Shephard[3].

O DEA processa um problema de programação fracionária e obtém a medida de eficiência calculando a razão entre a soma ponderada dos produtos e a soma ponderada dos insumos. Assim é possível o tratamento de múltiplos insumos e múltiplos produtos no cálculo da eficiência, construindo uma fronteira de eficiência (Figura 4.1) onde as firmas/unidades de melhor relação produtos ponderados/insumos ponderados serão consideradas eficientes, situando-se sobre a fronteira e atuando como referencial para avaliação das unidades ineficientes.

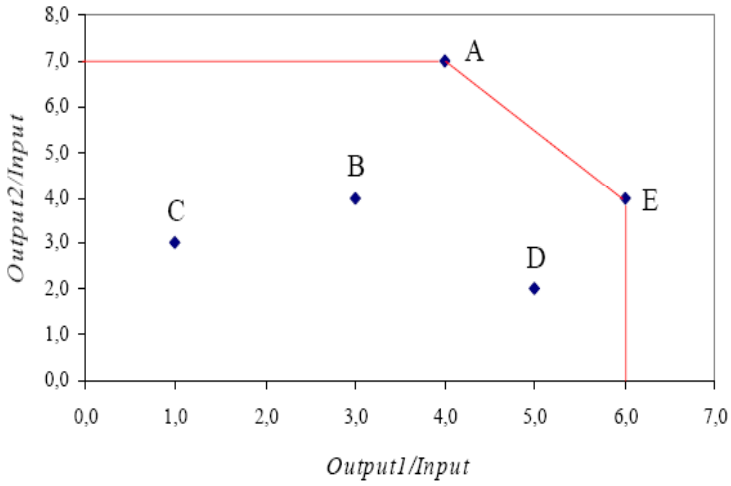


Figura 4.1 – Fronteira de Eficiência.
Fonte: Soares de Mello, 2005.

[3] Função de distância de Shephard (1953) mede a distância radial do plano de operação observado até a fronteira de eficiência da produção. Se a distância é zero, existe eficiência. Do contrário tem-se um plano de operação ineficiente, sendo essa ineficiência tanto maior quanto maior for a distância.

A metodologia apresenta características bastante atrativas para sua utilização, elencadas por Marinho (2001), entre as quais apresentamos:

1. utiliza um único índice de eficiência para caracterizar como eficiente ou ineficiente cada unidade tomadora de decisão (*Decision Making Unit* - DMU);

2. não necessita de sistema de preços, embora possam ser considerados na técnica;

3. dispensa pré-especificações de funções de produção;

4. permite considerar sistemas de preferências de avaliadores e gestores;

5. aceita a incorporação de inputs e outputs originados em unidades de medidas diferentes;

6. efetua cálculos como valores individuais e não valores médios;

7. permite a comparação de unidades ineficientes com unidades eficientes tomadas como referência; e

8. apresenta resultados alocativos eficientes no sentido de Pareto (não existe como aumentar o produto com a quantidade de insumos utilizada ou manter o nível de produto reduzindo a quantidade de insumos).

Mello, Meza, Gomes e Neto (2005) argumentam que “o objetivo primário do DEA consiste em comparar um certo número de DMU’s que realizam tarefas similares e se diferenciam nas quantidade dos recursos consumidos e das saídas produzidas”.

Os autores destacam ainda algumas características complementares:

1. determinar a eficiência relativa das DMU’s, contemplando cada uma relativamente a todas as outras do grupo a ser estudado. Assim, sob determinadas condições, DEA pode ser usado na problemática da ordenação como ferramenta Multicritério de apoio á decisão (Barba-Romero, Pomerol, 1977), já que, neste caso, estabelece uma relação binária de pré-ordem entre as DMU’s;

2. subsidiar as estratégias de produção que maximizem a eficiência das DMU’s avaliadas, corrigindo as ineficientes através da determinação de alvos;

3. estabelecer taxas de substituição entre as entradas, entre as saídas e entre entradas e saídas, permitindo a tomada de decisões gerenciais, embora o estabelecimento dessas taxas de substituição nem sempre tenham solução única (Soares de Mello et al., 2001), visto que os pesos das unidades extremo-eficientes não são únicos;

4. considerar a possibilidade de os outliers não representarem apenas desvios em relação ao comportamento médio, mas possíveis benchmarks a serem analisados pelas demais DMU's. Os outliers podem representar as melhores práticas dentro do universo investigado;

5. não necessidade de determinar uma forma funcional para a estimativa da fronteira, como é feito nos modelos de fronteira estocástica (SFA)(Aigner et al.,1977; Meeusen, Van Den Bbroeck, 1977).

Na utilização de DEA, três etapas serão cumpridas: a definição e seleção de DMU's, a seleção de variáveis e a seleção e aplicação do modelo, dos quais os mais comumente utilizados são o CCR e o BCC[4].

O modelo CCR tem como propriedade principal a proporcionalidade entre os *inputs* e *outputs* na fronteira, ou seja, o aumento ou decremento na quantidade dos *inputs*, provocará acréscimo ou redução proporcional no valor dos *outputs*. No modelo BCC, a DMU que tiver o menor valor de um determinado *input* ou o maior valor de um certo *output* será eficiente.

O modelo CCR constrói fronteiras que apresentam retornos constantes de escala, ou seja, considera um variação de produto proporcional a qualquer variação na quantidade de insumos que venha a ser implementada. Já o modelo BCC constrói fronteiras que apresentam retornos variáveis de escala. Estimando a eficiência técnica pura, a uma dada escala de operações, considerando a possibilidade de um retorno crescente (mais do que proporcional) ou decrescente (menos do que proporcional) de escala, quando alterada a quantidade de insumos.

Se calculadas as medidas de eficiência sob as hipóteses de retorno constantes de escala e retornos variáveis de escala para os mesmos períodos, pode-se verificar o nível de eficiência de escala para cada unidade produtiva (DMU). Tabak (2004) explica que caso exista diferença

[4] CCR – modelo construído por Charnes, Cooper e Rhodes em 1978
BCC – modelo construído por Banker, Charnes e Cooper em 1984

entre as medidas calculadas com base em retornos variáveis de escala e com base em retornos constantes de escala num mesmo período, há indício de inexistência de eficiência de escala para aquela instituição.

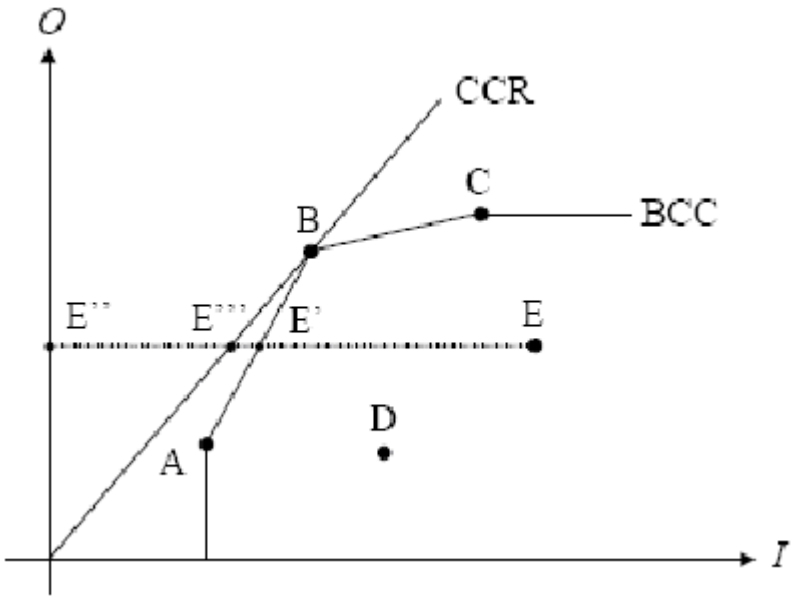


Figura 4.2 – Fronteiras dos Modelos CCR e BCC.
Fonte: Soares Mello, 2004

A Figura 4.2 ilustra graficamente os retornos a escala com as curvas CCR e BCC.

Tomando em análise a unidade representada pelo ponto E, em relação a curva CCR representativa das unidades eficientes quando considerados os retornos constantes de escala, o mesmo é considerado ineficiente na seguinte razão:

$$- \quad Efidiência\ para\ retornos\ cons\tan tes\ de\ escala = \frac{E''E'''}{E''E} \qquad (4.1)$$

O ponto E também se apresenta ineficiente se considerada a curva BCC representativa das unidades eficientes quando considerados os retornos variáveis de escala:

$$- \quad Eficiência\ para\ retornos\ var iáveis\ de\ escala = \frac{E''E'}{E''E} \qquad (4.2)$$

A diferença entre a eficiência calculada para retornos constantes de escala e a eficiência calculada para retornos variáveis de escala define a eficiência de escala da unidade representada pelo ponto E:

- $$Eficiência\ de\ escala = \frac{E''E'''}{E''E'} \qquad (4.3)$$

Ainda na figura 4.2, o ponto B apresenta-se eficiente de escala, tendo iguais os cálculos de eficiência considerando as curvas CCR e BCC.

4.1. Equações Matemáticas dos Modelos CCR e BCC

O modelo obtido por Charnes, Cooper e Rhodes em 1978 foi denominado Retornos constantes de Escala (CCR) e pode ser demostrado conforme equações abaixo:

Na Equação 4.4 temos a função do modelo de programação matemática que deve ser otimizada: a função de Khight (1933) para o cálculo da produtividade de uma DMU. Em virtude da produtividade de uma DMU poder assumir qualquer valor, de forma a possibilitar a maximização da função objetivo, é importante definir o conjunto de restrições que limitam a produtividade de todas as DMU's a 1 (Equação 4.5). Além disso, os multiplicadores dos *inputs* e *outputs* devem ser positivos (Equação 4.6).

Mariano, Almeida e Rebellato (2006) explicam que os modelos de programação fracionaria possuem infinitas soluções, motivo pelo qual são difíceis de serem resolvidos. Dessa forma foi necessária a linearização do modelo CCR, transformando-o num modelo de programação linear. Segundo os autores, essa linearização ocorreu de duas formas: com a orientação a produto (mantendo os insumos constantes e maximizando os produtos) e com a orientação a insumo (mantendo os produtos constantes e minimizando os insumos).

$$MAX\ po = \frac{\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{i0}}{\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{j0}} \qquad (4.4)$$

Sujeito a:

$$\frac{\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{ik}}{\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{jk}} \leq 1 \qquad para \quad k = 1,2.....z \qquad (4.5)$$

$$u_i \; e \; v_j > 0 \qquad (4.6)$$

Em que:

u_i = *peso calculado para o output i*

v_j = *peso calculado para o input j*

x_{jk} = *quantidade do input j para unidade k de um dado setor*

y_{ik} = *quantidade do output i para unidade k de um dado setor*

x_{j0} = *quantidade do input j para unidade em análise*

y_{i0} = *quantidade do output i para unidade em análise*

z = *número de unidades em avaliação*

m = *número de outputs*

n = *número de inputs*

As equações a seguir mostram a representação do modelo matemático do CCR orientado a *input*.

Quando o modelo submete a maximização da função objetivo à restrição de que a soma dos insumos ponderados seja igual a 1, está, com a introdução dessa fórmula, linearizando o modelo (Equação 4.7).

$$MAX\ po = \frac{\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{i0}}{1} = \sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{i0} \qquad (4.7)$$

Sujeito a:

$$\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{j0} = 1 \qquad (4.8)$$

$$\frac{\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{ik}}{\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{jk}} \leq 1 \quad = \quad \sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{i0} - \sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{jk} \leq 0 \quad para \quad k = 1,2.....z \qquad (4.9)$$

$$u_i \; e \; v_j > 0 \qquad (4.10)$$

Em que:
u_i = *peso calculado para o output i*
v_j = *peso calculado para o input j*
x_{jk} = *quantidade do input j para unidade k de um dado setor*
y_{ik} = *quantidade do output i para unidade k de um dado setor*
x_{j0} = *quantidade do input j para unidade em análise*
y_{i0} = *quantidade do output i para unidade em análise*
z = *número de unidades em avaliação*
m = *número de outputs*
n = *número de inputs*

De modo similar deve-se proceder com relação à orientação a *output* como pode ser observado nas Equações 4.11 a 4.14.

No que diz respeito ao modelo BCC, este difere no modelo CCR por considerar que uma DMU só pode ser comparada com outras DMU's que operem em escala semelhante a sua.

$$MAX\ po = \frac{1}{\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{j0}} = \quad MIN\ fo = \sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{j0} \qquad (4.11)$$

Sujeito a:

$$\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{i0} = 1 \qquad (4.12)$$

$$\frac{\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{ik}}{\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{jk}} \leq 1 \quad = \quad \sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{ik} - \sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{jk} \leq 0 \quad para \quad k = 1,2.....z \qquad (4.13)$$

$$u_i \ e \ v_j > 0 \qquad (4.14)$$

Em que:
u_i = *peso calculado para o output i*
v_j = *peso calculado para o input j*
x_{jk} = *quantidade do input j para unidade k de um dado setor*
y_{ik} = *quantidade do output i para unidade k de um dado setor*
x_{j0} = *quantidade do input j para unidade em análise*
y_{i0} = *quantidade do output i para unidade em análise*
z = número de unidades em avaliação
m = número de outputs
n = número de inputs

Para isso o modelo matemático foi acrescido de uma variável '*u*' no numerador, ou '*v*' no denominador com a função de garantir que DMU's que operem em escala diferente da DMU em análise não limitem sua função objetivo – Equações 4.15, 4.16 e 4.17. Se a variável '*u*' for maior que zero a empresa estará operando com retornos decrescentes à escala; se for menor do que zero significa que os retornos são crescentes à escala; e se igual a zero, a empresa estará operando com retornos constantes à escala. A variável '*v*' também pode ser utilizada na interpretação dos retornos obtidos, porém numa análise oposta a da variável '*u*'.

Finalmente cabe registrar que o modelo BCC também pode ser linearizado com os mesmos procedimentos do modelo CCR, assumindo orientação a *input* ou a *output*.

$$MAX\ po = \frac{\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{i0} + u}{\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{j0}} \quad ou \qquad MAX\ po = \frac{\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{i0}}{\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{j0} + v} \qquad (4.15)$$

Sujeito a:

$$\frac{\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{ik} + u}{\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{jk}} \leq 1 \quad ou \quad \frac{\sum_{i=1}^{m} u_i \,.\, y_{ik}}{\sum_{j=1}^{n} v_j \,.\, x_{jk} + v} \leq 1 \quad para \quad k = 1,2.....z \qquad (4.16)$$

$u_i \ e \ v_j > 0 \qquad (4.17)$

u e v podendo ser positivo ou negativo

Em que:

u_i = *peso calculado para o output i*

v_j = *peso calculado para o input j*

x_{jk} = *quantidade do input j para unidade k de um dado setor*

y_{ik} = *quantidade do output i para unidade k de um dado setor*

x_{j0} = *quantidade do input j para unidade em análise*

y_{i0} = *quantidade do output i para unidade em análise*

z = *número de unidades em avaliação*

u e v = var*iáveis de retorno a escala*

m = *número de outputs*

n = *número de inputs*

5. UMA APLICAÇÃO AO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

5.1. A Segmentação Por Estrutura de Capital e as Óticas de Análise

Para o presente estudo o setor bancário foi segmentado segundo sua estrutura de capital, com base Carta-Circular número 2345 publicada em janeiro de 2003 pelo Banco Central do Brasil com o objetivo de padronizar dados cadastrais tratados por aquela autoridade monetária.

Abaixo reproduzimos tal classificação:

1) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA FEDERAL – constituída e sediada no país. A União detém a maioria do capital votante, de forma direta ou indireta;

2) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA ESTADUAL – quando uma ou mais unidades da Federação detiverem a maioria do capital votante, de forma direta ou indireta;

3) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PRIVADA NACIONAL – caracteriza-se pela permanência da maioria do capital votante sob a titularidade de pessoas físicas e/ou jurídicas domiciliadas e residentes no país;

4) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PRIVADA NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA – assim considerada a que tenha, direta e/ou indiretamente participação estrangeira relevante, no caso, mais de 10% (dez por cento) até 50% (cinqüenta por cento) do capital votante;

5) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PRIVADA NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO - assim considerada a que tenha sob controle estrangeiro, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante;

6) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESTRANGEIRA – para as constituídas e sediadas no exterior com dependência ou filial no país.

Dessa forma as instituições financeiras foram tratadas de forma agregada, constituindo 3 (três) segmentos assim delineados:

a) Instituições Financeiras Públicas, englobando as instituições públicas federais e estaduais;

b) Instituições Financeiras Privadas, agregando s instituições privadas nacionais e as nacionais com participação estrangeira; e

c) Instituições Financeiras Estrangeiras, onde foram enquadradas as instituições financeiras estrangeiras ou privadas com controle estrangeiro.

Além das análises considerarem a segmentação do mercado bancário acima citada, a escolha dos produtos dentro do processo de estimação da eficiência foi pautada objetivando evidenciar os interesses das firmas e da sociedade.

Se de um lado a rentabilidade tem importância preponderante nas expectativas das firmas bancárias, para a sociedade a contribuição das mesmas para o crescimento econômico e todos os benefícios a ele relacionados é o que mais interessa.

5.2. Metodologia

5.2.1. Tipo de Pesquisa

Cervo, Bervian e Da Silva (2007) apresentam a distinção entre a pesquisa pura e a aplicada. Os autores explicam que na pesquisa pura ou básica o pesquisador tem como meta o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual por meio do conhecimento. De outra forma na pesquisa aplicada o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, objetivando encontrar soluções para problemas concretos. Os autores se preocupam ainda em afirmar que são pesquisas que não se excluem. Ao contrário ambas são necessárias ao progresso da ciência na medida em que uma busca a atualização de conhecimentos e a outra pretende transformar em ação concreta os resultados do trabalho.

Este trabalho é de concepção aplicada e se apoia basicamente em dois métodos de pesquisa estreitamente relacionados: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa descritiva. Recorreu à pesquisa bibliográfica enquanto procurou explicar a problemática estudada a partir de referenciais teóricos constantes de artigos, livros, dissertações e teses. Tudo com o objetivo de reunir conhecimentos prévios sobre o assunto. Fez uso da pesquisa descritiva na medida em que foram levantados e analisados fatos e dados correlacionando-os para o entendimento da realidade inerente ao fenômeno em estudo.

5.2.2. Abordagem do Setor Bancário: intermediação financeira e produção

Na definição dos insumos e produtos considerados nessa dissertação, a abordagem do setor bancário foi efetuada segundo as óticas da intermediação financeira e da produção, dependendo do caso.

A abordagem da intermediação privilegia o papel da intermediação financeira pelos bancos, atividade mais significativa ao desenvolvimento econômico de qualquer país. De outro modo, na abordagem da produção os bancos são considerados unidades produtoras de depósitos e empréstimos o que tem importância significativa aos olhos da sociedade uma vez que reflete a capacidade de colocar produtos bancários acessíveis às pessoas e empresas.

Berger & Humphrey (2000) argumentam que nenhuma das duas abordagens é perfeita, ainda que tenham sugerido que, para a avaliação de um conjunto de instituições financeiras, a abordagem de intermediação é mais adequada.

Cabe registrar que diversas abordagens e combinações de insumos e produtos tem sido utilizadas pelos pesquisadores no estudo da eficiência bancária, todas procurando guardar coerência com os objetivos dos estudos.

5.2.3. Período Analisado e Seleção de DMU's

Faria, de Paula e Marinho (2006) argumentam que "passados cerca de dez anos do início da recente onda de F&A's bancárias no Brasil e considerando que importantes operações já foram realizadas, já é tempo de se efetuar uma avaliação desse processo, com ênfase nos seus efeitos sobre a eficiência dos bancos".

Além disso, o período escolhido para coleta de dados também é posterior aos três movimentos macroeconômicos mais importantes e que permearam todos os processos de ajustes no setor bancário nacional: o Plano Real em 1994, a intensificação da liberalização do comércio de serviços financeiros com a entrada dos bancos estrangeiros a partir de 1995, e a mudança no regime cambial do país em 1999.

Quadro 5.1 - Participação das DMU's no total do segmento bancário

Data-base: Dezembro/2000	**Ativo**	**Depósito**	**Agências**
Total Bancos DMU's	619.230.140	257.450.666	13.746
Total Consolidado Bancário I (122 Instituições)	815.713.338	310.831.781	16.534
Participação das DMU's no total do segmento bancário	**75,91%**	**82,83%**	**83,14%**
Data-base: Dezembro/2001	**Ativo**	**Depósito**	**Agências**
Total Bancos DMU's	692.449.423	285.566.325	13.320
Total Consolidado Bancário I (121 Instituições)	917.731.026	352.333.937	17.089
Participação das DMU's no total do segmento bancário	**75,45%**	**81,05%**	**77,94%**
Data-base: Dezembro/2002	**Ativo**	**Depósito**	**Agências**
Total Bancos DMU's	840.819.343	378.190.442	15.228
Total Consolidado Bancário I (111 Instituições)	1.052.809.049	435.774.132	17.458
Participação das DMU's no total do segmento bancário	**79,86%**	**86,79%**	**87,23%**
Data-base: Dezembro/2003	Ativo	Depósito	Agências
Total Bancos DMU's	933.817.395	404.605.924	15.478
Total Consolidado Bancário I (110 Instituições)	1.130.274.070	463.741.419	17.110
Participação das DMU's no total do segmento bancário	**82,62%**	**87,25%**	**90,46%**
Data-base: Dezembro/2004	**Ativo**	**Depósito**	**Agências**
Total Bancos DMU's	998.672.247	471.275.664	15.943
Total Consolidado Bancário I (108 Instituições)	1.224.015.699	537.765.610	17.597
Participação das DMU's no total do segmento bancário	**81,59%**	**87,64%**	**90,60%**
Data-base: Dezembro/2005	**Ativo**	**Depósito**	**Agências**
Total Bancos DMU's	1.169.219.474	564.403.494	16.627
Total Consolidado Bancário I (104 Instituições)	1.429.613.107	637.078.912	18.032
Participação das DMU's no total do segmento bancário	**81,79%**	**88,59%**	**92,21%**
Data-base: Dezembro/2006	**Ativo**	**Depósito**	**Agências**
Total Bancos DMU's	1.449.277.697	644.135.636	17.223
Total Consolidado Bancário I (104 Instituições)	1.726.854.202	727.978.350	18.518
Participação das DMU's no total do segmento bancário	**83,93%**	**88,48%**	**93,01%**

Fonte: Banco Central

Dessa forma foi escolhido o período de 2000 a 2006 buscando valorizar/potencializar a influência da decisão das firmas nos resultados a serem alcançados, evidenciando um espaço de tempo após os fatos mais significativos do ponto de vista econômico.

Quanto à escolha das DMU´s consideradas no estudo, objetivando garantir a representatividade do setor e uma igual quantidade de firmas bancárias na contribuição do desempenho de cada segmento a cada ano do período avaliado, foram selecionadas as 4 (quatro) maiores instituições de cada segmento, com base no *ranking* de ativos divulgado pelo Banco Central do Brasil, totalizando 12 DMU's. A estrutura disponibilizada pelas instituições - representada pela quantidade de agências - também justifica a opção pela quantidade de DMU's de cada segmento, uma vez que a diferença de tamanho entre os bancos se acentua fortemente sem significativo impacto em termos de ativos das instituições, quando utilizados mais de 4 bancos por segmento, comprometendo os objetivos propostos pelo estudo.

O Quadro 5.1 mostra a participação do total das DMU's selecionadas no total do mercado bancário (Consolidado Bancário I) a cada ano estudado, nos itens ativos, depósitos e quantidade de agências.

A soma dos ativos das DMU's escolhidas representaram sempre mais de 75% do total do segmento, estando em mais de 80% a partir de 2003. No que diz respeito aos depósitos, a participação esteve sempre acima de 80%, superando 87% a partir do mesmo ano.

Exceto pelo ano de 2001 onde concentrou 77,94% das agências do mercado bancário sob análise, os bancos estudados representaram sempre mais de 80% na participação neste item, chegando a 93,01% em 2006.

O mercado bancário denominado Consolidado Bancário I diz respeito a classificação sob a qual o Banco Central agrupa as instituições financeiras do tipo Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica e conglomerados em cujas composições se verifiquem pelo menos uma instituição desse tipo.

No Quadro 5.2 estão listados os bancos selecionados. Os bancos públicos foram identificados como PUn, onde 'n' representa sua colocação (1 a 4) entre as instituições do segmento de instituições financeiras públicas, segundo o volume de ativos totais. Seguindo a mesma lógica, os bancos privados e estrangeiros foram identificados como PRn e ESn, respectivamente.

O cálculo da eficiência dos segmentos público, privado e estrangeiro, foi obtida com a média aritmética do índice de eficiência encontrado para os representantes de cada segmento.

Quadro 5.2 - Bancos Selecionados por Período

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Banco do Brasil	PU1	PU1	PU1	PU1	PU1	PU1	PU1
Caixa Econômica Federal	PU2	PU2	PU2	PU2	PU2	PU2	PU2
Nossa Caixa	PU3	PU3	PU3	PU3	PU3	PU3	PU3
Banco do Nordeste do Brasil	PU4	PU4		PU4	PU4		
Banco do Estado do Rio Grande do Sul			PU4			PU4	PU4
Bradesco	PR1	PR1	PR1	PR1	PR1	PR1	PR1
Itaú	PR2	PR2	PR2	PR2	PR2	PR2	PR2
Unibanco	PR3	PR3	PR3	PR3	PR3	PR3	PR3
Safra	PR4	PR4	PR4	PR4	PR4	PR4	PR4
Banespa	ES1						
ABN AMRO	ES2	ES2	ES2	ES1	ES2	ES2	ES1
Santander Brasil	ES3						
HSBC	ES4		ES4	ES3	ES3	ES3	ES3
Santander Banespa		ES1	ES1	ES2	ES1	ES1	ES2
Bankboston		ES3					
Citibank		ES4	ES3	ES4	ES4	ES4	ES4

Fonte: Elaboração própria

5.2.4. Inputs e Outputs

Yeh (1996) alerta sobre a importância da escolha das variáveis de entrada e saída na metodologia D.E.A.

O autor esclarece que três justificativas são utilizadas pelos pesquisadores na escolha dos inputs e outputs quando da análise da eficiência no segmento bancário:

1. Bancos como prestadores de serviços – utilizam tamanho, capital e equipamentos para desenvolver produtos como pagamentos, empréstimos e outros serviços;

2. Regra categórica – se produzir receita é *output*, se requerer desembolso é *input*; e

3. Bancos como intermediários financeiros – seu negócio principal é captar recursos dos poupadores e repassá-los aos tomadores mediante ganhos de *spread*.

Segundo Tabak (2004), não obstante a polêmica que envolve a escolha das variáveis na medição da eficiência bancária, é consenso entre os pesquisadores que "as variáveis do tipo output devem refletir o resultado das decisões tomadas, e as variáveis do tipo *input* devem refletir os recursos necessários para se obterem esses *outputs*. Assim a escolha deve guardar relação específica com o enfoque do tipo de decisão que se pretende avaliar".

Neste trabalho a seleção de dados (*inputs* e *outputs*) procurou evidenciar os interesses mais característicos da sociedade e os mais característicos das firmas/segmentos ainda que tais interesses não sejam excludentes.

É admitida a subjetividade na definição dos mesmos, uma vez que, em princípio, firmas (ou segmentos de mercado) lucrativas são de interesse da sociedade pelos benefícios que trazem ao sistema que influenciam direta e indiretamente, e as empresas tem interesse em mostrar-se eficientes em resultados que são valorizados pela sociedade em que estão inseridas, visando em última análise sua aceitação e perpetuidade.

Assim, a proposta de identificar interesses distintos possibilitará analisar o comportamento de instituições financeiras públicas, privadas e estrangeiras sob as óticas da firma e da sociedade, mas não deverá caracterizar choques de intenções.

Considerados tais esclarecimentos, a proposta se justifica na medida em que é razoável admitir que os objetivos de firmas e sociedade priorizam resultados diferentes. De maneira geral podemos afirmar que o bem-estar social é prioridade para sociedade enquanto o lucro é prioridade das firmas.

Leightner e Lovell (1998) ao analisarem o impacto da liberalização financeira sobre a performance dos bancos na Tailândia adotaram proposta similar quando objetivaram avaliar se os bancos estavam alcançando seus objetivos de maximização de lucros e também se o sistema bancário atendia aos objetivos do Banco da Tailândia de estimular o crescimento econômico.

Foram identificados dois focos para evidenciar os interesses da sociedade e dois focos para identificar os interesses das firmas.

Para cada foco foram definidos e tratados *inputs* (insumos) e *outputs* (produtos) específicos, conforme esquema apresentado no Quadro 5.3 abaixo.

Os focos ‘Financiamento da Economia’ e ‘Disponibilização de Estrutura’ foram eleitos como de interesse da Sociedade.

O ‘Financiamento da Economia’ visou explicitar a eficiência dos segmentos quando do direcionamento dos recursos para financiamento do setor produtivo e sua colaboração para o PIB brasileiro. Para esse foco foram considerados como insumos a participação percentual das firmas no total de depósitos do segmento e a participação percentual na quantidade de pontos de atendimento disponibilizados pelo sistema. Como produtos foram considerados o percentual dos ativos que cada instituição destinou aos empréstimos e financiamentos, privilegiando o consumo e a produção, e a participação dessas operações de crédito no PIB. Na composição do ativo total que serviu para o cálculo dessa participação foram excluídas as rubricas referentes ao ativo permanente e disponibilidades, visando retratar mais fielmente as opções de direcionamento dos recursos pelas firmas no período. Foram consideradas as seguintes rubricas: aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, relações interfinanceiras, relações interdependências, operações de crédito e arrendamento mercantil e outros créditos.

Assim tem-se o cálculo da eficiência dos segmentos considerando o quanto foi destinado para o financiamento do consumo e da produção, considerada sua participação na captação dos recursos necessários e sua rede de agências.

Quanto ao foco ‘Disponibilização de Estrutura’, buscou-se medir em termos de eficiência, o quanto a estrutura oferecida pelos Bancos está possibilitando o acesso da sociedade à realização de depósitos e/ou levantamento de recursos (empréstimos).

Para isso foi utilizado um único insumo retratando a estrutura dos bancos sob análise: a quantidade de agências. Como produtos foram considerados os volumes de depósitos captados e créditos concedidos. Com isso se objetiva relacionar em termos de eficiência as estruturas disponíveis para acesso da população e empresas não financeiras aos serviços bancários básicos.

Em resumo os focos ‘Financiamento da Economia’ e ‘Disponibilização de Estrutura’ evidenciam a priorização na destinação dos recursos ao consumo e à produção pelos bancos e a possibilidade de acesso a depósitos e ao crédito pela sociedade, considerados os recursos captados pelos bancos e suas estruturas em termos de agências.

Quadro 5.3 – Óticas da Sociedade e das Firmas

ÓTICA	FOCO	INPUT	OUTPUT
Sociedade	1. Financiamento da Economia	a. Participação no Total de Depósitos b. Participação na Quantidade Total de Agências do Sistema	a. Participação do Crédito Direcionado à Produção e ao Consumo no Ativo dos Bancos b. Participação das Operações de Crédito dos Bancos no PIB
	2. Disponibilização de Estrutura	a. Quantidade de Agências	a. Volume de Depósitos Captados b. Volume de Crédito Concedido
Firmas	3. Obtenção de resultados	a. Volume de Depósitos Captados b. Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	a. Volume de Crédito Concedido b. Resultado da Intermediação Financeira
	4. Qualidade do crédito	a. Percentual de Crédito com Risco Normal b. Percentual de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	a. Índice de Adimplência

Fonte: Elaboração própria

Para evidenciar a ótica das Firmas os focos trabalhados foram a 'Obtenção dos Resultados' e a 'Qualidade do Crédito'. Esses focos traduzem a priorização do retorno sobre a principal atividade desenvolvida pelos Bancos – a intermediação financeira – notadamente

Para o foco 'Obtenção de Resultados' foram utilizados como insumos o volume de depósitos captados e a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os produtos escolhidos foram volume de crédito concedido e resultado com a intermediação financeira.

A utilização de dados de captação como insumos e crédito como produto se dá em diversos estudos de eficiência realizados com o setor bancário onde se procura evidenciar a atividade de intermediação financeira das instituições bancárias. A introdução da provisão para crédito de liquidação duvidosa como insumo também foi utilizada por outros autores como Campos (2002) e Leighther e Lovell (1998), visando sensibilizar o cálculo com o custo relacionado ao risco das operações de crédito.

Quanto ao foco 'Qualidade do Crédito', como insumos foram escolhidos o volume de crédito destinado a operações com risco normal e novamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Como produto, a adimplência é pontuada.

A classificação adotada para definição do volume de operações com risco normal foi a definida pelo Banco Central a partir de março do ano 2000, ou seja, as operações classificadas

nos riscos ‘AA’ a ‘C’. Também aderente às metodologias divulgadas pelo BACEN, o cálculo da inadimplência (e por conseguinte da adimplência) considerou em situação anormal os créditos nos riscos ‘E’ a ‘H’.

Em resumo, os focos ‘Obtenção dos Resultados’ e ‘Qualidade do Crédito’ trataram dados que pudessem indicar a eficiência das firmas na geração dos resultados de intermediação financeira, considerados os insumos depósitos e o impacto da qualidade da carteira de crédito trabalhada, além de evidenciar a eficiência na obtenção de índices de adimplência frente a opção na alocação dos recursos do ponto de vista do risco, demostrando a qualidade no processo de crédito.

5.2.5. Apresentação e Tratamento dos Dados

Todos os dados utilizados no presente trabalho tiveram como fonte o Banco Central do Brasil. As Tabelas 01, 02, 03 e 04, que compõe o Anexo 01 mostram os números processados pelo *software Frontier Analyst* no cálculo da eficiência das firmas.

Com a leitura inicial dos dados levantados podemos destacar:

a) a participação das instituições financeiras (IF) Públicas no total de depósitos foi significativamente maior em todo o período, embora levemente declinante, como apresentado na Tabela 5.1. Pode-se constatar também o crescimento ocorrido na participação das instituições financeiras Estrangeiras;

Tabela 5.1 - Participação nos Depósitos Totais

Ano	IF Públicas	IF Privadas	IF Estrangeiras
2000	45,58%	26,50%	10,75%
2001	45,88%	27,18%	8,00%
2002	45,58%	29,84%	11,36%
2003	45,89%	28,13%	13,23%
2004	43,15%	28,80%	15,69%
2005	43,67%	27,54%	17,38%
2006	43,72%	26,86%	17,91%

Fonte: Banco Central

b) no que diz respeito à quantidade de agências disponibilizadas, na Tabela 5.2 podemos verificar que embora com participação maior, as IF Públicas não aparecem tão maiores que as IF Privadas, tendo se distanciado um pouco nos anos de 2005 e 2006. Também nesse item as IF Estrangeiras mostram crescimento, porém com números bem menores;

Tabela 5.2 - Participação no total de Agências

Ano	IF Públicas	IF Privadas	IF Estrangeiras
2000	33,22%	33,89%	16,02%
2001	33,68%	32,98%	11,29%
2002	35,41%	35,42%	16,40%
2003	35,07%	36,76%	18,31%
2004	37,53%	35,35%	17,72%
2005	40,13%	34,70%	17,37%
2006	40,12%	35,59%	17,30%

Fonte: Banco Central

c) Embora o Banco do Brasil tenha apresentado maiores números referentes à concessão de crédito, na soma das firmas analisadas, as IF Privadas totalizaram valores maiores, exceto pelo ano 2000, como mostra a Tabela 5.3. A Caixa Econômica mostrou uma significativa queda em sua performance a partir de 2001, sensibilizando os totais encontrados;

Tabela 5.3 - Total de crédito Concedido

ANO	IF Públicas	IF Privadas	IF Estrangeiras
2000	103.688.154	73.286.056	25.544.812
2001	71.362.393	90.332.404	40.625.380
2002	85.357.509	108.376.690	42.514.141
2003	102.392.037	115.525.373	54.370.719
2004	117.620.046	136.843.132	66.340.388
2005	141.227.935	170.647.186	86.424.990
2006	181.051.555	206.829.350	108.899.301

Fonte: Banco Central

d) O resultado da Intermediação Financeiras se apresentou positivo no conjunto de instituições estudados. Entretanto em 2000 uma IF Pública e uma IF Estrangeira apresentaram resultado negativo, no ano de 2001 uma IF Pública ainda apresentou resultado negativo e em 2004 mais uma IF Estrangeira apresentou resultado deficitário no item; e

e) As IF Estrangeiras foram as que alocaram maior parte de seus recursos em operações com risco normal, mantendo-se quase todos os bancos estudados acima de 90% em todo o período analisado. De outro modo as IF Públicas foram as que menos selecionaram os tomadores com base no risco apresentado.

Para todas as óticas e focos definidos anteriormente foram efetuados os cálculos de eficiência utilizando os modelos CCR e BCC, objetivando possibilitar o cálculo da eficiência de escala posteriormente. Em todos os casos optou-se pela orientação a *output*, dado que a suposição de minimizar os insumos levaria a uma análise pelo prisma do encolhimento das firmas (redução do número de agências, volume de depósitos, etc.), o que não encontra ressonância nos interesses reais dos bancos e da sociedade. Por exemplo um banco eficiente mas com pouca capacidade de atendimento poderia não trazer os benefícios esperados pela sociedade.

Exceção se fez no tratamento da ‘Ótica das Firmas’ com foco na ‘Obtenção de Resultados’, em virtude de valores negativos apresentados no resultado com a intermediação financeira em alguns bancos para alguns períodos. Nesse caso será utilizado o modelo BCC orientado a input, devido à necessidade de se utilizar variáveis outputs com valores negativos.

O artigo *Translation Invariance in Data Envelopment Analysis* de Ali e Seiford (1990) foi o primeiro a tratar a inclusão de variáveis com valores negativos na DEA. Nele o modelo BCC é apresentado como portador da propriedade que permitiria a tradução de valores negativos com o artifício matemático de somar uma constante. Em 1997, Pastor apresentou um adendo às conclusões anteriores de Ali e Seiford , provando que, para o Modelo BCC, esse tratamento tem limitações. Ao se considerar o modelo com orientação para o insumo, o artifício somente pode ser aplicada aos produtos e, no modelo com orientação para o produto, pode-se aplicar a transformação aos insumos.

Isso explica a opção do presente estudo, tal qual fizeram Freaza, Guedes e Gomes (2006) em análise de eficiência no mercado bancário brasileiro e Kassai (2002) em estudo sobre a aplicação de DEA em índices financeiros.

Para a variável de *output* que apresentou valores negativos (resultado da intermediação financeira), foi criada uma constante, composta do valor mais negativo apresentado mais um. Esta constante foi somada às variáveis que passaram a ter valores estritamente positivos.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

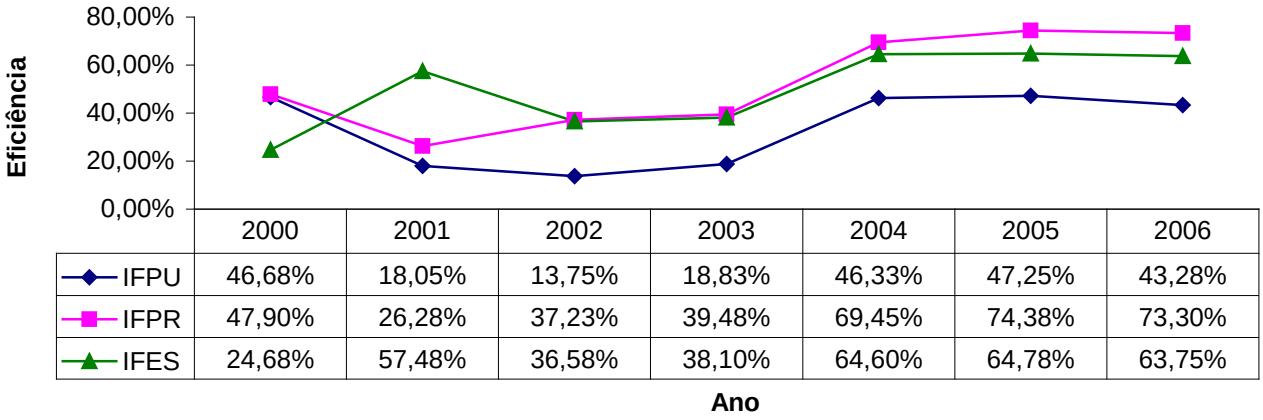
Em seguida apresentamos tabelas e gráficos onde estão explicitados os resultados obtidos no cálculo da eficiência dos bancos segmentados por estrutura de capital, de acordo com as óticas e focos escolhidos. As tabelas com os cálculos originais por banco constam do Anexo 02.

6.1. Ótica da Sociedade com foco no Financiamento da Economia

Nesse foco os insumos escolhidos foram participação no total de depósitos e participação no total de agências disponibilizadas pelos bancos. Como produtos o percentual do ativo das instituições alocados em empréstimos e financiamentos e a representatividade do volume de crédito junto ao PIB foram as variáveis trabalhadas.

Os Gráficos 6.1 e 6.2 abaixo mostram a evolução da eficiência calculada pela média das eficiências calculadas para os bancos escolhidos para os segmentos público, privado e estrangeiro nas metodologias CCR e BCC.

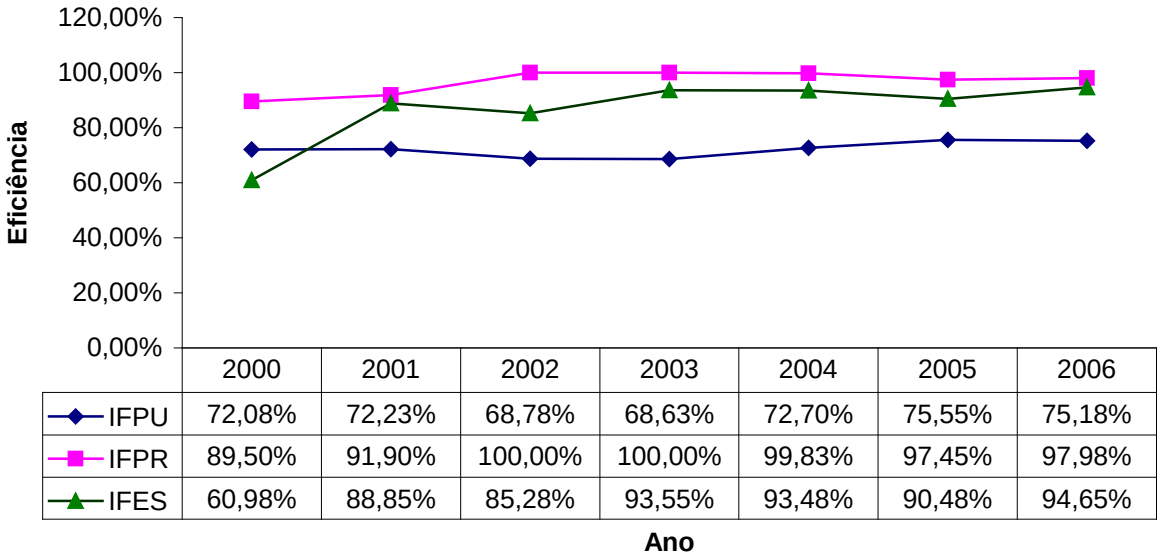
Em ambas situações, o segmento de Instituições Financeiras Públicas (IFPU) apresentam índices de eficiência menores que os segmentos de Instituições Financeiras Privadas e Estrangeiras (IFPR e IFES). O segmento de instituições privadas foi o que apresentou melhor performance em quase todo o período.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IFPU	46,68%	18,05%	13,75%	18,83%	46,33%	47,25%	43,28%
IFPR	47,90%	26,28%	37,23%	39,48%	69,45%	74,38%	73,30%
IFES	24,68%	57,48%	36,58%	38,10%	64,60%	64,78%	63,75%

Gráfico 6.1 - CCR - Ótica da Sociedade - Foco Financiamento da Economia

Esse resultado em princípio surpreende na medida em que se deseja maior eficiência do segmento de bancos públicos naquilo que concerne às expectativas da sociedade.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IFPU	72,08%	72,23%	68,78%	68,63%	72,70%	75,55%	75,18%
IFPR	89,50%	91,90%	100,00%	100,00%	99,83%	97,45%	97,98%
IFES	60,98%	88,85%	85,28%	93,55%	93,48%	90,48%	94,65%

Gráfico 6.2 - BCC - Ótica da Sociedade - Foco Financiamento da Economia

A pesquisa mais aprofundada mostra que não obstante os bons níveis de eficiência apresentados pelo Banco do Brasil, Banco do Rio Grande do Sul e Banco do Nordeste, a Caixa Econômica Federal e a Nossa Caixa apresentaram-se bastante ineficientes.

A análise das possíveis causas apontou para o item que mensurou o percentual de ativos alocados em operações de crédito. Na composição de tal indicador, foi diagnosticado que as duas instituições aplicaram sistematicamente volumes acima da média dos bancos estudados em títulos e valores mobiliários, conforme a Tabela 6.1 abaixo:

Tabela 6.1 - Percentual dos Ativos Destinado a Aplicação em TVM

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Média	**34,40%**	**33,60%**	**30,80%**	**31,90%**	**32,80%**	**29,40%**	**29,70%**
C.E.F.	7,40%	42,10%	44,70%	51,50%	49,30%	49,50%	44,70%
Nossa Caixa	74,80%	73,70%	60,80%	64,20%	67,70%	62,60%	64,50%

Fonte: Banco Central

No ano 2000, único no período em que a Caixa Econômica Federal mostrou números abaixo da média, o Banco do Brasil apresentou também percentual acima da média (36,9%) no item, impactando a *performance* do segmento.

Cabe registrar ainda que o produto 'crédito x PIB' também refletiu essa opção na alocação dos ativos dos bancos. Nessa variável, exceto pelo ano 2000 quando a Caixa Econômica Federal apresentou volume de crédito igual a 4,78% do PIB, os percentuais estiveram sempre abaixo de 2%, no caso desses dois bancos públicos (Caixa Econômica Federal e Nossa Caixa).

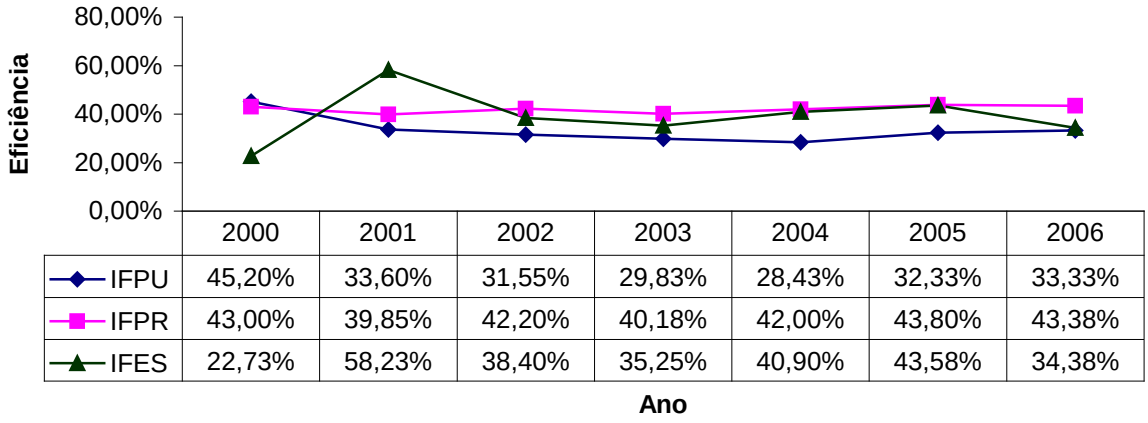
6.2. Ótica da Sociedade com foco na Disponibilização de Estrutura

A quantidade de agências bancárias a disposição da sociedade foi a variável escolhida como insumo nesse foco, tendo como produto o volume de depósitos e o volume de crédito concedido.

Essa relação indica a eficiência dos segmentos em possibilitar à população e empresas acesso aos serviços básicos enquanto depositantes e tomadores de recursos.

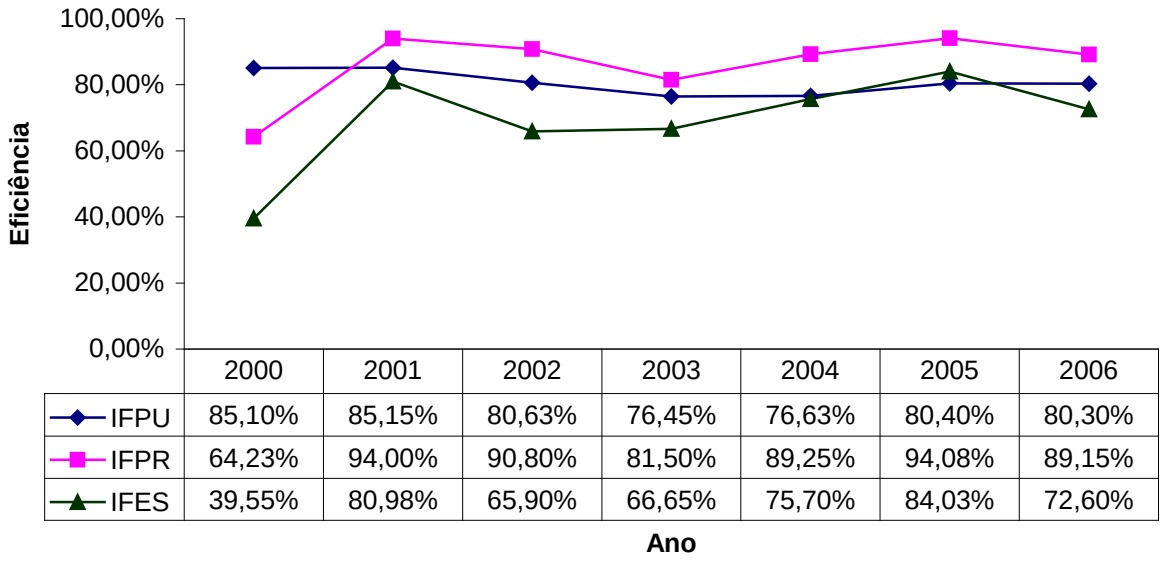
Os dados levantados apresentam, na maior parte do período, as instituições públicas disponibilizando a maior quantidade de agências, acompanhada de perto pelas instituições privadas. Embora apresentando números bem menores, as instituições estrangeiras apresentaram crescimento significativo no período. Já nos depósitos e no crédito, as posições se invertem. As instituições públicas apresentam-se como maiores captadoras enquanto as instituições privadas detém o maior volume de crédito, no que as instituições estrangeiras também apresentaram forte crescimento.

Do ponto de vista da eficiência, entretanto, o segmento privado se manteve com melhor performance durante quase todo o período analisado, conforme retratado nos Gráficos 6.3 e 6.4.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IFPU	45,20%	33,60%	31,55%	29,83%	28,43%	32,33%	33,33%
IFPR	43,00%	39,85%	42,20%	40,18%	42,00%	43,80%	43,38%
IFES	22,73%	58,23%	38,40%	35,25%	40,90%	43,58%	34,38%

Gráfico 6.3 - CCR - Ótica Sociedade Foco Disponibilização de Estrutura



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IFPU	85,10%	85,15%	80,63%	76,45%	76,63%	80,40%	80,30%
IFPR	64,23%	94,00%	90,80%	81,50%	89,25%	94,08%	89,15%
IFES	39,55%	80,98%	65,90%	66,65%	75,70%	84,03%	72,60%

Gráfico 6.4 - BCC - Ótica Sociedade Foco Disponibilização de Estrutura

Analisando o desempenho dos bancos, pode-se identificar que o Banco do Brasil apresentou o maior volume de depósitos e de crédito concedido em todo o período analisado, contanto também com a maior estrutura disponibilizada, apresentando os índices de eficiência mais alto juntamente com a Caixa Econômica, quando utilizada a metodologia com retornos variáveis de escala.

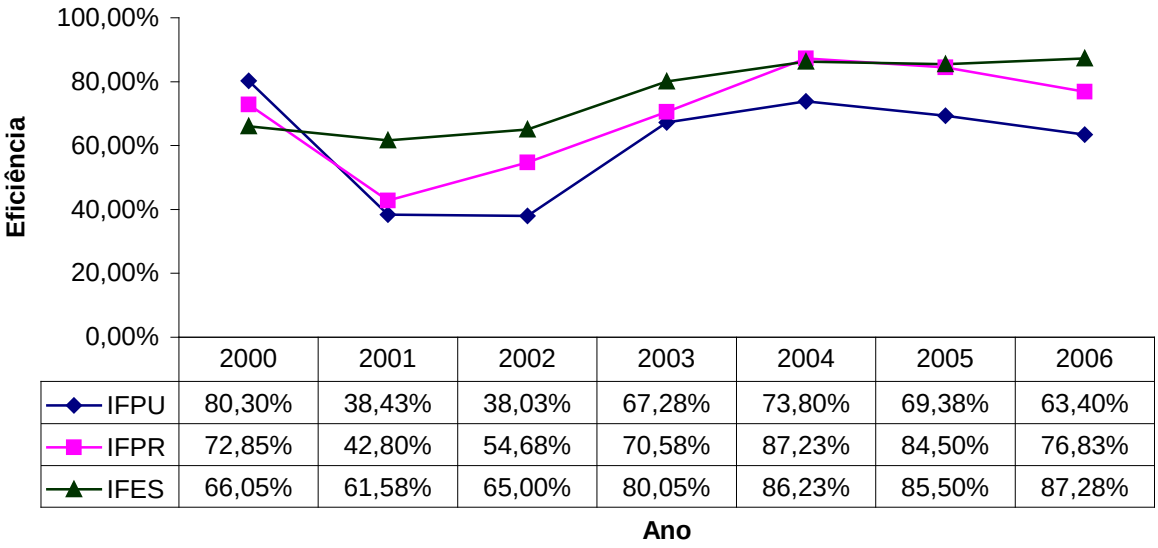
Dessa forma , foi a performance dos bancos menores dos segmentos privado e estrangeiros que mais contribuíram para o resultado encontrado. A análise em separado desses bancos (excluindo os dois maiores de cada segmento) apontaram ineficiência nos bancos públicos sistematicamente.

Cabe clarificar ainda que a aquisição do Banespa pelo Santander é registrado a partir do balanço de 2001, o que explica em parte a performance (pico no gráfico) naquele ano por parte do segmento de bancos estrangeiros, quando utilizada a metodologia com retornos constantes de escala. Também a entrada de banco (Citibank) com menor quantidade de agências nas DMU's determinou o padrão de eficiência a partir daquele ano com impacto positivo no segmento de estrangeiros.

6.3. Ótica das Firmas com foco na Obtenção de Resultado

O foco 'Obtenção de Resultado' considera como insumos o volume de depósitos e volume de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e como produtos o volume de crédito e o resultado da intermediação financeira.

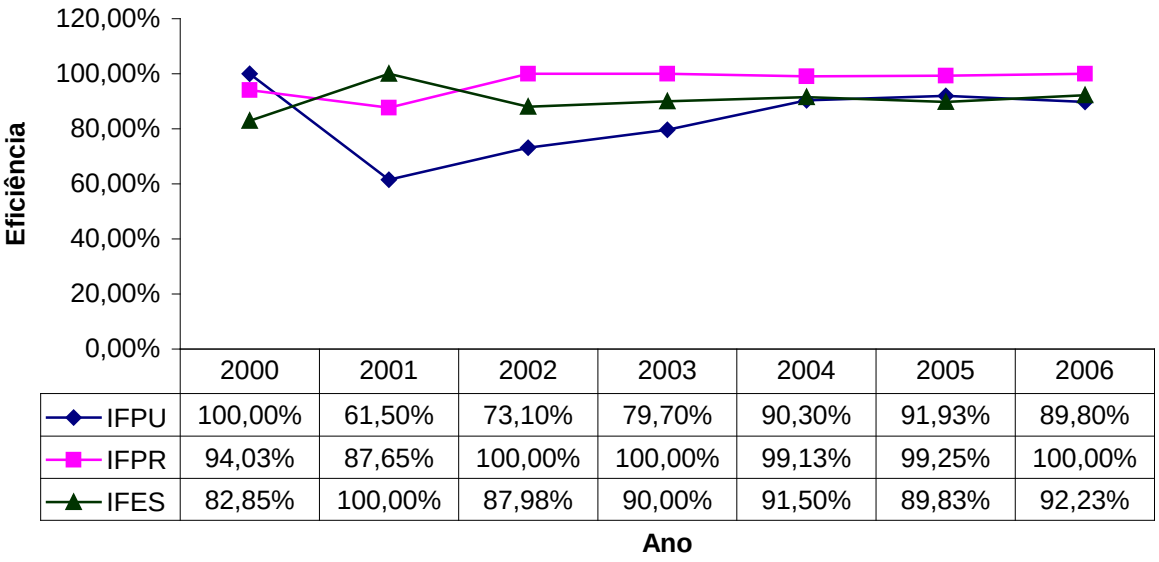
Os Gráficos 6.5 e 6.6 abaixo mostram a *performance* dos segmentos sob análise no período de 2000 a 2006.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IFPU	80,30%	38,43%	38,03%	67,28%	73,80%	69,38%	63,40%
IFPR	72,85%	42,80%	54,68%	70,58%	87,23%	84,50%	76,83%
IFES	66,05%	61,58%	65,00%	80,05%	86,23%	85,50%	87,28%

Gráfico 6.5 - CCR - Ótica das Firmas Foco em Obtenção de Resultado

Tanto na metodologia com retornos constantes quanto na metodologia com retornos variáveis de escala os melhores desempenhos em termos de eficiência são dos segmentos privados e estrangeiros.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IFPU	100,00%	61,50%	73,10%	79,70%	90,30%	91,93%	89,80%
IFPR	94,03%	87,65%	100,00%	100,00%	99,13%	99,25%	100,00%
IFES	82,85%	100,00%	87,98%	90,00%	91,50%	89,83%	92,23%

Gráfico 6.6 - BCC - Ótica das Firmas Foco em Obtenção de Resultado

Cabe registrar, entretanto, que o segmento de instituições públicas apresentou melhoria nos índices de eficiência após 2001. Naquele ano, além da absorção do Banespa pelo Santander que impactou positivamente o desempenho do segmento de bancos estrangeiros, os bancos públicos sofreram o impacto da cessão de parte da carteira de crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal para a Emgea[5], reduzindo o volume de empréstimos no segmento.

De outro modo a gestão dos bancos privados gerou os melhores índices de eficiência tanto no nível das firmas quanto do segmento.

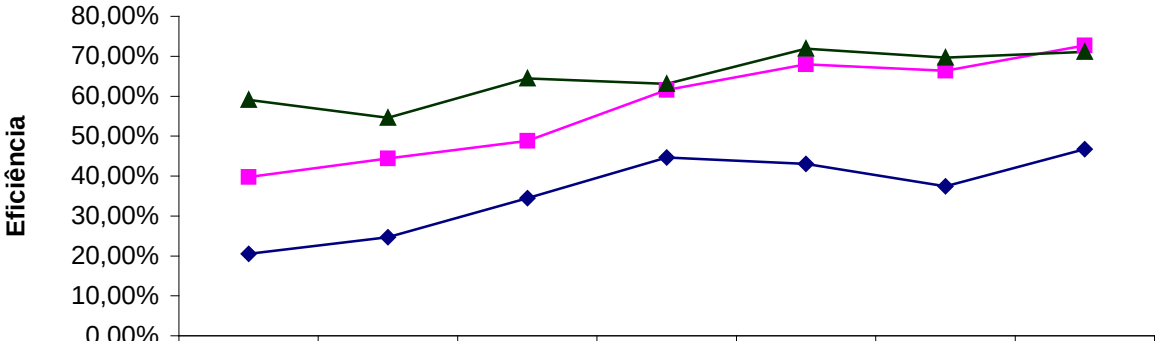
6.4. Ótica das Firmas com foco na Qualidade do Crédito

O índice de adimplência é a variável produto nesse foco. Como insumos foram utilizados o percentual de crédito alocado em operações de risco normal e o percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

[5] A **Empresa Gestora de Ativos (Emgea)** é uma empresa pública federal, de natureza não-financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155, de 26.6.2001 – atual MP nº 2.196-3, de 24.8.2001.Foi criada em decorrência do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF), com o propósito de adquirir bens e direitos da União e das demais entidades da Administração Pública Federal.

Se espera que bancos com maiores percentuais alocados para operações de risco normal tenha necessidade de menores provisões e contem com índices de adimplência mais elevados.

Os Gráficos 6.7 e 6.8 apresentam o desempenho dos segmentos no período e os índices de eficiência calculados.

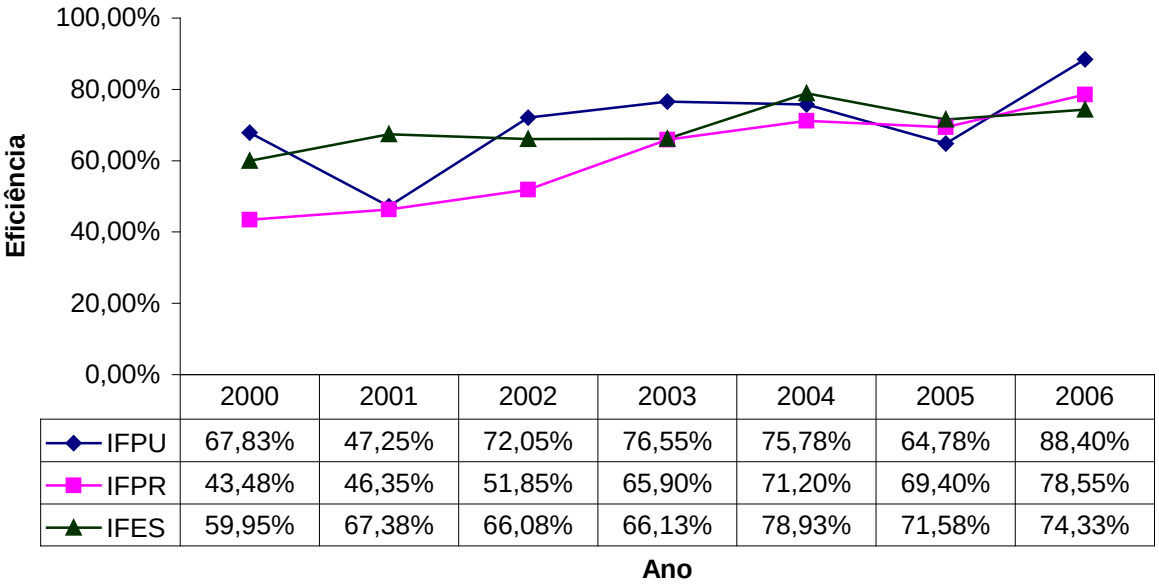


	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IFPU	20,55%	24,70%	34,45%	44,65%	43,08%	37,43%	46,73%
IFPR	39,73%	44,38%	48,80%	61,55%	68,00%	66,40%	72,73%
IFES	59,08%	54,58%	64,48%	63,13%	71,93%	69,65%	71,10%

Ano

Gráfico 6.7 - CCR - Ótica das Firmas Foco Qualidade do Crédito

A tendência para todos os segmentos é de melhoria na eficiência relacionada a qualidade do crédito, tanto na análise com retornos constantes quanto na análise de retornos variáveis de escala. Nesta última, os bancos estiveram alternando posições, com destaque para o segmento de bancos públicos, haja visto que trabalharam com maior tolerância na alocação do crédito, com seleção menos rigorosa em termos de risco, chegando em alguns anos a destinar menos de 80% do crédito para operações de risco normal.



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IFPU	67,83%	47,25%	72,05%	76,55%	75,78%	64,78%	88,40%
IFPR	43,48%	46,35%	51,85%	65,90%	71,20%	69,40%	78,55%
IFES	59,95%	67,38%	66,08%	66,13%	78,93%	71,58%	74,33%

Gráfico 6.8 - BCC - Ótica das Firmas Foco Qualidade do Crédito

A política implementada pelos bancos privados e estrangeiros na seleção do crédito, priorizando operações com risco normal, garantiu menores índices de inadimplência, entretanto não apontou significativas diferenças em termos de eficiência quando comparados aos bancos públicos.

6.5. Eficiência de Escala

O Quadro 6.1 abaixo, mostra para cada ótica e focos estudados, o cálculo da eficiência de escala de todas as instituições financeiras, a cada ano do período avaliado.

A apresentação lado a lado visa facilitar a análise dos segmentos em conjunto durante todo o período estudado.

Quadro 6.1 – Eficiência de Escala

Quadro 6.1.a - Eficiência de Escala - Ótica da Sociedade Foco Financiamento da Economia

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	0,31	0,18	0,2	0,19	0,72	0,77	0,52
ES2	0,44	0,21	0,19	0,23	0,57	0,57	0,75
ES3	0,56	0,99	1	0,17	0,46	0,51	0,4
ES4	0,32	1	0,19	1	1	1	1
PR1	0,32	0,14	0,15	0,17	0,57	0,68	0,64
PR2	0,33	0,15	0,17	0,2	0,63	0,71	0,66
PR3	0,41	0,16	0,17	0,21	0,59	0,66	0,68
PR4	1	0,76	1	1	1	1	1
PU1	0,39	0,09	0,12	0,17	0,48	0,47	0,48
PU2	0,51	0,1	0,13	0,18	0,39	0,4	0,42
PU3	0,47	0,14	0,18	0,18	0,45	0,46	0,4
PU4	1	0,53	0,34	0,48	1	0,98	0,84

Quadro 6.1.b - Eficiência de Escala - Ótica da Sociedade Foco Disponibilização de Estrutura

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	0,6	0,3	0,36	0,3	0,31	0,35	0,41
ES2	0,5	0,23	0,27	0,34	0,31	0,35	0,32
ES3	0,62	1	1	0,36	0,36	0,41	0,45
ES4	0,57	1	0,38	0,87	0,98	0,88	0,96
PR1	0,41	0,18	0,24	0,26	0,23	0,22	0,25
PR2	0,53	0,21	0,23	0,24	0,22	0,25	0,27
PR3	0,45	0,25	0,31	0,3	0,32	0,34	0,33
PR4	1	1	1	1	1	1	1
PU1	0,38	0,28	0,32	0,32	0,26	0,29	0,32
PU2	0,56	0,4	0,37	0,37	0,37	0,39	0,4
PU3	0,61	0,47	0,45	0,45	0,46	0,49	0,5
PU4	0,63	0,47	0,49	0,54	0,53	0,52	0,53

Quadro 6.1.c - Eficiência de Escala - Ótica das Firmas Foco Obtenção de Resultado

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	0,75	0,31	0,46	0,72	1	1	0,83
ES2	0,79	0,32	0,6	1	0,85	0,87	1
ES3	0,83	0,83	1	0,8	1	0,93	0,96
ES4	0,81	1	0,99	1	0,94	1	1
PR1	0,63	0,31	0,42	0,55	0,74	0,77	0,66
PR2	0,65	0,35	0,36	0,58	1	0,8	0,67
PR3	0,79	0,42	0,56	0,77	0,78	0,84	0,74
PR4	1	0,99	0,85	0,93	1	1	1
PU1	0,57	0,46	0,59	0,8	0,65	0,64	0,6
PU2	0,64	0,42	0,29	0,61	0,67	0,54	0,61
PU3	1	0,86	0,66	1	0,89	0,97	0,97
PU4	1	0,78	0,59	0,98	1	0,93	0,66

Quadro 6.1.d - Eficiência de Escala - Ótica das Firmas Foco Qualidade do Crédito

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	0,97	0,92	0,92	0,94	0,75	1	0,94
ES2	0,97	0,96	0,97	0,94	0,99	0,95	1
ES3	0,98	0,53	1	0,88	0,95	0,9	0,92
ES4	1	1	0,98	1	1	1	0,96
PR1	0,91	0,94	0,94	0,93	0,95	0,97	0,93
PR2	0,79	0,92	0,87	0,83	0,91	0,88	0,76
PR3	0,94	0,95	0,94	0,93	0,93	0,94	0,97
PR4	1	0,99	0,98	0,99	1	1	1
PU1	0,85	0,95	0,95	0,94	0,95	0,91	0,88
PU2	0,15	0,53	0,33	0,35	0,35	0,51	0,57
PU3	0,18	0,35	0,38	0,52	0,46	0,43	0,45
PU4	0,51	0,49	0,46	0,65	0,79	0,58	0,3

Fonte: Elaboração própria

É possível observar que, independente da lógica que permeia os cálculos efetuados, os bancos de menor porte em cada um dos segmentos apresentaram eficiência de escala. Mesmo nas avaliações sob a ótica das firmas onde aparecem bancos estrangeiros considerados maiores em seu segmento (ES1 e ES2) com status eficiente, esses bancos são significativamente menores que os gigantes privados e públicos do mercado financeiro considerado o ranking de ativos, quantidade de agências, funcionários ou volume de depósitos.

Essa é também uma explicação para a performance do segmento de bancos públicos no presente estudo.

Régis (2001) por ocasião do estudo ‘Eficiência de Custo no Setor Bancário Brasileiro’ também identificou que o porte das instituições financeiras é mais forte do que a origem do capital, na determinação da eficiência de escala.

7. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A importância de um sistema financeiro eficiente para o desenvolvimento econômico de um país é atestado por diversos estudos realizados na área.

Na América Latina e notadamente no Brasil, a importância do segmento bancário é potencializada diante de um mercado de capitais tímido, ainda que em acelerada evolução nos últimos anos.

Não fosse o bastante para motivar diversos estudos envolvendo as firmas bancárias no Brasil, a história econômica recente trouxe diversas alterações significativas para o segmento.

O controle do processo inflacionário, a abertura à entrada de bancos estrangeiros no país com a intensificação do comércio de serviços financeiros e a adoção de um regime de câmbio flutuante provocou mudanças estruturais e qualitativas no segmento bancário. Impedidos de auferir ganhos possibilitados pela inflação com operações de tesouraria, os bancos passaram a direcionar esforços para obter rentabilidade com a intermediação financeira e prestação de serviços tarifados.

A entrada dos bancos estrangeiros utilizando-se principalmente de fusões e aquisições no mercado nacional imprimiu nova dinâmica ao setor e à concorrência entre bancos.

Passado o período de maiores e mais significativas interferências no sistema financeiro, este projeto se propôs a realizar estudos da eficiência no segmento bancário no período de 2000 a 2006, onde os resultados obtidos estariam mais ligados às decisões das firmas do que a interferências do ambiente macroeconômico, ainda que estas existam permanentemente.

A partir de 1995 o Sistema Financeiro Nacional, notadamente os bancos, puderam ser divididos para efeito de análise em três segmentos se considerada a classificação por estrutura de capital: instituições Públicas, instituições Privadas Nacionais e instituições Estrangeiras.

O estudo considerando esses segmentos de forma agregada viabiliza uma visão sistêmica do comportamento do mercado bancário no Brasil, possibilitando avaliar a

influência da estrutura de capital no posicionamento dos bancos e em resposta as expectativas da sociedade.

Para possibilitar essa avaliação, procuramos conhecer a eficiência dos segmentos por estrutura de capital elegendo combinações de insumos e produtos que permitissem captar informações sob a ótica das firmas e da sociedade.

Para o cálculo dos índices de eficiência foi utilizada a metodologia não paramétrica Analise Envoltória de Dados, de larga utilização entre os pesquisadores da eficiência bancária, com o apoio do *software Frontier Analyst*.

Essa tecnologia define a eficiência através de programação fracionária calculando a razão entre a soma ponderada dos produtos e a soma ponderada dos insumos, o que possibilita o tratamento de múltiplos insumos e múltiplos produtos no cálculo da eficiência.

Ainda no cálculo da eficiência foram considerados retornos constantes e variáveis de escala, de forma a permitir análises de eficiência de escala dos segmentos.

Os resultados encontrados pontuaram que, sob a ótica da sociedade, o segmento de instituições financeiras públicas se apresentam relativamente ineficientes para ambos os focos (financiamento da economia e estrutura disponibilizada), contrariando a expectativa de que, por serem públicas, seriam mais eficientes do ponto de vista dos interesses da sociedade. De outro modo as instituições privadas mantiveram-se eficientes durante todo o período analisado. As instituições estrangeiras também apresentaram performance melhor do que as públicas.

Duas possíveis justificativas podem explicam os resultados encontrados: decisões na composição dos ativos e tamanho dos bancos.

A análise da composição dos ativos dos bancos mostrou um direcionamento de recursos para aplicação em títulos e valores mobiliários pelos bancos públicos bem acima da média do mercado bancário, impactando o percentual de crédito destinado a empresas e consumo (notadamente Caixa Econômica Federal e Nossa Caixa). Essa opção denota possível influência de definições de política monetária do governo sobre as decisões dessas firmas, ou pelo menos indica uma opção das firmas que privilegia outros ganhos que não aqueles de maior interesse da sociedade.

De outro modo os bancos com grandes redes de agência estiveram menos eficientes do que os de estrutura significativamente menor quando a análise se fez com retornos constantes de escala, o que terminou por apontar o segmento de bancos estrangeiros e privados com melhor performance do que o segmento de bancos públicos. Entretanto quando analisados na metodologia com retornos variáveis de escala, os grandes bancos públicos se apresentam eficientes, impactando positivamente a performance do segmento.

Nesse ponto é importante refletir que, em princípio, não seria de interesse da sociedade uma redução no tamanho dos bancos com oferta de menos pontos de atendimento, por exemplo. Possivelmente a questão é que, dada a estrutura e os recursos existentes, as decisões das firmas não têm priorizado a eficiência do ponto de vista dos interesses da sociedade.

Os bancos públicos durante todo o período analisado apresentaram maiores redes de agências, e isso não deve ser desconsiderado, na medida em que pode haver a manutenção de unidades ineficientes para garantir acesso das pessoas aos serviços bancários, o que é de todo interessantes para a sociedade.

Sob a ótica das firmas bancárias o segmento de bancos públicos se apresentou ineficiente quando o foco era no resultado. Como as políticas públicas interferem no direcionamento da aplicação dos recursos pelos bancos públicos reduzindo o *spread* médio praticado, o resultado guardou coerência com a realidade desse segmento.

Guimarães (2002) analisando num estudo paramétrico o mercado bancário brasileiro no período de 1995 a 2001 também apontou os bancos públicos como ineficientes no que diz respeito aos ganhos com intermediação financeira.

Na metodologia CCR os bancos estrangeiros se mostram mais eficientes, enquanto na metodologia BCC o segmento de bancos privados apresentou melhor performance.

De outro modo causou surpresa o resultado encontrado quando o foco estudado foi o da qualidade na concessão do crédito. Embora os segmentos privado e estrangeiro operem com maior percentual de crédito alocado em operações classificadas como de menor risco (risco normal), o segmento de bancos públicos estiveram mais eficientes em 4 dos 6 anos estudados quando o cálculo foi efetuado a retornos variáveis de escala.

Cabe ainda pontuar que, sob a ótica das firmas, em poucos momentos os grandes bancos privados e públicos se apresentam eficientes, o que pode significar reflexos da política expancionista desses bancos privilegiando em suas estratégias o posicionamento (conquista de fatias de mercado) em detrimento de melhores índices de eficiência.

Por último, quanto à eficiência de escala, foram constatados resultados iguais aos encontrados por Régis (2001), que concluiu que, embora os bancos com capital estrangeiro tivessem apresentado melhores índices de eficiência em seus estudos, o efeito porte do banco é mais forte que o efeito origem do capital.

No presente estudo, independente da ótica ou foco utilizado, apenas os menores bancos apresentaram eficiência de escala.

Em resumo, ao avaliar a eficiência dos bancos segmentados por estrutura de capital segundo a ótica da sociedade e das firmas, a presente dissertação mostrou que não existe atrelamento entre as decisões no nível das firmas bancárias que levem o segmento de bancos públicos à eficiência nas relações que traduzem os interesses da sociedade. De outro modo, o resultado encontrado para os segmentos de bancos privados e estrangeiros estão aderentes aos interesses das firmas.

Cabe registrar também a surpreendente performance do segmento de bancos públicos quando o foco foi na qualidade do crédito concedido, apresentando períodos de eficiência mesmo com maior tolerância ao risco.

Finalmente o estudo efetuado se mostrou satisfatório na medida em que proporcionou uma leitura do sistema financeiro segmentado por estrutura de capital, posicionando os resultados produzidos pelo setor bancário da economia nacional frente a preferências da firmas e da sociedade, constituído informação de relevância para gestores públicos, empresários e instituições financeiras.

Como recomendação para outros estudos na área, entendemos que poderá ser de grande contribuição uma análise abrangendo aspectos geográficos do mercado bancário, como por exemplo levar a perspectiva analisada nesse documento para a região nordeste do Brasil, comparando com outras regiões mais desenvolvidas. Por hipótese, é possível que em regiões mais carentes os bancos públicos venham a apresentar melhores desempenhos quando medida a eficiência do ponto de vista dos interesses da sociedade, ou, então, pode-se encontrar

performances de bancos privados e estrangeiros em regiões mais desenvolvidas que venham a justificar o desempenho encontrado a nível de país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2003. Carta-Circular 2345 de janeiro de 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2004. Relatório de Economia Bancária e Crédito Bancário.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2005. Relatório de Economia Bancária e Crédito Bancário.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2006. Juros e Spread Bancário / Banco Central do Brasil – Série Perguntas e Respostas.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2006. Relatório de Economia Bancária e Crédito Bancário.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif.

BANCO DO BRASIL. 2008. Boletim de Monitoramento de Mercado – Diretoria de Finanças. Rio de Janeiro.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. 2005. Libertar o Crédito: como aprofundar e estabilizar o financiamento bancário – Progresso econômico e social na América Latina – Relatório 2005. Elsevier, Rio de Janeiro.

BESANKO, David & BRAEUTGAM, Ronald R. 2002. Microeconomia – Uma abordagem completa – LTC – Rio de Janeiro.

BLUM, D. ; NAKANE, M. I. . O impacto de requerimentos de capital na oferta de crédito bancário no Brasil. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia Anpec, 2005, Natal. Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia Anpec, 2005.

CAMPOS, Maurício Barreto. 2002. Produtividade e Eficiência do Setor Bancário Privado Brasileiro de 1994 a 1999 – Tese de Mestrado FGV – São Paulo.

CASU, B.;MOLYNEUX, P. 2001. Efficiency in European banking. In Goddard, J.;Mlyneux, P.; Wilson, J. European banking: efficiency, technology and growth. Chichester. Jonh Wiley & Sons Ltd.

CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A. & DA SILVA, Roberto . 2007. Metodologia Científica – Pearson – São Paulo.

COMITÊ LATINOAMERICANO DE ASSUNTOS FINANCEIROS. 2002. Os Bancos Estrangeiros Fortalecem os Sistemas Financeiros da América Latina? – Lima, Peru.

FARIA, João Adelino, PAULA, Luiz Fernando e MARINHO Alexandre. 2006. Fusões e Aquisições Bancárias no Brasil: Uma avaliação da eficiência técnica de escala – Rio de Janeiro.

FARRELL, M.J. The measurement of productive efficiency. Journal of the Royal Statistical Society, v.120

FERGUSON, C.E. Microeconomia. 18.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

FREAZA, Flávio Paim. 2006. Análise de Eficiência do mercado bancário brasileiro, utilizando a metodologia da análise envoltória de dados – Dissertação de Mestrado –Ibemec. São Paulo.

FREIXAS, Xavier; ROCHET, Jean-Charles. 1997. *Microeconomics of Banking*, MIT Press, Cambridge MA.

GERGER, A.; HUMPHREY, D. 2000. Efficiency of financial institutions: international survey and directions for future research. In Harker, P.; Stavros, Z. (Org.) Performance of financial instituitions: efficiency, innovation, regulation. Cambridge University Press.

GUIMARÃES, P. (2002). “How does foreign entry affect the domestic banking market? The Brazilian case”, *Latin American Business Review*, v.3, n. 4, p.121-140.

KASSAI, Silvia. Utilização da Análise por Envoltória de Dados (DEA) na Análise das Demonstrações Contábeis. 2002. 350 f. Tese apresentada ao departamento de economia, administração e contabilidade, da universidade de São Paulo, 2002.

KRAUSE, Kathleen; PORTELLA, Gualter Ramalho; TABAK, Benjamin Miranda. Eficiência Bancária**:** o valor intrínseco na função de produção. Revista de Administração (USP), v. 40, n. 4, p. 172-179, 2005

KUHL, Marco Roberto & CLEMENTE, Ademir. 2006. Intermediação Financeira no Brasil: Influência da taxa de captação sobre a taxa de aplicação – São Paulo.

LEVINE, R. 1997. Financial development and economic growth: views and agenda. Journal of Economic Literature, v. XXXV.

MARINHO, A. 2001. Estudo de eficiência em alguns hospitais públicos e privados com a geração de rankings. Rio de Janeiro: Ipea (Texto para Discussão, nr. 794).

MATOS, Orlando C. de. *Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Econômico no Brasil: Evidências de Causalidade*. Brasília, Banco Central do Brasil, 2002, (Texto para Discussão n° 49).

MISHKIM, Frederic S. 2000. Moedas, Bancos e Mercados Financeiros – 5ª. Ed. Rio de Janeiro.

MODENESI, A.M. 2007. Teoria da Intermediação Financeira, o Modelo ECD e sua Aplicação aos Bancos: uma Resenha. Rio de Janeiro.

PAULA, L.F. & OREIRO, J.L. 2007. Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro – Editora Campus. Rio de Janeiro.

PAULA, L.F.; MARINHO, A. & FARIA, J.A. 2006. Eficiência no Setor Bancário Brasileiro: a Experiência Recente das Fusões e Aquisições. Rio de Janeiro.

PAULA, Luiz Fernando. 2004. Determinantes e Impactos da Recente Entrada de Bancos Europeus no Brasil – Editora da UFPR. Curitiba.

RÉGIS, Fernando Antônio de Paiva. 2001 – Eficiência de Custo no Setor Bancário Brasileiro – Dissertação de Mestrado – UFPE. Recife.

SILVA, Everton Nunes & PORTO, Sabion S. 2006. Sistema Financeiro e Crescimento Econômico: Uma aplicação de regressão quantílica. São Paulo (SP).

Site do Banco Central do Brasil na Internet (www.bcb.gov.br).

SOARES DE MELLO, João Carlos. 2005. Análise Envoltória de Dados – XXXVII Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional – Gramado.

SOUZA, Nali de Jesus. 1999. Desenvolvimento Econômico – 4ª. Ed.: Atlas. São Paulo.

ANEXOS

Anexo 01 – Dados das variáveis utilizadas no cálculo da eficiência

Tabela 1 - Ótica Sociedade
Financiamento da Economia

ANO 2000	Participação % Depósitos	Participação % Agências	Participação % Crédito à Produção	Crédito x PIB
PU1	21,13%	17,59%	29,00%	3,28%
PU2	20,31%	11,62%	45,56%	4,78%
PU3	3,81%	2,95%	12,50%	0,19%
PU4	0,33%	1,06%	65,84%	0,54%
PR1	11,80%	15,66%	42,77%	2,76%
PR2	9,01%	12,29%	33,61%	1,62%
PR3	4,27%	5,49%	37,09%	1,33%
PR4	1,42%	0,45%	26,29%	0,50%
ES1	3,86%	3,47%	41,10%	0,42%
ES2	2,71%	4,12%	22,38%	0,80%
ES3	1,61%	2,48%	31,01%	0,42%
ES4	2,57%	5,96%	27,62%	0,53%

ANO 2001	Participação % Depósitos	Participação % Agências	Participação % Crédito à Produção	Crédito x PIB
PU1	20,84%	17,96%	27,07%	3,26%
PU2	19,66%	11,78%	19,53%	1,51%
PU3	4,50%	2,91%	13,34%	0,23%
PU4	0,88%	1,02%	50,43%	0,48%
PR1	11,72%	15,31%	44,09%	2,92%
PR2	8,08%	11,87%	35,88%	1,87%
PR3	5,51%	5,35%	45,13%	1,59%
PR4	1,88%	0,45%	29,13%	0,57%
ES1	4,50%	5,86%	22,48%	0,91%
ES2	2,69%	4,79%	41,80%	0,93%
ES3	0,47%	0,33%	35,41%	0,67%
ES4	0,34%	0,30%	37,28%	0,62%

ANO 2002	Participação % Depósitos	Participação % Agências	Participação % Crédito à Produção	Crédito x PIB
PU1	22,32%	18,13%	28,54%	3,70%
PU2	17,58%	12,30%	17,83%	1,54%
PU3	4,15%	2,85%	12,53%	0,24%
PU4	1,53%	2,13%	38,02%	0,30%
PR1	13,00%	16,97%	39,44%	2,92%
PR2	9,07%	12,80%	34,03%	2,27%
PR3	6,04%	5,20%	32,73%	1,46%
PR4	1,73%	0,45%	44,65%	0,68%
ES1	4,45%	5,83%	24,60%	0,86%
ES2	3,62%	4,87%	44,76%	1,01%
ES3	0,34%	0,29%	27,38%	0,50%
ES4	2,95%	5,41%	33,31%	0,51%

ANO 2003	Participação % Depósitos	Participação % Agências	Participação % Crédito à Produção	Crédito x PIB
PU1	23,72%	19,20%	31,84%	4,09%
PU2	17,47%	11,92%	16,84%	1,49%
PU3	4,09%	2,94%	13,90%	0,22%
PU4	0,60%	1,02%	28,21%	0,22%
PR1	12,56%	17,82%	33,27%	2,71%
PR2	8,08%	13,15%	33,70%	1,99%
PR3	5,62%	5,31%	40,48%	1,41%
PR4	1,87%	0,48%	41,74%	0,70%
ES1	5,77%	6,67%	45,82%	1,36%
ES2	3,93%	5,98%	26,33%	0,83%
ES3	3,26%	5,40%	45,17%	0,67%
ES4	0,27%	0,26%	29,12%	0,33%

ANO 2004	Participação % Depósitos	Participação % Agências	Participação % Crédito à Produção	Crédito x PIB
PU1	21,48%	21,50%	35,81%	4,12%
PU2	17,07%	12,13%	19,68%	1,49%
PU3	4,09%	2,88%	15,34%	0,25%
PU4	0,50%	1,03%	29,16%	0,20%
PR1	12,77%	17,11%	40,35%	2,88%
PR2	7,85%	12,53%	35,36%	1,96%
PR3	6,32%	5,22%	41,99%	1,47%
PR4	1,86%	0,49%	43,41%	0,74%
ES1	4,26%	5,84%	29,84%	0,97%
ES2	6,02%	6,31%	48,40%	1,37%
ES3	4,29%	5,26%	44,01%	0,75%
ES4	1,12%	0,30%	30,84%	0,32%

ANO 2005	Participação % Depósitos	Participação % Agências	Participação % Crédito à Produção	Crédito x PIB
PU1	21,61%	22,23%	37,31%	4,30%
PU2	16,78%	12,87%	19,76%	1,73%
PU3	3,88%	2,81%	18,17%	0,28%
PU4	1,41%	2,22%	39,72%	0,27%
PR1	11,85%	16,23%	48,36%	3,40%
PR2	8,11%	12,84%	37,82%	2,17%
PR3	5,77%	5,09%	43,65%	1,61%
PR4	1,82%	0,55%	38,17%	0,77%
ES1	4,71%	5,73%	30,92%	1,18%
ES2	7,12%	6,14%	52,04%	1,70%
ES3	4,56%	5,17%	39,48%	0,83%
ES4	0,99%	0,34%	28,31%	0,31%

ANO 2006	Participação % Depósitos	Participação % Agências	Participação % Crédito à Produção	Crédito x PIB
PU1	21,82%	21,86%	41,69%	5,24%
PU2	16,68%	13,11%	21,87%	1,96%
PU3	3,79%	2,91%	18,19%	0,30%
PU4	1,44%	2,24%	38,07%	0,26%
PR1	11,53%	16,30%	45,01%	3,69%
PR2	8,55%	13,68%	36,33%	2,60%
PR3	5,00%	5,04%	44,06%	1,69%
PR4	1,78%	0,56%	38,35%	0,88%
ES1	7,57%	5,91%	40,34%	1,97%
ES2	4,39%	5,73%	34,41%	1,46%
ES3	5,18%	5,05%	39,22%	0,93%
ES4	0,76%	0,60%	24,18%	0,31%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 - Ótica Sociedade
Disponibilização de Estrutura

ANO 2000	Quantidade Agências	Volume Depósitos	Volume Crédito
PU1	2.909	65.687.528	38.707.120
PU2	1.921	63.120.664	56.362.867
PU3	488	11.828.826	2.295.080
PU4	175	1.038.012	6.323.087
PR1	2.589	36.689.721	32.597.435
PR2	2.032	27.991.830	19.050.126
PR3	908	13.262.109	15.706.715
PR4	75	4.426.444	5.931.780
ES1	573	11.993.153	4.957.043
ES2	681	8.432.617	9.428.515
ES3	410	5.005.540	4.933.549
ES4	985	7.974.222	6.225.705

ANO 2001	Quantidade Agências	Volume Depósitos	Volume Crédito
PU1	3.069	73.435.956	42.499.281
PU2	2.013	69.257.266	19.660.935
PU3	498	15.862.003	2.945.562
PU4	175	3.087.064	6.256.615
PR1	2.617	41.290.350	37.977.179
PR2	2.028	28.451.744	24.307.654
PR3	914	19.402.431	20.657.005
PR4	77	6.607.576	7.390.566
ES1	1.001	15.840.844	11.788.025
ES2	819	9.469.564	12.081.956
ES3	57	1.650.105	8.735.116
ES4	52	1.211.422	8.020.283

ANO 2002	Quantidade Agências	Volume Depósitos	Volume Crédito
PU1	3.165	97.253.319	54.686.972
PU2	2.147	76.606.306	22.734.645
PU3	498	18.088.755	3.565.110
PU4	372	6.673.200	4.370.782
PR1	2.962	56.653.327	43.176.171
PR2	2.235	39.529.224	33.588.302
PR3	907	26.312.387	21.615.767
PR4	79	7.553.365	9.996.450
ES1	1.017	19.390.574	12.707.189
ES2	851	15.782.246	14.969.638
ES3	51	1.477.712	7.352.265
ES4	944	12.870.027	7.485.049

ANO 2003	Quantidade Agências	Volume Depósitos	Volume Crédito
PU1	3.296	110.013.671	69.600.848
PU2	2.046	81.024.347	25.268.263
PU3	505	18.989.583	3.806.532
PU4	175	2.766.800	3.716.394
PR1	3.060	58.255.403	46.013.670
PR2	2.258	37.462.127	33.778.522
PR3	912	26.072.072	23.896.036
PR4	82	8.680.330	11.837.145
ES1	1.145	26.756.225	23.123.888
ES2	1.026	18.222.183	14.179.732
ES3	928	15.131.333	11.434.602
ES4	45	1.231.850	5.632.497

ANO 2004	Quantidade Agências	Volume Depósitos	Volume Crédito
PU1	3.783	115.531.842	79.982.325
PU2	2.135	91.772.694	28.979.080
PU3	506	22.014.899	4.770.846
PU4	181	2.711.629	3.887.795
PR1	3.011	68.687.387	55.903.023
PR2	2.205	42.224.637	38.136.311
PR3	918	33.992.812	28.455.867
PR4	86	9.984.685	14.347.931
ES1	1.028	22.912.874	18.845.520
ES2	1.111	32.363.359	26.653.422
ES3	926	23.062.877	14.560.362
ES4	53	6.015.969	6.281.084

ANO 2005	Quantidade Agências	Volume Depósitos	Volume Crédito
PU1	4.008	137.658.259	92.324.659
PU2	2.321	106.899.588	37.195.376
PU3	506	24.690.298	5.983.628
PU4	401	8.986.050	5.724.272
PR1	2.927	75.468.849	73.012.779
PR2	2.315	51.665.611	46.654.611
PR3	917	36.730.206	34.481.896
PR4	99	11.599.132	16.497.900
ES1	1.033	29.982.206	25.233.834
ES2	1.107	45.375.041	36.595.742
ES3	932	29.064.469	17.865.030
ES4	61	6.283.785	6.730.384

ANO 2006	Quantidade Agências	Volume Depósitos	Volume Crédito
PU1	4.048	158.840.958	122.263.407
PU2	2.428	121.390.492	45.688.652
PU3	539	27.566.261	7.063.766
PU4	415	10.482.845	6.035.730
PR1	3.018	83.969.141	86.057.053
PR2	2.534	62.243.101	60.713.288
PR3	934	36.370.360	39.424.838
PR4	104	12.924.625	20.634.171
ES1	1.095	55.138.214	45.902.120
ES2	1.062	31.925.294	34.149.861
ES3	935	37.725.095	21.641.229
ES4	111	5.559.250	7.206.091

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 - Ótica Firmas
Obtenção de Resultados

ANO 2000	Volume Depósitos	Provisão PCLD	Volume Crédito	Resultado Intermediação
PU1	65.687.528	2.694.172	38.707.120	1.939.741
PU2	63.120.664	4.091.174	56.362.867	2.499.425
PU3	11.828.826	259.280	2.295.080	770.073
PU4	1.038.012	991.842	6.323.087	-146.021
PR1	36.689.721	2.422.998	32.597.435	2.108.711
PR2	27.991.830	1.698.668	19.050.126	1.760.608
PR3	13.262.109	1.121.916	15.706.715	822.321
PR4	4.426.444	237.014	5.931.780	386.764
ES1	11.993.153	729.248	4.957.043	1.051.373
ES2	8.432.617	575.838	9.428.515	1.584.243
ES3	5.005.540	434.227	4.933.549	-3.057.396
ES4	7.974.222	336.924	6.225.705	719.910

ANO 2001	Volume Depósitos	Provisão PCLD	Volume Crédito	Resultado Intermediação
PU1	73.435.956	2.201.729	42.499.281	2.825.998
PU2	69.257.266	3.383.795	19.660.935	1.730.006
PU3	15.862.003	325.452	2.945.562	781.306
PU4	3.087.064	2.115.478	6.256.615	-1.785.424
PR1	41.290.350	2.880.113	37.977.179	3.199.103
PR2	28.451.744	2.075.660	24.307.654	1.994.278
PR3	19.402.431	1.162.769	20.657.005	1.616.307
PR4	6.607.576	271.536	7.390.566	578.015
ES1	15.840.844	1.016.019	11.788.025	2.140.137
ES2	9.469.564	898.491	12.081.956	1.494.002
ES3	1.650.105	252.964	8.735.116	828.545
ES4	1.211.422	190.001	8.020.283	571.567

ANO 2002	Volume Depósitos	Provisão PCLD	Volume Crédito	Resultado Intermediação
PU1	97.253.319	3.217.395	54.686.972	4.776.631
PU2	76.606.306	3.091.736	22.734.645	3.899.462
PU3	18.088.755	348.911	3.565.110	1.218.914
PU4	6.673.200	746.684	4.370.782	615.643
PR1	56.653.327	3.542.362	43.176.171	3.690.111
PR2	39.529.224	3.260.520	33.588.302	2.877.067
PR3	26.312.387	1.322.705	21.615.767	544.787
PR4	7.553.365	404.365	9.996.450	446.643
ES1	19.390.574	957.255	12.707.189	2.557.179
ES2	15.782.246	918.492	14.969.638	1.975.548
ES3	1.477.712	253.042	7.352.265	1.835.229
ES4	12.870.027	442.639	7.485.049	856.244

ANO 2003	Volume Depósitos	Provisão PCLD	Volume Crédito	Resultado Intermediação
PU1	110.013.671	3.996.879	69.600.848	6.017.860
PU2	81.024.347	3.391.926	25.268.263	4.023.956
PU3	18.989.583	340.117	3.806.532	1.250.256
PU4	2.766.800	593.042	3.716.394	311.885
PR1	58.255.403	3.907.083	46.013.670	4.067.072
PR2	37.462.127	3.531.248	33.778.522	3.625.131
PR3	26.072.072	1.426.790	23.896.036	2.048.995
PR4	8.680.330	513.291	11.837.145	600.366
ES1	26.756.225	1.584.325	23.123.888	2.360.321
ES2	18.222.183	861.064	14.179.732	2.214.945
ES3	15.131.333	1.052.953	11.434.602	892.062
ES4	1.231.850	227.797	5.632.497	317.251

ANO 2004	Volume Depósitos	Provisão PCLD	Volume Crédito	Resultado Intermediação
PU1	115.531.842	5.138.815	79.982.325	5.680.158
PU2	91.772.694	3.415.350	28.979.080	4.246.224
PU3	22.014.899	415.754	4.770.846	1.213.655
PU4	2.711.629	355.928	3.887.795	315.428
PR1	68.687.387	3.992.652	55.903.023	5.086.921
PR2	42.224.637	3.117.314	38.136.311	5.570.462
PR3	33.992.812	1.678.255	28.455.867	2.365.626
PR4	9.984.685	610.464	14.347.931	680.412
ES1	22.912.874	777.694	18.845.520	2.554.496
ES2	32.363.359	1.309.873	26.653.422	1.775.924
ES3	23.062.877	1.139.269	14.560.362	1.656.258
ES4	6.015.969	280.956	6.281.084	-4.019

ANO 2005	Volume Depósitos	Provisão PCLD	Volume Crédito	Resultado Intermediação
PU1	137.658.259	6.363.519	92.324.659	5.556.505
PU2	106.899.588	3.772.589	37.195.376	5.221.385
PU3	24.690.298	597.358	5.983.628	1.483.574
PU4	8.986.050	806.127	5.724.272	842.042
PR1	75.468.849	4.803.161	73.012.779	6.008.469
PR2	51.665.611	4.680.415	46.654.611	5.441.343
PR3	36.730.206	2.081.757	34.481.896	2.973.795
PR4	11.599.132	820.430	16.497.900	911.098
ES1	29.982.206	966.379	25.233.834	2.522.858
ES2	45.375.041	1.731.400	36.595.742	3.277.133
ES3	29.064.469	1.537.020	17.865.030	1.560.925
ES4	6.283.785	371.439	6.730.384	905.946

ANO 2006	Volume Depósitos	Provisão PCLD	Volume Crédito	Resultado Intermediação
PU1	158.840.958	8.394.562	122.263.407	5.882.940
PU2	121.390.492	4.468.699	45.688.652	5.680.711
PU3	27.566.261	770.990	7.063.766	1.473.709
PU4	10.482.845	817.576	6.035.730	760.346
PR1	83.969.141	6.466.132	86.057.053	5.823.662
PR2	62.243.101	6.652.928	60.713.288	6.361.751
PR3	36.370.360	2.750.243	39.424.838	3.484.766
PR4	12.924.625	854.348	20.634.171	1.105.872
ES1	55.138.214	2.490.327	45.902.120	3.813.816
ES2	31.925.294	1.559.670	34.149.861	3.031.059
ES3	37.725.095	1.534.680	21.641.229	1.993.435
ES4	5.559.250	568.451	7.206.091	1.253.339

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 - Ótica Firmas
Qualidade do Crédito

ANO 2000	Participação % Risco Normal	Provisão % PCLD	Índice Inadimplência
PU1	88,78%	6,96%	6,52%
PU2	81,99%	7,26%	16,66%
PU3	73,83%	11,30%	15,30%
PU4	80,49%	15,69%	15,85%
PR1	90,47%	7,43%	6,60%
PR2	87,17%	8,92%	6,36%
PR3	91,33%	7,14%	6,31%
PR4	92,86%	4,00%	3,89%
ES1	95,78%	6,11%	3,49%
ES2	92,20%	8,80%	7,25%
ES3	94,50%	5,41%	4,49%
ES4	92,95%	2,29%	2,14%

ANO 2001	Participação % Risco Normal	Provisão % PCLD	Índice Inadimplência
PU1	91,69%	5,18%	5,69%
PU2	63,45%	17,21%	18,77%
PU3	56,04%	11,05%	10,04%
PU4	61,62%	33,81%	36,76%
PR1	90,50%	7,58%	6,47%
PR2	88,23%	8,54%	7,13%
PR3	91,88%	5,63%	5,73%
PR4	94,95%	3,67%	2,81%
ES1	88,58%	8,62%	8,46%
ES2	92,59%	7,44%	5,47%
ES3	92,99%	2,90%	4,05%
ES4	96,48%	2,37%	2,06%

ANO 2002	Participação % Risco Normal	Provisão % PCLD	Índice Inadimplência
PU1	92,00%	5,88%	5,50%
PU2	61,45%	13,60%	12,37%
PU3	73,47%	9,79%	9,10%
PU4	65,84%	17,08%	23,62%
PR1	90,88%	8,20%	6,45%
PR2	85,93%	9,71%	9,74%
PR3	90,86%	6,12%	5,99%
PR4	93,99%	4,05%	3,59%
ES1	89,35%	7,53%	7,25%
ES2	93,57%	6,14%	4,33%
ES3	95,57%	3,44%	2,65%
ES4	94,13%	5,91%	4,80%

ANO 2003	Participação % Risco Normal	Provisão % PCLD	Índice Inadimplência
PU1	92,13%	5,74%	4,56%
PU2	66,16%	13,42%	13,15%
PU3	75,21%	8,94%	7,70%
PU4	77,26%	15,96%	20,26%
PR1	91,31%	8,49%	5,95%
PR2	85,79%	10,45%	9,19%
PR3	91,31%	5,97%	6,20%
PR4	95,07%	4,34%	3,24%
ES1	92,22%	6,85%	5,69%
ES2	92,29%	6,07%	5,81%
ES3	88,57%	9,21%	8,93%
ES4	95,80%	4,04%	3,16%

ANO 2004	Participação % Risco Normal	Provisão % PCLD	Índice Inadimplência
PU1	92,10%	6,42%	5,09%
PU2	66,10%	11,79%	12,17%
PU3	77,08%	8,71%	7,79%
PU4	83,39%	9,16%	10,36%
PR1	92,26%	7,14%	5,04%
PR2	89,77%	8,17%	5,96%
PR3	90,74%	5,90%	5,09%
PR4	95,16%	4,25%	2,92%
ES1	94,36%	4,13%	4,01%
ES2	94,75%	4,91%	3,90%
ES3	91,91%	7,82%	7,00%
ES4	94,95%	4,47%	3,11%

ANO 2005	Participação % Risco Normal	Provisão % PCLD	Índice Inadimplência
PU1	90,63%	6,89%	6,02%
PU2	75,75%	10,14%	10,96%
PU3	73,19%	9,98%	8,97%
PU4	77,88%	14,08%	17,25%
PR1	93,25%	6,58%	4,81%
PR2	89,14%	10,03%	7,82%
PR3	91,87%	6,04%	4,94%
PR4	94,85%	4,97%	2,98%
ES1	93,49%	3,83%	3,63%
ES2	93,60%	4,73%	4,85%
ES3	90,37%	8,60%	8,37%
ES4	95,21%	5,52%	3,83%

ANO 2006	Participação % Risco Normal	Provisão % PCLD	Índice Inadimplência
PU1	90,97%	6,87%	5,87%
PU2	83,56%	9,78%	10,42%
PU3	81,17%	10,91%	10,10%
PU4	80,40%	13,55%	15,34%
PR1	92,23%	7,51%	5,88%
PR2	87,98%	10,96%	8,34%
PR3	93,17%	6,98%	5,49%
PR4	94,07%	4,14%	3,93%
ES1	92,51%	5,43%	5,65%
ES2	94,00%	4,57%	4,79%
ES3	91,88%	7,09%	6,85%
ES4	92,95%	7,89%	5,48%

Fonte: Elaboração própria.

Anexo 02 – Índices de eficiência calculados por DMU/ano

Tabela 05 - Ótica da Sociedade - Foco Financiamento da Economia

Sociedade 01 – retornos constantes de escala – orientação a output

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	19,30%	11,20%	13,20%	18,90%	57,20%	59,20%	52,10%
ES2	33,50%	19,30%	19,10%	17,00%	57,30%	56,70%	67,00%
ES3	29,20%	99,40%	100,00%	16,50%	43,90%	43,20%	35,90%
ES4	16,70%	100,00%	14,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PR1	29,40%	13,90%	15,30%	17,30%	56,60%	68,00%	64,20%
PR2	22,10%	12,90%	17,10%	19,70%	62,90%	63,50%	61,10%
PR3	40,10%	16,10%	16,50%	20,90%	58,30%	66,00%	67,90%
PR4	100,00%	62,20%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU1	26,80%	9,00%	12,00%	16,70%	48,20%	47,20%	48,20%
PU2	50,70%	6,30%	7,30%	9,60%	22,00%	24,50%	23,60%
PU3	9,20%	3,80%	5,00%	5,90%	15,10%	19,20%	17,80%
PU4	100,00%	53,10%	30,70%	43,10%	100,00%	98,10%	83,50%

Sociedade 01 – retornos variáveis de escala – orientação a output

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	63,00%	61,40%	66,60%	100,00%	78,90%	77,00%	100,00%
ES2	76,80%	94,00%	100,00%	74,20%	100,00%	100,00%	89,60%
ES3	51,80%	100,00%	100,00%	100,00%	95,00%	84,90%	89,00%
ES4	52,30%	100,00%	74,50%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PR1	93,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PR2	67,90%	85,60%	100,00%	100,00%	100,00%	89,80%	91,90%
PR3	97,10%	100,00%	100,00%	100,00%	99,30%	100,00%	100,00%
PR4	100,00%	82,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU1	68,70%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU2	100,00%	61,80%	56,90%	53,60%	57,10%	60,60%	56,70%
PU3	19,60%	27,10%	28,00%	32,00%	33,70%	41,60%	44,00%
PU4	100,00%	100,00%	90,20%	88,90%	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 06 - Ótica da Sociedade - Foco Disponibilização de Estrutura

Sociedade 02 – retornos constantes de escala – orientação a output

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	35,50%	18,40%	19,90%	22,10%	19,20%	24,80%	40,50%
ES2	21,00%	14,50%	19,40%	16,80%	25,10%	35,00%	24,20%
ES3	20,70%	100,00%	100,00%	15,40%	21,50%	26,60%	32,50%
ES4	13,70%	100,00%	14,30%	86,70%	97,80%	87,90%	40,30%
PR1	24,00%	18,40%	20,00%	18,00%	19,60%	22,00%	22,40%
PR2	23,30%	16,30%	18,50%	15,70%	16,50%	19,00%	19,80%
PR3	24,70%	24,70%	30,30%	27,00%	31,90%	34,20%	31,30%
PR4	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU1	38,30%	27,90%	32,10%	31,50%	26,30%	29,30%	31,60%
PU2	55,70%	40,10%	37,30%	37,40%	37,00%	39,30%	40,20%
PU3	41,10%	37,10%	38,00%	35,50%	37,50%	41,60%	41,20%
PU4	45,70%	29,30%	18,80%	14,90%	12,90%	19,10%	20,30%

Sociedade 02 – retornos variáveis de escala – orientação a output

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	59,20%	61,40%	55,20%	74,70%	61,40%	70,90%	100,00%
ES2	41,90%	62,50%	70,70%	49,20%	82,20%	100,00%	75,40%
ES3	33,20%	100,00%	100,00%	42,70%	59,20%	65,20%	73,00%
ES4	23,90%	100,00%	37,70%	100,00%	100,00%	100,00%	42,00%
PR1	58,10%	100,00%	83,40%	70,40%	84,30%	100,00%	89,90%
PR2	44,10%	76,00%	81,50%	66,30%	73,40%	76,30%	72,90%
PR3	54,70%	100,00%	98,30%	89,30%	99,30%	100,00%	93,80%
PR4	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU3	67,40%	78,40%	84,00%	78,30%	82,30%	85,00%	83,00%
PU4	73,00%	62,20%	38,50%	27,50%	24,20%	36,60%	38,20%

Tabela 07 - Ótica das Firmas - Foco Obtenção de Resultado

Firmas 03 – retornos constantes de escala – orientação a input

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	43,10%	31,10%	45,70%	72,00%	100,00%	100,00%	82,90%
ES2	78,90%	31,90%	56,10%	100,00%	84,90%	86,60%	100,00%
ES3	65,10%	83,30%	100,00%	48,20%	66,00%	55,40%	66,20%
ES4	77,10%	100,00%	58,20%	100,00%	94,00%	100,00%	100,00%
PR1	63,20%	31,20%	41,90%	54,80%	73,80%	77,30%	65,90%
PR2	49,40%	27,70%	35,50%	57,60%	100,00%	79,60%	67,10%
PR3	78,80%	42,10%	56,20%	76,60%	75,10%	81,10%	74,30%
PR4	100,00%	70,20%	85,10%	93,30%	100,00%	100,00%	100,00%
PU1	57,40%	45,70%	58,50%	79,90%	65,30%	63,70%	60,30%
PU2	63,80%	13,80%	25,30%	45,40%	40,90%	53,70%	60,90%
PU3	100,00%	63,60%	48,20%	100,00%	89,00%	95,10%	86,70%
PU4	100,00%	30,60%	20,10%	43,80%	100,00%	65,00%	45,70%

Firmas 03 – retornos variáveis de escala – orientação a input

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	57,80%	100,00%	100,00%	99,50%	100,00%	100,00%	100,00%
ES2	100,00%	100,00%	93,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ES3	78,90%	100,00%	100,00%	60,50%	66,00%	59,30%	68,90%
ES4	94,70%	100,00%	58,90%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PR1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PR2	76,10%	80,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PR3	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	96,50%	97,00%	100,00%
PR4	100,00%	70,60%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU2	100,00%	32,60%	86,00%	74,30%	61,20%	100,00%	100,00%
PU3	100,00%	74,20%	72,50%	100,00%	100,00%	97,80%	89,70%
PU4	100,00%	39,20%	33,90%	44,50%	100,00%	69,90%	69,50%

Tabela 08 - Ótica das Firmas - Foco Qualidade do Crédito

Firmas 04 – retornos constantes de escala – orientação a output

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	59,50%	26,50%	39,20%	57,70%	75,10%	100,00%	70,80%
ES2	29,80%	39,10%	62,60%	56,50%	75,30%	63,90%	82,20%
ES3	47,00%	52,70%	100,00%	38,30%	43,20%	37,30%	58,80%
ES4	100,00%	100,00%	56,10%	100,00%	94,10%	77,40%	72,60%
PR1	33,30%	33,90%	43,20%	55,80%	59,80%	62,90%	68,20%
PR2	35,90%	31,50%	30,30%	38,40%	52,00%	40,50%	50,40%
PR3	34,60%	37,70%	46,60%	53,50%	60,20%	62,20%	72,30%
PR4	55,10%	74,40%	75,10%	98,50%	100,00%	100,00%	100,00%
PU1	34,40%	38,00%	50,10%	72,10%	59,30%	51,70%	69,30%
PU2	14,60%	16,70%	33,40%	34,80%	34,50%	34,00%	42,50%
PU3	17,60%	35,30%	38,00%	52,30%	46,30%	43,00%	45,10%
PU4	15,60%	8,80%	16,30%	19,40%	32,20%	21,00%	30,00%

Firmas 04 – retornos variáveis de escala – orientação a output

DMU	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ES1	61,40%	28,80%	42,80%	61,20%	100,00%	100,00%	75,10%
ES2	30,60%	40,70%	64,30%	59,80%	75,70%	67,30%	82,40%
ES3	47,80%	100,00%	100,00%	43,50%	45,60%	41,30%	64,00%
ES4	100,00%	100,00%	57,20%	100,00%	94,40%	77,70%	75,80%
PR1	36,50%	36,00%	46,10%	60,10%	62,80%	65,10%	73,20%
PR2	45,50%	34,40%	35,00%	46,30%	57,10%	46,20%	66,20%
PR3	36,70%	39,50%	49,70%	57,60%	64,90%	66,30%	74,80%
PR4	55,20%	75,50%	76,60%	99,60%	100,00%	100,00%	100,00%
PU1	40,50%	39,90%	52,60%	76,50%	62,40%	56,80%	78,50%
PU2	100,00%	31,30%	100,00%	100,00%	100,00%	66,10%	75,10%
PU3	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PU4	30,80%	17,80%	35,60%	29,70%	40,70%	36,20%	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Anexo 03 – Ranking do Banco Central do Brasil – 50 Maiores Bancos – Ano 2000

Tabela 09 – 50 Maiores Bancos – Ano 2000

Ranking	Instituições	TD	TC	Obs.	Data Balancete	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Nº de Func.	Nº de Agências	Resultado Bruto da Intermediação Financeira
1	BB	C	1	1	dez/00	138.363.406	7.965.001	584.250	65.687.528	90.468	2.909	1.939.741
2	CEF	I	1	1	dez/00	126.080.241	3.070.024	266.355	63.120.664	104.253	1.921	2.499.425
3	BRADESCO	C	3		dez/00	83.448.796	8.093.650	780.479	36.689.721	64.481	2.589	2.108.711
4	ITAU	C	3		dez/00	65.439.168	7.742.316	1.098.008	27.991.830	53.559	2.032	1.760.608
5	UNIBANCO	C	5		dez/00	48.485.067	5.611.629	396.483	13.262.109	25.219	908	822.321
6	BANESPA	C	4		dez/00	29.360.872	2.034.979	-2.409.896	11.993.153	29.248	573	1.051.373
7	ABN AMRO	C	4		dez/00	28.936.799	4.732.513	140.719	8.432.617	21.281	681	1.584.243
8	SANTANDER BRASIL	C	4		dez/00	25.179.166	2.132.128	106.639	5.005.540	5.796	410	-3.057.396
9	SAFRA	C	3		dez/00	25.097.583	1.464.162	148.697	4.426.444	4.050	75	386.764
10	HSBC	C	4		dez/00	21.556.682	1.585.666	100.300	7.974.222	20.553	985	719.910
11	NOSSA CAIXA	I	2		dez/00	18.475.844	1.134.352	140.503	11.828.826	12.652	488	770.073
12	BANKBOSTON	C	4		dez/00	21.131.246	1.196.541	144.407	1.458.846	3.813	59	546.108
13	CITIBANK	C	4		dez/00	17.140.461	2.015.753	303.148	1.152.985	2.225	54	648.156
14	BBA-CREDITANSTALT	C	5		dez/00	13.523.479	1.004.720	121.488	3.669.205	542	5	390.101
15	SUDAMERIS	C	4		dez/00	15.413.641	825.564	-140.406	4.427.820	6.887	274	309.759
16	BILBAO VIZCAYA	C	4		dez/00	10.104.302	735.785	31.484	5.123.124	5.914	365	240.196
17	BNB	I	1	1	dez/00	8.806.516	997.633	30.027	1.038.012	6.639	175	-146.021
18	MERCANTIL SP	C	3		dez/00	8.520.586	1.122.803	-11.470	4.735.759	4.983	217	45.295
19	BANRISUL	C	2		dez/00	7.670.222	545.136	48.958	4.867.169	8.330	359	371.630
20	VOTORANTIM	C	3		dez/00	7.641.804	575.798	45.926	2.310.954	242	3	71.997
21	LLOYDS	C	4		dez/00	6.180.317	576.562	53.595	446.791	466	22	240.153
22	CHASE	C	4		dez/00	5.697.426	690.279	40.392	174.634	426	4	48.543
23	ALFA	C	3		dez/00	3.787.372	802.853	40.077	867.264	2	9	95.532
24	CSFB GARANTIA	C	4		dez/00	3.944.504	327.855	9.608	990.546	20	2	73.789
25	SANTOS	I	3	2	dez/00	4.639.314	226.662	29.170	858.724	305	4	45.340
26	RURAL	C	3		dez/00	3.105.963	411.975	53.750	1.447.528	1.651	59	169.205
27	MERCANTIL DO BRASIL	C	3		dez/00	2.856.648	384.618	21.363	1.679.806	4.877	198	138.156
28	BASA	I	1		dez/00	2.354.061	263.187	29.105	1.222.461	3.108	83	-27.209
29	DRESDNER	C	4		dez/00	2.295.441	235.804	30.719	71.544	255	6	59.565
30	BBM	C	3		dez/00	2.594.388	582.200	68.296	380.645	218	3	32.465
31	ABC-BRASIL	C	4		dez/00	2.103.448	301.783	31.772	535.321	253	4	54.733
32	BANESTES	C	2		dez/00	2.091.248	138.378	11.689	1.119.635	3.545	86	77.030
33	EUROPEU	C	4		dez/00	2.113.493	175.615	14.044	605.952	230	3	39.247
34	BNL	C	4		dez/00	1.925.951	160.527	17.749	424.673	248	4	42.762
35	MORGAN	I	4	2	dez/00	1.891.413	180.055	1.979	645.334	45	2	25.958
36	DEUTSCHE	C	4		dez/00	1.902.390	403.495	9.473	216.866	232	3	70.718
37	ING	C	4		dez/00	1.683.574	150.929	-9.923	122.965	224	1	18.214
38	BARCLAYS GALICIA	C	5		dez/00	1.722.011	201.313	45.694	458.607	101	1	52.820
39	BIC	C	3		dez/00	3.166.435	266.567	9.368	868.736	772	37	76.703
40	PACTUAL	C	5		dez/00	1.969.953	509.476	35.534	242.990	303	3	32.580
41	BESC	I	1	2	dez/00	1.532.632	641.841	-4.251	616.262	6.966	256	88.817
42	FIBRA	C	3		dez/00	2.419.211	324.295	13.490	428.237	160	1	-28.135
43	TOKYOMITSUBISHI	I	4	2	dez/00	1.532.340	285.263	35.823	32.441	213	5	49.865
44	BRASCAN	C	4		dez/00	1.291.859	150.726	16.197	209.612	163	2	33.904
45	BRB	C	2		dez/00	1.314.959	188.942	3.688	796.380	3.666	55	111.728
46	RABOBANK	I	4		dez/00	1.261.301	71.737	5.435	67.647	82	1	14.920
47	FININVEST	I	5	2	dez/00	1.210.858	163.799	10.675	965.193	38	3	80.541
48	SS	C	3		dez/00	1.193.547	167.786	20.214	682.848	90	2	126.361
49	BEG	I	1	2	dez/00	1.148.527	187.480	9.802	546.204	1.958	152	62.536
50	BMC	C	3		dez/00	2.348.751	185.989	13.130	286.086	231	10	58.634
Total 50 Maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						793.655.216	63.944.144	2.593.756	303.208.460			15.028.469
% de Participacao 50 maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						82,00%	72,00%	71,00%	93,00%			84,00%
Total demais Bancos (Consolidado Bancario I)						22.058.122	4.544.140	283.938	7.623.321			1.037.381
Total Consolidado Bancario I (122 Instituicoes)						815.713.338	68.488.284	2.877.694	310.831.781			16.065.850
% de Participacao Consolidado Bancario I						85,00%	77,00%	79,00%	96,00%			90,00%

Fonte: Banco Central do Brasil

TD (Tipo de Documento): C - Conglomerado , I - Instituição Independente

TC (Tipo de Controle): 1 - Público Federal , 2 - Público Estadual , 3 - Privado Nacional , 4 - Privado Controle Estrangeiro , 5 - Privado Participação Estrangeira

Anexo 04 – Ranking do Banco Central do Brasil – 50 Maiores Bancos – Ano 2001

Tabela 10 – 50 Maiores Bancos – Ano 2001

Resumo Ranking	Instituições	TD	TC	Obs.	Data Balancete	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Nº de Func.	Nº de Agências	Resultado Bruto da Intemediação Financeira
1	BB	C	1		dez/01	165.120.025	8.747.353	777.906	73.435.956	90.002	3.069	2.825.998
2	CEF	I	1		dez/01	101.330.651	3.891.470	-293.719	69.257.266	98.971	2.013	1.730.006
3	BRADESCO	C	3		dez/01	95.074.011	9.799.767	1.130.786	41.290.350	63.401	2.617	3.199.103
4	ITAU	C	3	1	dez/01	78.637.442	10.053.118	1.510.840	28.451.744	50.355	2.028	1.994.278
5	SANTANDER BANESPA	C	4		dez/01	57.436.399	5.422.004	859.038	15.840.844	20.509	1.001	2.140.137
6	UNIBANCO	C	5		dez/01	51.753.738	6.203.473	551.881	19.402.431	25.570	914	1.616.307
7	ABN AMRO	C	4		dez/01	32.121.472	5.152.825	129.872	9.469.564	25.050	819	1.494.002
8	SAFRA	C	3		dez/01	30.335.748	1.853.703	232.360	6.607.576	3.917	77	578.015
9	BANKBOSTON	C	4		dez/01	25.766.153	1.998.664	327.052	1.650.105	3.933	57	828.545
10	CITIBANK	C	4		dez/01	22.243.072	2.858.400	211.924	1.211.422	2.174	52	571.567
11	NOSSA CAIXA	I	2		dez/01	22.167.216	1.355.168	176.478	15.862.003	13.627	498	781.306
12	HSBC	C	4		dez/01	22.430.293	1.417.419	58.389	8.925.577	21.245	995	475.282
13	SUDAMERIS	C	4		dez/01	18.923.108	1.350.094	138.402	4.959.984	6.502	296	576.538
14	BBA-CREDITANSTALT	C	5		dez/01	15.819.657	1.279.712	117.701	3.754.009	574	5	281.408
15	VOTORANTIM	C	3		dez/01	11.765.865	805.138	106.060	4.704.161	255	3	309.274
16	BILBAO VIZCAYA	C	4		dez/01	12.573.295	909.028	8.623	5.635.957	6.260	443	370.235
17	BNB	I	1		dez/01	10.463.496	1.028.994	-2.551.364	3.087.064	5.943	175	-1.785.424
18	BANRISUL	C	2		dez/01	8.964.061	586.403	56.036	5.498.553	8.040	354	433.034
19	LLOYDS	C	4		dez/01	8.774.777	674.581	36.190	254.441	328	12	124.193
20	MERCANTIL SP	C	3		dez/01	8.240.988	1.132.600	-15.580	4.105.745	4.827	221	178.986
21	DEUTSCHE	C	4		dez/01	6.839.697	485.705	32.447	1.058.833	313	4	124.404
22	JP MORGAN CHASE	C	4		dez/01	6.823.439	934.270	-52.078	1.454.926	473	6	-141.447
23	CREDIT SUISSE	C	4		dez/01	7.403.358	404.444	53.795	844.682	19	2	200.466
24	PACTUAL	C	5		dez/01	4.479.694	502.723	29.239	687.002	332	3	144.438
25	SANTOS	I	3	2	dez/01	5.806.469	317.248	43.719	924.364	311	4	66.186
26	ALFA	C	3		dez/01	4.521.149	848.848	43.223	1.005.057	1	9	98.264
27	RURAL	C	3		dez/01	3.591.486	463.191	62.831	2.044.235	1.952	78	216.947
28	BASA	I	1		dez/01	3.503.033	986.089	9.224	1.275.643	3.300	83	-9.386
29	ABC-BRASIL	C	4		dez/01	3.282.509	356.113	33.581	704.582	255	5	29.483
30	BNL	C	4		dez/01	3.343.812	192.139	21.807	536.282	255	5	30.103
31	MERCANTIL DO BRASIL	C	3		dez/01	3.471.825	405.978	14.046	1.967.653	5.024	201	158.557
32	BNP PARIBAS	I	4		dez/01	3.042.631	225.117	49.459	384.442	211	3	99.337
33	EUROPEU	C	4		dez/01	2.762.104	202.528	2.012	100.859	234	3	29.153
34	DRESDNER	C	4		dez/01	2.478.957	252.985	15.074	285.164	213	6	63.792
35	BRASCAN	C	4		dez/01	2.035.550	176.621	17.852	303.548	178	2	61.672
36	BANESTES	C	2		dez/01	2.023.266	152.446	10.220	1.209.635	3.753	95	67.428
37	FIBRA	C	3		dez/01	4.128.213	343.266	-9.379	570.419	191	1	27.631
38	ING	C	4		dez/01	1.959.132	163.609	10.278	220.587	203	1	47.498
39	TOKYOMITSUBISHI	I	4	2	dez/01	1.907.063	315.551	16.930	30.207	168	3	58.402
40	BIC	C	3		dez/01	2.096.645	280.733	14.919	969.234	713	37	90.067
41	BESC	I	1	2	dez/01	1.669.537	663.800	9.089	628.152	6.837	256	109.727
42	RABOBANK	I	4		dez/01	1.641.512	100.328	24.265	16.303	71	1	52.254
43	SS	C	3		dez/01	1.569.741	189.401	14.333	1.127.938	76	2	111.202
44	BBM	C	3		dez/01	1.506.695	420.545	51.826	310.650	207	3	114.562
45	BRB	C	2		dez/01	1.407.818	214.974	25.970	821.556	3.603	53	140.225
46	BEG	I	3	2	dez/01	1.314.566	153.951	-58.672	632.535	2.398	154	82.187
47	SMBC	I	4		dez/01	1.248.306	245.128	11.174	14.378	80	1	30.279
48	PROSPER	C	3		dez/01	3.022.242	48.062	-1.058	49.582	22	1	3.182
49	BARCLAYS GALICIA	C	5		dez/01	1.163.458	154.032	-113.566	175.012	91	1	-27.128
50	BMC	C	3		dez/01	2.243.255	203.701	8.579	412.502	268	10	55.607
Total 50 Maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						892.228.629	76.923.440	3.960.014	344.170.714			20.857.882
% de Participacao 50 maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						82,00%	74,00%	74,00%	91,00%			87,00%
Total demais Bancos (Consolidado Bancario I)						25.502.397	4.953.569	245.920	8.163.223			1.020.778
Total Consolidado Bancario I (121 Instituicoes)						917.731.026	81.877.009	4.205.934	352.333.937			21.878.660
% de Participacao Consolidado Bancario I						85,00%	79,00%	79,00%	93,00%			91,00%

Fonte: Banco Central do Brasil

TD (Tipo de Documento): C - Conglomerado , I - Instituição Independente

TC (Tipo de Controle): 1 - Público Federal , 2 - Público Estadual , 3 - Privado Nacional , 4 - Privado Controle Estrangeiro , 5 - Privado Participação Estrangeira

Anexo 05 – Ranking do Banco Central do Brasil – 50 Maiores Bancos – Ano 2002

Tabela 11 – 50 Maiores Bancos – Ano 2002

Resumo Ranking	Instituições	TD	TC	Obs.	Data Balancete	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Nº de Func.	Nº de Agências	Resultado Bruto da Intemediação Financeira
1	BB	C	1		dez/02	204.594.608	9.197.065	1.204.555	97.253.319	92.958	3.165	4.776.631
2	CEF	I	1		dez/02	128.417.934	4.628.121	516.658	76.606.306	106.548	2.147	3.899.462
3	BRADESCO	C	3	1	dez/02	118.954.184	10.982.314	1.103.358	56.653.327	69.796	2.962	3.690.111
4	ITAU	C	3	1	dez/02	107.716.519	10.723.206	1.251.314	39.529.224	50.079	2.235	2.877.067
5	UNIBANCO	C	5		dez/02	70.902.473	6.657.538	538.550	26.312.387	25.061	907	544.787
6	SANTANDER BANESPA	C	4		dez/02	54.615.406	5.919.374	1.480.428	19.390.574	20.030	1.017	2.557.179
7	ABN AMRO	C	4		dez/02	36.427.993	5.775.829	445.790	15.782.246	22.625	851	1.975.548
8	CITIBANK	C	4		dez/02	28.251.075	3.693.301	928.195	1.477.712	2.084	51	1.835.229
9	NOSSA CAIXA	I	2		dez/02	28.612.651	1.354.364	100.633	18.088.755	13.964	498	1.218.914
10	HSBC	C	4		dez/02	24.753.874	1.349.115	80.522	12.870.027	20.398	944	856.244
11	BANKBOSTON	C	4		dez/02	24.372.706	2.416.138	371.824	3.487.348	4.037	59	1.405.106
12	SAFRA	C	3		dez/02	26.367.776	2.371.008	300.938	7.553.365	4.071	79	446.643
13	VOTORANTIM	C	3		dez/02	18.797.372	1.741.950	278.395	7.329.743	290	4	616.234
14	SUDAMERIS	C	4		dez/02	16.068.607	1.383.389	89.984	5.724.054	6.280	297	581.431
15	BILBAO VIZCAYA	C	4		dez/02	14.248.306	2.576.977	148.704	6.279.749	5.907	440	702.337
16	BANRISUL	C	2		dez/02	11.204.850	692.982	94.530	6.673.200	8.433	372	615.643
17	BNB	I	1		dez/02	11.023.681	1.170.266	135.306	3.075.982	6.924	175	722.316
18	JP MORGAN CHASE	C	4		dez/02	8.994.335	1.348.154	143.646	177.247	428	5	268.825
19	LLOYDS	C	4		dez/02	8.196.337	918.025	183.652	612.883	400	4	433.727
20	SANTOS	C	3		dez/02	5.382.530	420.385	43.053	1.143.177	360	4	42.456
21	ALFA	C	3		dez/02	4.852.142	919.739	56.461	1.372.365	700	9	156.250
22	RURAL	C	3		dez/02	4.847.517	513.696	52.907	2.916.307	2.099	83	230.207
23	BASA	I	1		dez/02	4.382.283	1.221.254	110.109	988.970	3.384	83	236.876
24	BNP PARIBAS	I	4		dez/02	5.359.650	326.519	44.965	144.469	217	4	102.936
25	CREDIT SUISSE	C	4		dez/02	5.068.909	728.499	133.123	720.897	19	2	368.773
26	FIBRA	C	3		dez/02	3.525.755	352.011	31.285	766.378	184	1	-136.011
27	WESTLB	C	4		dez/02	3.303.713	304.343	99.649	24.156	220	3	210.794
28	ABC-BRASIL	C	4		dez/02	3.346.185	424.244	58.089	1.145.302	178	4	118.035
29	RABOBANK	I	4		dez/02	3.099.091	113.249	20.924	33.955	68	1	44.183
30	PACTUAL	C	5		dez/02	4.185.791	504.547	40.647	1.199.720	299	3	72.529
31	ING	C	4		dez/02	2.986.173	254.486	55.984	203.254	162	1	145.142
32	MERCANTIL DO BRASIL	C	3		dez/02	3.807.211	388.168	9.106	2.194.820	4.428	200	142.329
33	BIC	C	3		dez/02	2.473.135	308.101	26.583	1.355.375	612	37	112.973
34	TOKYOMITSUBISHI	I	4		dez/02	2.714.839	365.339	34.362	114.195	166	3	106.386
35	BANESTES	C	2		dez/02	2.254.285	116.059	-28.666	1.321.856	3.763	95	45.302
36	DRESDNER	C	4		dez/02	2.232.325	311.012	71.360	43.505	181	6	186.194
37	DEUTSCHE	C	4		dez/02	2.266.251	354.826	7.201	36.588	234	4	-96.545
38	BNL	C	4		dez/02	2.179.403	211.222	10.801	642.226	238	5	6.258
39	BESC	I	1	2	dez/02	2.034.785	107.141	-981.284	689.910	5.011	256	193.703
40	BRASCAN	C	4		dez/02	1.987.833	224.892	-2.235	365.687	127	2	24.461
41	SS	C	3		dez/02	1.913.776	205.729	6.753	1.541.253	59	1	166.767
42	BRB	C	2		dez/02	1.551.170	231.986	2.215	970.116	3.106	53	156.240
43	SOFISA	C	3		dez/02	1.309.202	205.230	28.714	413.257	208	4	44.272
44	BMC	C	3		dez/02	1.275.729	227.625	8.120	622.271	270	11	23.073
45	BMG	C	3		dez/02	1.288.238	302.994	51.866	680.736	212	8	102.697
46	SMBC	I	4		dez/02	1.258.745	311.714	76.443	208.115	79	1	114.571
47	BANCOOB	I	3		dez/02	1.164.221	39.617	3.076	381.197	179	1	10.240
48	SUL AMERICA	C	5		dez/02	1.085.091	250.341	-2.409	413.750	29	2	2.914
49	BBM	C	3		dez/02	1.081.200	179.187	11.265	653.020	184	3	-21.009
50	BEC	C	1		dez/02	1.112.619	241.698	22.885	552.298	1.632	71	65.635
Total 50 Maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						1.027.850.484	85.564.969	9.500.334	428.736.573			33.002.065
% de Participacao 50 maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						82,10%	75,20%	91,60%	92,40%			89,40%
Total demais Bancos (Consolidado Bancario I)						24.958.565	4.687.361	207.470	7.037.559			1.170.711
Total Consolidado Bancario I (111 Instituicoes)						1.052.809.049	90.252.330	9.707.804	435.774.132			34.172.776
% de Participacao Consolidado Bancario I						84,10%	79,30%	93,60%	93,90%			92,60%

Fonte: Banco Central do Brasil

TD (Tipo de Documento): C - Conglomerado , I - Instituição Independente

TC (Tipo de Controle): 1 - Público Federal , 2 - Público Estadual , 3 - Privado Nacional , 4 - Privado Controle Estrangeiro , 5 - Privado Participação Estrangeira

Anexo 06 – Ranking do Banco Central do Brasil – 50 Maiores Bancos – Ano 2003

Tabela 12 – 50 Maiores bancos – Ano 2003

Resumo Ranking	Instituições	TD	TC	Obs.	Data Balancete	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Nº de Func.	Nº de Agências	Resultado Bruto da Intemediação Financeira
1	BB	C	1		dez/03	230.144.447	12.171.798	1.302.087	110.013.671	97.258	3.296	6.017.860
2	CEF	I	1		dez/03	150.495.476	5.771.552	756.139	81.024.347	100.498	2.046	4.023.956
3	BRADESCO	C	3	1	dez/03	147.163.871	13.557.908	1.279.730	58.255.403	70.716	3.060	4.067.072
4	ITAU	C	3		dez/03	109.959.314	12.791.130	389.126	37.462.127	49.487	2.258	3.625.131
5	UNIBANCO	C	5		dez/03	63.631.576	7.356.010	582.746	26.072.072	24.096	912	2.048.995
6	ABN AMRO	C	4		dez/03	54.452.380	8.403.498	245.700	26.756.225	29.750	1.145	2.360.321
7	SANTANDER BANESPA	C	4		dez/03	57.040.603	7.695.466	654.103	18.222.183	21.458	1.026	2.214.945
8	SAFRA	C	3		dez/03	34.020.656	3.136.962	353.912	8.680.330	4.344	82	600.366
9	NOSSA CAIXA	I	2		dez/03	27.535.458	1.823.642	199.071	18.989.583	13.822	505	1.250.256
10	HSBC	C	4		dez/03	26.265.205	1.898.466	79.315	15.131.333	20.792	928	892.062
11	CITIBANK	C	4		dez/03	20.352.465	3.290.288	74.127	1.231.850	2.099	45	317.251
12	VOTORANTIM	C	3		dez/03	24.963.457	2.383.953	315.686	8.801.672	320	4	680.029
13	BANKBOSTON	C	4		dez/03	19.457.776	2.552.885	279.861	3.300.439	3.837	60	899.789
14	BNB	I	1		dez/03	12.755.944	1.315.181	60.002	2.766.800	6.472	175	311.885
15	BANRISUL	C	2		dez/03	11.800.775	800.785	184.874	7.667.441	8.648	380	711.331
16	CREDIT SUISSE	C	4		dez/03	9.205.769	677.892	-10.325	1.564.710	12	2	62.707
17	SANTOS	C	3		dez/03	6.138.615	546.263	66.900	1.751.056	323	4	134.349
18	ALFA	C	3		dez/03	6.159.317	999.528	61.595	1.572.607	765	9	169.946
19	JP MORGAN CHASE	C	4		dez/03	6.317.685	1.344.510	104.911	904.956	298	5	256.082
20	RURAL	C	3		dez/03	5.992.494	684.607	76.438	3.637.743	2.243	78	322.537
21	PACTUAL	C	5		dez/03	6.725.274	552.663	152.497	1.040.030	332	4	163.382
22	DEUTSCHE	C	4		dez/03	4.490.109	302.678	-6.258	838.484	198	3	67.239
23	BASA	I	1		dez/03	4.367.309	1.426.655	239.017	1.108.676	3.625	86	262.666
24	BIC	C	3		dez/03	4.163.382	363.474	40.887	1.880.240	606	37	139.921
25	BBM	C	3		dez/03	4.139.511	322.631	85.913	1.036.546	172	3	142.448
26	BNP PARIBAS	I	4		dez/03	6.184.311	504.935	101.787	144.328	229	4	139.163
27	FIBRA	C	3		dez/03	5.749.125	414.736	50.141	914.601	195	1	106.977
28	MERCANTIL DO BRASIL	C	3		dez/03	3.999.277	414.008	32.028	2.460.347	4.238	200	226.840
29	RABOBANK	I	4		dez/03	2.515.009	161.562	14.007	203.271	76	1	38.697
30	BANESTES	C	2		dez/03	2.507.351	155.009	18.675	1.581.180	3.621	93	93.130
31	BESC	I	1	2	dez/03	2.426.577	117.785	22.958	506.096	4.559	256	102.079
32	ABC-BRASIL	C	4		dez/03	2.342.041	378.413	46.376	939.298	180	4	44.359
33	SS	C	3		dez/03	2.365.172	237.614	21.110	1.742.838	58	1	219.359
34	BMC	C	3		dez/03	2.199.302	218.417	907	940.176	298	13	61.047
35	WESTLB	I	4		dez/03	2.538.960	340.713	23.175	56.212	186	1	68.710
36	CRUZEIRO DO SUL	C	3		dez/03	2.579.908	110.593	13.604	298.454	199	2	59.635
37	BMG	C	3		dez/03	2.063.412	332.008	51.561	1.143.915	208	10	149.317
38	TOKYOMITSUBISHI	I	4		dez/03	1.998.579	337.184	36.642	119.697	159	2	55.788
39	ING	C	4		dez/03	1.771.229	276.213	-20.573	28.304	158	1	-11.157
40	BRB	C	2		dez/03	1.768.606	244.989	11.266	1.138.075	3.593	55	182.120
41	BANCOOB	I	3		dez/03	1.708.652	48.561	4.439	590.670	245	1	8.519
42	BVA	I	3		dez/03	1.617.320	132.113	3.684	233.451	78	3	16.940
43	LLOYDS	I	4		dez/03	1.471.263	351.924	-162.840	231.344	1	1	44.008
44	BNL	C	4		dez/03	1.379.178	197.325	14.131	584.725	224	3	42.266
45	DRESDNER	C	4		dez/03	1.338.390	301.979	-4.204	4.153	129	4	43.871
46	BEC	C	1		dez/03	1.360.419	310.090	49.288	622.308	1.762	71	99.345
47	PINE	C	3		dez/03	1.228.708	151.892	14.442	421.633	142	4	39.312
48	SOFISA	C	3		dez/03	1.139.031	222.826	21.590	695.179	228	4	42.014
49	SMBC	I	4		dez/03	1.114.555	322.128	-407	90.285	75	1	13.005
50	CACIQUE	C	3		dez/03	985.798	247.085	20.719	434.791	127	2	124.989
Total 50 Maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						1.104.091.041	98.700.527	7.952.560	455.835.855			33.752.859
% de Participacao 50 maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						82,90%	76,30%	63,30%	92,80%			86,40%
Total demais Bancos (Consolidado Bancario I)						26.183.029	5.413.856	410.618	7.905.564			1.311.699
Total Consolidado Bancario I (110 Instituicoes)						1.130.274.070	104.114.383	8.363.178	463.741.419			35.064.558
% de Participacao Consolidado Bancario I						84,90%	80,50%	66,60%	94,40%			89,80%

Fonte : Banco Central do Brasil

TD (Tipo de Documento): C - Conglomerado , I - Instituição Independente

TC (Tipo de Controle): 1 - Público Federal , 2 - Público Estadual , 3 - Privado Nacional , 4 - Privado Controle Estrangeiro , 5 - Privado Participação Estrangeira

Anexo 07 – Ranking do Banco Central do Brasil – 50 Maiores Bancos – Ano 2004

Tabela 13 – 50 Maiores Bancos – Ano 2004

Resumo Ranking	Instituições	TD	TC	Obs.	Data Balancete	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Nº de Func.	Nº de Agências	Resultado Bruto da Intemediação Financeira
1	BB	C	1	1	dez/04	239.014.143	14.105.696	1.603.254	115.531.842	106.061	3.783	5.680.158
2	CEF	I	1		dez/04	147.786.559	6.663.640	796.057	91.772.694	100.164	2.135	4.246.224
3	BRADESCO	C	3		dez/04	148.207.637	15.221.289	1.973.854	68.687.387	68.155	3.011	5.086.921
4	ITAU	C	3		dez/04	123.443.368	16.015.523	3.078.774	42.224.637	48.532	2.205	5.570.462
5	UNIBANCO	C	5		dez/04	72.928.818	8.334.908	724.781	33.992.812	23.488	918	2.365.626
6	SANTANDER BANESPA	C	4		dez/04	66.548.096	8.485.610	824.580	22.912.874	21.540	1.028	2.554.496
7	ABN AMRO	C	4		dez/04	59.150.578	8.927.989	140.787	32.363.359	28.229	1.111	1.775.924
8	SAFRA	C	3		dez/04	40.841.868	3.635.269	352.631	9.984.685	4.721	86	680.412
9	HSBC	C	4		dez/04	34.374.797	2.674.790	331.640	23.062.877	25.968	926	1.656.258
10	NOSSA CAIXA	I	2		dez/04	31.251.866	2.163.340	212.815	22.014.899	14.125	506	1.213.655
11	VOTORANTIM	C	3		dez/04	36.586.675	3.283.987	398.348	13.079.040	360	4	918.116
12	CITIBANK	C	4		dez/04	21.957.104	2.904.548	-266.113	6.015.969	2.505	53	-4.019
13	BANKBOSTON	C	4		dez/04	21.414.563	2.917.297	-52.889	3.086.317	3.700	60	425.845
14	BNB	I	1		dez/04	13.167.413	1.340.386	63.897	2.711.629	8.725	181	315.428
15	BANRISUL	C	2		dez/04	12.202.699	1.025.833	190.614	7.731.176	10.978	386	845.211
16	CREDIT SUISSE	C	4		dez/04	13.570.750	702.864	-27.628	2.383.117	10	2	269.529
17	ALFA	C	3		dez/04	7.778.449	1.155.837	70.422	2.366.368	849	9	147.985
18	JP MORGAN CHASE	C	4		dez/04	6.585.016	1.324.468	62.418	1.230.503	305	5	205.999
19	PACTUAL	C	5		dez/04	8.470.905	613.899	99.824	1.027.781	417	4	59.128
20	SANTOS - Sob Intervenção	C	3	3	out/04	6.369.707	559.747	-44.773	1.863.873	256	4	-11.040
21	BNP PARIBAS	I	4		dez/04	6.770.953	537.966	68.461	790.226	254	4	26.305
22	BBM	C	3		dez/04	5.491.641	401.618	46.079	1.300.849	207	6	41.885
23	RURAL	C	3		dez/04	5.335.238	679.053	72.174	3.060.485	2.214	85	282.362
24	DEUTSCHE	C	4		dez/04	5.539.430	297.349	15.745	1.609.420	195	3	99.193
25	BIC	C	3		dez/04	4.483.055	453.984	47.300	1.464.107	599	37	83.266
26	BASA	I	1		dez/04	3.833.959	1.473.513	37.426	730.553	3.840	92	115.378
27	MERCANTIL DO BRASIL	C	3		dez/04	4.117.053	434.709	21.892	2.473.359	4.080	201	185.686
28	RABOBANK	I	4		dez/04	3.182.112	159.795	-8.474	120.415	90	1	-91.771
29	BANESTES	C	2		dez/04	3.080.287	190.563	23.605	2.033.645	3.664	99	107.121
30	FIBRA	C	3		dez/04	6.539.134	425.688	3.703	1.056.599	214	1	104.069
31	BMG	C	3		dez/04	2.916.868	536.642	198.764	1.282.542	217	10	496.878
32	SS	C	3	3	nov/04	2.682.055	315.541	11.956	1.725.538	57	1	261.099
33	ABC-BRASIL	C	4		dez/04	2.425.395	370.109	20.874	898.430	174	4	49.872
34	CRUZEIRO DO SUL	C	3		dez/04	4.778.953	143.208	20.794	302.619	286	2	65.845
35	BESC	I	1	2	dez/04	2.337.619	141.327	11.232	775.166	4.608	256	85.200
36	IBIBANK	I	4		dez/04	2.213.066	356.396	43.123	655.665	134	1	218.205
37	BRB	C	2		dez/04	2.026.961	256.728	13.645	1.370.311	3.423	55	196.793
38	BANCOOB	I	3		dez/04	1.948.260	64.885	4.640	576.828	307	2	14.222
39	BMC	C	3		dez/04	1.804.371	231.128	2.906	683.649	424	15	91.019
40	DRESDNER	C	4		dez/04	1.627.477	266.599	-22.414	81.368	149	3	7.473
41	CREDIT LYONNAIS	C	4		dez/04	1.718.150	111.565	-1.073	77.056	97	3	8.003
42	AMEX	C	4		dez/04	1.603.975	192.490	-38.668	229.852	334	6	32.032
43	WESTLB	I	4		dez/04	1.824.158	314.621	-26.642	16.331	173	1	-64.226
44	BEC	C	1		dez/04	1.634.635	356.270	43.271	755.538	1.952	71	91.038
45	CLASSICO	I	3		dez/04	1.414.013	1.232.826	16.803	1.976	5	2	92.902
46	BCO JOHN DEERE	I	4	2	dez/04	1.322.149	162.912	17.358	24.839	55	1	13.045
47	SOFISA	C	3		dez/04	1.302.536	257.289	19.079	725.185	224	5	28.794
48	PINE	C	3		dez/04	1.377.788	171.148	15.998	412.493	181	6	32.139
49	ING	C	4		dez/04	1.233.616	228.833	-52.483	67.272	172	1	-59.276
50	DAYCOVAL	I	3		dez/04	1.212.126	334.365	37.633	530.429	280	9	66.298
Total 50 Maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						1.199.428.044	113.156.040	11.198.000	529.876.584			36.683.167
% de Participacao 50 maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						82,70%	77,00%	88,30%	92,60%			89,40%
Total demais Bancos (Consolidado Bancario I)						24.587.655	5.233.045	195.976	7.889.026			922.141
Total Consolidado Bancario I (108 Instituicoes)						1.224.015.699	118.389.085	11.393.976	537.765.610			37.605.308
% de Participacao Consolidado Bancario I						84,40%	80,60%	89,80%	94,00%			91,70%

Fonte: Banco Central do Brasil

TD (Tipo de Documento): C - Conglomerado , I - Instituição Independente

TC (Tipo de Controle): 1 - Público Federal , 2 - Público Estadual , 3 - Privado Nacional , 4 - Privado Controle Estrangeiro , 5 - Privado Participação Estrangeira

Anexo 08 – Ranking do Banco Central do Brasil – 50 Maiores Bancos – Ano 2005

Tabela 14 – 50 Maiores Bancos – Ano 2005

Resumo Ranking	Instituições	TD	TC	Obs.	Data Balancete	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Nº de Func.	Nº de Agências	Resultado Bruto da Intemediação Financeira
1	BB	C	1	1	dez/05	252.976.988	16.849.764	2.174.767	137.658.259	108.808	4.008	5.556.505
2	CEF	I	1		dez/05	188.677.661	7.951.942	1.135.904	106.899.588	106.729	2.321	5.221.385
3	BRADESCO	C	3		dez/05	165.760.079	19.414.749	2.893.189	75.468.849	67.971	2.927	6.008.469
4	ITAU	C	3		dez/05	146.041.753	17.589.153	2.891.002	51.665.611	50.045	2.315	5.441.343
5	UNIBANCO	C	5		dez/05	84.499.471	9.448.892	1.013.397	36.730.206	23.783	917	2.973.795
6	SANTANDER BANESPA	C	4		dez/05	85.015.023	7.423.938	698.692	29.982.206	21.956	1.033	2.522.858
7	ABN AMRO	C	4		dez/05	74.598.240	9.218.185	699.449	45.375.041	28.992	1.107	3.277.133
8	SAFRA	C	3		dez/05	51.356.407	3.958.580	394.053	11.599.132	5.069	99	911.098
9	HSBC	C	4		dez/05	47.523.816	3.466.738	518.794	29.064.469	26.477	932	1.560.925
10	VOTORANTIM	C	3		dez/05	46.068.088	4.148.522	464.496	20.391.906	496	6	1.021.620
11	NOSSA CAIXA	I	2		dez/05	33.418.818	2.298.707	386.047	24.690.298	14.031	506	1.483.574
12	CITIBANK	C	4		dez/05	25.137.032	3.068.540	232.580	6.283.785	2.870	61	905.946
13	BANKBOSTON	C	4		dez/05	22.659.457	2.124.383	31.891	4.097.076	4.096	66	544.748
14	PACTUAL	C	5		dez/05	20.819.390	625.223	125.800	1.942.866	451	4	140.347
15	BANRISUL	C	2		dez/05	14.214.186	1.142.961	177.582	8.986.050	11.200	401	842.042
16	BNB	I	1		dez/05	12.591.082	1.380.795	150.337	2.513.251	9.682	181	488.566
17	BBM	C	3		dez/05	10.853.581	500.305	86.771	1.728.184	283	6	122.624
18	ALFA	C	3		dez/05	9.322.362	1.259.755	80.349	3.433.278	881	9	189.826
19	DEUTSCHE	C	4		dez/05	8.932.333	575.771	192.162	526.800	172	2	-52.844
20	JP MORGAN CHASE	C	4		dez/05	9.101.718	1.370.569	102.564	813.315	334	5	211.364
21	CREDIT SUISSE	C	4		dez/05	9.840.895	860.457	95.553	2.164.907	63	2	188.802
22	BIC	C	3		dez/05	6.763.491	511.190	37.012	1.902.998	638	27	111.214
23	BNP PARIBAS	I	4	2	dez/05	5.760.512	591.414	63.494	1.408.791	272	4	82.121
24	BASA	I	1		dez/05	4.439.604	1.630.875	156.714	826.317	4.262	96	207.018
25	BMG	C	3		dez/05	3.957.666	803.703	116.619	678.461	255	10	451.590
26	BANESTES	C	2		dez/05	4.402.608	275.581	46.238	2.508.584	3.604	109	158.335
27	MERCANTIL DO BRASIL	C	3		dez/05	4.265.799	504.063	7.631	2.371.684	3.674	192	145.972
28	RABOBANK	I	4		dez/05	3.525.652	229.268	-10.120	552.354	141	1	19.867
29	FIBRA	C	3		dez/05	9.429.524	397.325	19.942	1.283.182	241	1	51.233
30	ABC-BRASIL	C	4		dez/05	2.869.824	398.036	38.159	1.225.901	201	4	2.870
31	BESC	I	1	2	dez/05	2.834.417	127.793	-22.377	1.080.690	4.567	256	111.006
32	IBIBANK	I	4		dez/05	2.811.289	411.475	62.972	940.152	177	1	292.741
33	SS	C	3		dez/05	2.753.684	398.965	38.388	1.565.907	54	1	405.584
34	RURAL	C	3	3	nov/05	2.401.446	435.906	-90.858	1.173.204	1.279	48	99.966
35	CRUZEIRO DO SUL	C	3		dez/05	2.373.669	164.100	9.672	334.960	376	2	63.825
36	BRB	C	2		dez/05	2.263.591	275.633	22.024	1.616.685	3.322	56	210.637
37	BANCOOB	I	3		dez/05	2.590.579	76.456	5.417	813.574	355	2	16.566
38	PINE	C	3		dez/05	1.982.052	208.883	26.846	543.003	202	6	98.638
39	BEC	C	1		dez/05	2.004.077	418.894	59.953	981.898	2.101	71	112.950
40	AMEX	C	4		dez/05	1.845.495	188.751	-46.308	210.472	390	6	41.394
41	BMC	C	3		dez/05	1.836.572	237.689	35.380	539.180	331	15	193.057
42	CLASSICO	I	3		dez/05	1.835.030	1.650.491	66.683	43	5	2	161.534
43	DAYCOVAL	I	3		dez/05	2.153.324	365.663	67.504	935.437	344	9	116.629
44	ING	C	4		dez/05	1.784.614	174.672	-25.130	340.541	170	1	8.978
45	SOFISA	C	3		dez/05	1.683.730	285.129	23.479	1.052.430	244	8	55.794
46	BANSICREDI	I	3		dez/05	2.846.997	84.856	6.279	991.822	179	5	15.299
47	WESTLB	I	4		dez/05	1.598.445	188.463	-10.779	411.081	183	1	20.088
48	BCO JOHN DEERE	I	4	2	dez/05	1.516.764	191.935	13.549	3.086	55	1	22.071
49	SOCIETE GENERALE	C	4		dez/05	1.474.565	231.567	-6.579	101.298	81	1	9.457
50	BGN	I	3	2	dez/05	1.426.997	112.721	8.398	609.467	126	3	61.364
Total 50 Maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						1.406.840.397	126.249.426	15.265.581	629.018.279			42.907.924
% de Participacao 50 maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						84,00%	76,90%	83,50%	92,10%			88,20%
Total demais Bancos (Consolidado Bancario I)						22.772.710	5.279.999	402.860	8.060.633			1.324.259
Total Consolidado Bancario I (104 Instituicoes)						1.429.613.107	131.529.425	15.668.441	637.078.912			44.232.183
% de Participacao Consolidado Bancario I						85,40%	80,10%	85,70%	93,30%			91,00%

Fonte: Banco Central do Brasil

TD (Tipo de Documento): C - Conglomerado , I - Instituição Independente

TC (Tipo de Controle): 1 - Público Federal , 2 - Público Estadual , 3 - Privado Nacional , 4 - Privado Controle Estrangeiro , 5 - Privado Participação Estrangeira

Anexo 09 – Ranking do Banco Central do Brasil – 50 Maiores Bancos – Ano 2006

Tabela 15 – 50 Maiores Bancos – Ano 2006

Resumo Ranking	Instituições	TD	TC	Obs.	Data Balancete	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Nº de Func.	Nº de Agências	Resultado Bruto da Intemediação Financeira
1	BB	C	1	1	dez/06	296.356.419	20.758.158	2.155.588	158.840.958	107.101	4.048	5.882.940
2	BRADESCO	C	3		dez/06	213.302.930	24.756.782	1.876.597	83.969.141	70.924	3.018	5.823.662
3	CEF	I	1		dez/06	209.532.835	9.182.469	1.042.212	121.390.492	104.934	2.428	5.680.711
4	ITAU	C	3		dez/06	205.156.179	28.208.599	3.361.271	62.243.101	57.989	2.534	6.361.751
5	ABN AMRO	C	4		dez/06	119.160.302	10.587.931	1.172.241	55.138.214	31.039	1.095	3.813.816
6	SANTANDER BANESPA	C	4		dez/06	102.125.938	7.975.612	752.502	31.925.294	22.955	1.062	3.031.059
7	UNIBANCO	C	5		dez/06	97.785.134	10.019.000	714.295	36.370.360	25.917	934	3.484.766
8	SAFRA	C	3		dez/06	61.820.338	4.106.070	494.809	12.924.625	5.629	104	1.105.872
9	HSBC	C	4		dez/06	58.265.728	4.111.914	500.547	37.725.095	27.724	935	1.993.435
10	VOTORANTIM	C	3		dez/06	56.707.483	5.146.546	664.294	19.641.280	692	10	1.207.860
11	NOSSA CAIXA	I	2		dez/06	39.319.392	2.598.951	163.573	27.566.261	16.630	539	1.473.709
12	CITIBANK	C	4		dez/06	30.755.195	3.188.754	204.034	5.559.250	4.950	111	1.253.339
13	UBS PACTUAL	C	4		dez/06	20.260.656	1.453.560	333.111	2.620.903	464	4	482.760
14	BANRISUL	C	2		dez/06	15.697.307	1.294.376	172.796	10.482.845	10.931	415	760.346
15	BBM	C	3		dez/06	12.401.765	665.060	109.678	2.291.882	330	6	154.052
16	BNB	I	1		dez/06	12.477.424	1.502.348	126.303	2.648.074	10.496	181	296.682
17	ALFA	C	3		dez/06	11.075.730	1.230.425	85.742	3.803.644	1.009	9	206.274
18	BNP PARIBAS	C	4		dez/06	10.673.186	916.133	40.048	3.505.152	290	4	182.827
19	DEUTSCHE	C	4		dez/06	9.007.310	523.649	117.815	1.108.243	209	2	97.508
20	CREDIT SUISSE	C	4		dez/06	10.811.532	1.206.172	120.721	2.793.981	81	2	176.080
21	JP MORGAN CHASE	C	4		dez/06	8.282.640	1.489.150	31.543	388.037	326	5	86.266
22	FIBRA	C	3		dez/06	8.345.297	440.650	43.991	1.856.569	316	1	108.589
23	BIC	C	3		dez/06	7.325.085	535.155	51.597	2.519.710	683	27	165.574
24	BASA	I	1		dez/06	5.158.922	1.699.090	129.475	919.246	4.499	102	170.105
25	BANESTES	C	2		dez/06	5.637.362	399.506	81.090	3.089.370	3.687	124	156.648
26	BMG	C	3		dez/06	4.624.199	1.003.892	138.769	889.840	368	12	516.157
27	BESC	C	1		dez/06	4.246.753	336.080	20.807	2.610.024	4.643	253	154.225
28	MERCANTIL DO BRASIL	C	3		dez/06	5.058.303	516.967	7.299	2.660.346	3.804	192	184.989
29	IBIBANK	I	4		dez/06	3.816.176	460.641	68.220	1.453.859	625	1	568.533
30	ABC-BRASIL	C	4		dez/06	3.777.299	438.817	36.124	1.570.048	217	4	85.499
31	RABOBANK	I	4		dez/06	3.775.465	309.995	-1.947	680.138	170	1	31.670
32	SS	C	3		dez/06	3.754.127	478.352	58.442	1.602.732	59	1	487.782
33	BANCOOB	I	3		dez/06	3.586.143	94.670	8.605	1.520.108	557	3	30.882
34	PINE	C	3		dez/06	3.205.491	335.199	35.608	842.629	295	12	134.108
35	ING	C	4		dez/06	2.939.051	448.903	404	345.912	142	1	49.835
36	BRB	C	2		dez/06	2.783.207	303.733	58.661	2.023.789	3.428	57	257.498
37	DAYCOVAL	I	3		dez/06	3.035.739	437.767	59.073	1.353.965	463	14	143.135
38	BMC	C	3		dez/06	2.391.458	284.584	27.616	871.047	551	16	160.686
39	CLASSICO	I	3		dez/06	2.314.032	2.150.241	72.668	361	5	2	80.448
40	BANSICREDI	I	3		dez/06	4.517.633	99.986	8.216	1.613.133	204	5	18.024
41	BARCLAYS	I	4		dez/06	2.139.151	284.209	57.104	18	69	1	89.116
42	CRUZEIRO DO SUL	C	3		dez/06	2.117.546	262.061	28.943	659.069	436	2	216.791
43	SOFISA	C	3		dez/06	2.098.479	322.484	28.011	1.236.811	211	8	63.989
44	BGN	I	3	2	dez/06	2.075.383	124.128	15.757	782.564	181	4	98.124
45	WESTLB	I	4	2	dez/06	1.815.860	242.822	60.866	999.176	162	1	32.206
46	RURAL	C	3	3	nov/06	1.809.355	263.463	-38.087	967.178	706	31	43.088
47	BCO JOHN DEERE	I	4	2	dez/06	1.662.583	208.175	4.834	5.891	46	1	9.397
48	SCHAHIN	C	3		dez/06	1.542.764	201.880	14.140	779.182	154	1	73.102
49	DRESDNER	C	4		dez/06	1.566.521	265.185	36.225	728.360	94	2	85.563
50	BANESE	I	2		dez/06	1.443.796	105.864	34.421	1.045.679	1.420	61	73.743
Total 50 Maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						1.699.538.603	153.976.158	15.386.652	718.563.586			47.845.221
% de Participacao 50 maiores Bancos (Consolidado Bancario I)						85,10%	77,40%	77,40%	92,00%			86,70%
Total demais Bancos (Consolidado Bancario I)						27.315.599	5.943.670	273.539	9.414.764			1.435.428
Total Consolidado Bancario I (104 Instituicoes)						1.726.854.202	159.919.828	15.660.191	727.978.350			49.280.649
% de Participacao Consolidado Bancario I						86,40%	80,40%	78,80%	93,20%			89,30%

Fonte: Banco Central do Brasil

TD (Tipo de Documento): C - Conglomerado , I - Instituição Independente

TC (Tipo de Controle): 1 - Público Federal , 2 - Público Estadual , 3 - Privado Nacional , 4 - Privado Controle Estrangeiro , 5 - Privado Participação Estrangeira

Anexo 10 – 50 Maiores Bancos - Composição dos Ativos dos Bancos

Ranking	Instituições	Ativo Total	Disponibilidades	Aplicações Interfinanceiras	TVM e Instrumentos Derivativos	Relações Interfinanceiras	Relações Interdependências	Oper. Créd. e Arrend. Mercantil Total	Provisão	Outros Créditos	Outros Valores e Bens	Imobilizado	Permanente
ANO 2000													
1	BB	138.363.406	2.906.205	5.063.584	51.115.838	6.627.995	23.182	38.707.120	-2.694.172	31.930.967	419.538	590.021	3.673.127
2	CEF	126.080.241	328.058	3.284.726	9.353.878	32.310.278	44.265	56.362.867	-4.091.174	22.368.220	1.433.690	0	4.685.433
3	BRADESCO	83.448.796	1.314.383	2.308.005	21.914.943	5.060.761	112.653	32.597.435	-2.422.998	14.216.747	342.624	3.583.533	4.420.711
4	ITAU	65.439.168	1.550.049	8.724.772	15.769.321	4.343.480	22.370	19.050.126	-1.698.668	8.761.500	340.709	1.824.512	6.750.996
5	UNIBANCO	48.485.067	489.931	6.671.848	10.195.550	1.474.745	1.387.869	15.706.715	-1.121.916	6.908.435	215.716	2.052.517	4.503.658
6	BANESPA	29.360.872	468.325	647.475	16.336.396	1.178.602	7.889	4.957.043	-729.248	5.334.037	77.079	402.039	681.235
7	ABN AMRO	28.936.799	1.740.896	2.291.148	5.691.697	1.234.202	3.681	9.428.515	-575.838	4.290.236	69.261	2.383.317	2.379.684
8	SANTANDER BRASIL	25.179.166	976.584	1.059.235	11.620.946	333.088	2.910	4.933.549	-434.227	4.090.124	347.087	1.039.013	1.210.858
9	SAFRA	25.097.583	280.681	4.734.723	9.689.791	433.573	5.173	5.931.780	-237.014	1.768.434	42.068	1.758.875	689.499
10	HSBC	21.556.682	296.837	3.202.651	6.430.796	780.988	399	6.225.705	-336.924	3.433.366	96.802	443.672	982.388
11	NOSSA CAIXA	18.475.844	49.006	16.847	13.825.708	1.260.192	197	2.295.080	-259.280	963.069	38.761	0	286.263
12	BANKBOSTON	21.131.246	548.749	8.312.183	4.249.067	542.191	690	5.533.487	-126.551	1.396.925	30.009	332.693	311.802
13	CITIBANK	17.140.461	289.603	3.691.943	2.835.247	363.459	0	6.478.631	-247.204	3.190.758	6.784	339.555	191.684
14	BBA-CREDITANSTALT	13.523.479	2.845	822.718	5.559.840	2.539	0	4.414.983	-158.511	1.923.972	18.387	571.212	365.494
15	SUDAMERIS	15.413.641	107.925	2.589.541	3.600.717	443.240	28.363	5.030.457	-542.229	2.579.634	85.821	943.625	546.545
16	BILBAO VIZCAYA	10.104.302	102.473	1.071.638	4.727.555	178.060	0	2.306.944	-104.620	1.102.709	37.459	169.720	512.364
17	BNB	8.806.516	22.890	840.357	1.068.481	133.523	30.501	6.323.087	-991.842	1.207.735	7.092	0	164.693
ANO 2001													
1	BB	165.120.025	5.666.726	12.614.332	62.464.219	8.609.659	34.499	42.499.281	-2.201.729	30.786.045	273.145	661.516	3.712.331
2	CEF	101.330.651	476.450	4.823.752	42.632.383	26.942.812	91.676	19.660.935	-3.383.795	6.514.642	1.088.720	0	2.483.077
3	BRADESCO	95.074.011	3.037.163	3.866.989	24.757.006	5.142.139	176.188	37.977.179	-2.880.113	14.225.300	313.575	2.912.617	5.545.969
4	ITAU	78.637.442	1.884.774	10.069.403	14.952.605	5.022.034	34.568	24.307.654	-2.075.660	13.354.813	606.137	2.468.426	8.012.689
5	SANTANDER BANESPA	57.436.399	2.463.458	2.846.816	26.325.440	1.279.550	5.085	11.788.025	-1.016.019	10.189.746	501.362	941.108	2.111.828
6	UNIBANCO	51.753.738	933.912	4.454.053	12.662.833	1.602.720	4.526	20.657.005	-1.162.769	6.391.757	250.943	1.634.630	4.324.128
7	ABN AMRO	32.121.472	559.974	1.271.270	9.757.139	1.323.977	4.132	12.081.956	-898.491	4.468.262	78.768	1.043.583	2.430.903
8	SAFRA	30.335.748	2.324.565	2.335.121	11.985.599	413.116	8.833	7.390.566	-271.536	3.238.926	43.349	2.346.118	521.090
9	BANKBOSTON	25.766.153	469.337	8.083.398	4.764.836	489.669	431	8.735.116	-252.964	2.592.022	26.607	383.649	474.053
10	CITIBANK	22.243.072	418.778	2.983.309	4.376.194	976.816	0	8.020.283	-190.001	5.159.171	6.318	297.121	195.083
11	NOSSA CAIXA	22.167.216	59.094	80.199	16.329.143	1.628.870	64	2.945.562	-325.452	1.100.279	46.742	0	302.716
12	HSBC	22.430.293	921.449	2.826.492	6.410.667	926.627	10.948	6.242.622	-440.744	4.003.427	229.914	266.701	1.032.190
13	SUDAMERIS	18.923.108	144.795	1.757.976	6.023.403	423.073	2.859	6.078.696	-575.018	3.665.091	74.483	806.333	521.415
14	BBA-CREDITANSTALT	15.819.657	36.462	1.293.051	4.915.911	27.001	0	5.681.135	-112.458	3.320.333	32.070	245.964	380.189
15	VOTORANTIM	11.765.865	4.688	1.061.948	7.853.657	1.397	0	1.337.569	-37.617	1.329.075	41.939	151.748	21.460
16	BILBAO VIZCAYA	12.573.295	273.668	2.087.710	4.130.384	173.289	0	4.260.530	-126.903	996.943	25.461	206.554	545.659
17	BNB	10.463.496	18.301	2.539.557	2.794.374	110.213	2	6.256.615	-2.115.478	706.887	7.570	0	145.454
ANO 2002													
1	BB	204.594.608	11.582.061	17.764.121	70.942.757	18.177.517	270.189	54.686.972	-3.217.395	29.783.970	254.320	542.500	3.807.595
2	CEF	128.417.934	597.723	6.597.464	57.367.478	35.293.089	416.073	22.734.645	-3.091.736	5.106.681	911.443	0	2.485.075
3	BRADESCO	118.954.184	2.764.324	18.573.481	16.415.322	12.943.451	199.305	43.176.171	-3.542.362	18.156.976	673.743	2.573.432	7.020.340
4	ITAU	107.716.519	1.870.157	16.970.417	20.065.759	10.238.906	20.662	33.588.302	-3.260.520	17.809.637	934.074	2.131.547	7.347.579
5	UNIBANCO	70.902.473	1.002.753	15.705.949	15.417.846	4.077.901	14.107	21.615.767	-1.322.705	9.203.703	291.642	1.146.787	3.748.721
6	SANTANDER BANESPA	54.615.406	860.357	4.095.021	20.603.046	3.201.265	11.128	12.707.189	-957.255	11.046.127	512.764	569.281	1.966.482
7	ABN AMRO	36.427.993	1.028.577	353.519	8.583.453	3.545.067	10.196	14.969.638	-918.492	5.979.780	114.474	441.223	2.320.560
8	CITIBANK	28.251.075	1.168.272	3.669.716	8.382.769	1.069.502	0	7.352.265	-253.042	6.374.905	3.637	288.166	194.886
9	NOSSA CAIXA	28.612.651	83.033	3.525.541	17.404.450	2.928.347	53	3.565.110	-348.911	1.036.201	40.724	0	378.105
10	HSBC	24.753.874	1.521.230	2.823.131	5.657.454	2.264.596	1.137	7.485.049	-442.639	4.239.394	126.455	222.999	855.069
11	BANKBOSTON	24.372.706	327.920	7.557.852	4.023.993	1.424.124	7.842	8.341.279	-296.297	1.916.797	10.977	458.633	599.586
12	SAFRA	26.367.776	1.337.605	6.236.675	3.511.278	1.159.422	3.459	9.996.450	-404.365	1.479.108	38.976	2.448.089	561.079
13	VOTORANTIM	18.797.372	8.183	3.364.073	10.984.593	391.184	0	2.507.523	-75.246	1.395.888	103.158	87.935	30.081
14	SUDAMERIS	16.068.607	69.952	1.378.962	3.655.165	868.891	750	5.891.244	-489.761	3.548.807	70.785	548.219	525.594
15	BILBAO VIZCAYA	14.248.306	248.327	3.249.163	3.323.023	699.323	0	4.883.759	-133.864	1.249.562	7.599	225.003	496.412
16	BANRISUL	11.204.850	145.576	172.906	5.425.135	864.928	43.286	4.370.782	-746.684	619.113	14.370	114.300	181.138
ANO 2003													
1	BB	230.144.447	10.789.242	33.407.430	69.590.141	18.665.722	33.904	69.600.848	-3.996.879	27.308.723	232.560	385.309	4.127.448
2	CEF	150.495.476	565.212	4.931.161	77.525.952	36.447.106	189.342	25.268.263	-3.391.926	5.679.284	895.970	0	2.385.112
3	BRADESCO	147.163.871	2.380.285	31.706.605	24.483.518	14.013.222	514.934	46.013.670	-3.907.083	21.567.301	632.627	2.129.811	7.628.981
4	ITAU	109.959.314	2.111.193	20.779.054	18.650.708	8.453.950	12.398	33.778.522	-3.531.248	18.569.585	978.442	2.481.711	7.675.000
5	UNIBANCO	63.631.576	972.636	10.664.002	10.751.794	4.175.661	12.851	23.896.036	-1.426.790	9.535.008	375.135	875.187	3.800.057
6	ABN AMRO	54.452.380	1.207.389	1.067.959	13.124.140	4.810.587	1.457	23.123.888	-1.584.325	8.342.818	215.181	748.963	3.394.322
7	SANTANDER BANESPA	57.040.603	870.063	6.052.351	20.702.267	3.331.165	1.571	14.179.732	-861.064	9.591.589	503.383	344.039	2.325.507
8	SAFRA	34.020.656	2.922.365	4.584.911	7.466.522	1.321.278	4.528	11.837.145	-513.291	3.147.716	20.950	2.657.136	571.396
9	NOSSA CAIXA	27.535.458	86.390	1.639.029	17.678.365	3.023.100	29	3.806.532	-340.117	1.244.946	39.985	0	357.199
10	HSBC	26.265.205	532.591	2.420.261	5.054.124	2.608.771	1.086	11.434.602	-1.052.953	3.794.729	230.105	260.315	981.575
11	CITIBANK	20.352.465	878.791	2.538.308	5.427.938	650.781	0	5.632.497	-227.797	5.089.729	3.464	170.946	187.808
12	VOTORANTIM	24.963.457	15.559	8.072.767	11.104.056	526.530	0	4.196.322	-173.698	999.098	136.551	50.387	35.885
13	BANKBOSTON	19.457.776	273.443	6.688.700	1.924.689	1.094.558	3.090	6.951.964	-300.846	1.870.656	8.060	361.947	581.515
14	BNB	12.755.944	20.958	642.801	7.418.310	115.057	0	3.716.394	-593.042	1.282.920	7.527	0	145.019
15	BANRISUL	11.800.775	192.892	279.993	5.659.560	1.059.274	31.397	4.465.645	-706.337	446.784	20.082	96.042	255.441
ANO 2004													
1	BB	239.014.143	15.493.822	16.453.358	73.485.360	22.106.197	147.141	79.982.325	-5.138.815	31.198.188	227.740	537.315	4.521.512
2	CEF	147.786.559	700.557	4.249.985	72.833.870	34.194.135	145.447	28.979.080	-3.415.350	6.861.692	889.771	0	2.347.373
3	BRADESCO	148.207.637	2.597.682	22.346.721	24.911.445	16.087.265	147.537	55.903.023	-3.992.652	19.158.871	832.269	2.168.735	8.046.741
4	ITAU	123.443.368	1.911.738	19.114.653	16.534.251	10.862.164	16.095	38.136.311	-3.117.314	23.193.950	992.495	6.504.494	9.294.530
5	UNIBANCO	72.928.818	1.482.525	13.911.030	9.793.348	4.840.339	142.484	28.455.867	-1.678.255	10.617.793	382.338	989.562	3.991.787
6	SANTANDER BANESPA	66.548.096	888.543	7.384.367	23.779.983	3.863.562	340	18.845.520	-777.694	9.287.154	477.821	374.420	2.424.079
7	ABN AMRO	59.150.578	1.332.570	1.343.997	14.150.867	5.347.596	18.994	26.653.422	-1.309.873	7.550.553	204.515	989.009	2.868.929
8	SAFRA	40.841.868	3.592.716	3.613.048	10.695.658	1.208.529	3.676	14.347.931	-610.464	3.181.912	27.393	4.166.044	615.425
9	HSBC	34.374.797	614.815	2.662.073	8.443.665	3.502.999	5.102	14.560.362	-1.139.269	3.912.680	290.215	322.948	1.199.207
10	NOSSA CAIXA	31.251.866	110.387	316.179	21.157.742	3.661.564	371	4.770.846	-415.754	1.197.120	32.789	0	420.624
11	VOTORANTIM	36.586.675	19.749	12.719.541	14.434.166	722.334	0	7.039.826	-145.266	1.501.908	193.875	38.440	62.101
12	CITIBANK	21.957.104	736.947	2.396.179	6.354.002	798.139	0	6.281.084	-280.956	4.539.419	12.574	105.760	1.013.955
13	BANKBOSTON	21.414.563	732.299	5.479.146	2.956.618	1.059.790	11.265	7.306.035	-210.486	3.025.703	13.813	503.036	537.343
14	BNB	13.167.413	31.587	370.678	8.263.977	108.152	0	3.887.795	-355.928	703.237	4.853	0	153.063
15	BANRISUL	12.202.699	182.778	98.753	4.975.834	1.340.969	45.189	5.379.727	-758.018	598.477	14.660	78.677	245.652
ANO 2005													
1	BB	252.976.988	5.827.663	28.944.322	66.470.116	24.403.915	121.311	92.324.659	-6.363.519	35.159.598	508.562	788.181	4.792.180
2	CEF	188.677.661	935.710	9.738.005	93.460.508	39.235.293	108.955	37.195.376	-3.772.589	8.473.101	1.057.060	0	2.246.243
3	BRADESCO	165.760.079	3.300.061	25.006.158	16.428.190	16.922.165	173.202	73.012.779	-4.803.161	19.422.766	1.185.312	3.369.744	11.742.864
4	ITAU	146.041.753	2.057.840	22.543.806	17.942.899	13.661.684	19.246	46.654.611	-4.680.415	22.527.239	1.539.363	14.425.556	9.349.925
5	UNIBANCO	84.499.471	1.138.672	13.138.928	13.356.404	5.245.117	81.876	34.481.896	-2.081.757	12.699.760	615.273	1.164.800	4.658.501
6	SANTANDER BANESPA	85.015.023	1.591.383	10.266.870	28.566.294	4.399.408	1.349	25.233.834	-966.379	13.144.193	275.107	476.437	2.026.526
7	ABN AMRO	74.598.240	1.777.683	3.112.345	14.695.792	6.776.617	17.954	36.595.742	-1.731.400	9.122.906	334.298	1.420.421	2.475.882
8	SAFRA	51.356.407	1.523.400	8.626.440	13.836.921	1.454.618	3.057	16.497.900	-820.430	2.806.287	29.981	6.708.291	689.942
9	HSBC	47.523.816	1.369.069	6.995.540	11.337.038	3.974.507	980	17.865.030	-1.537.020	5.080.653	504.616	493.786	1.439.616
10	VOTORANTIM	46.068.088	26.244	12.723.308	17.418.366	1.095.348	0	11.879.711	-214.110	2.680.475	331.504	48.399	78.844
11	NOSSA CAIXA	33.418.818	224.433	658.831	20.937.118	4.197.128	90	5.983.628	-597.358	1.147.677	360.335	0	506.936
12	CITIBANK	25.137.032	553.264	2.006.990	8.115.113	941.573	0	6.730.384	-371.439	5.983.767	9.358	44.857	1.123.165
13	BANKBOSTON	22.659.457	875.835	5.650.246	3.269.681	1.114.161	13.663	7.904.076	-299.363	3.050.942	7.785	518.710	553.721
14	PACTUAL	20.819.390	23.898	519.228	18.510.952	16.437	0	199.795	-9.205	1.499.190	970	0	58.125
15	BANRISUL	14.214.186	234.456	738.527	5.606.424	1.727.782	20.613	5.724.272	-806.127	592.505	15.320	65.851	294.562
16	BNB	12.591.082	37.522	659.173	7.379.829	141.453	0	3.797.476	-329.405	729.573	5.411	0	170.050
ANO 2006													
1	BB	296.356.419	4.748.797	29.087.697	72.927.146	28.180.120	135.996	122.263.407	-8.394.562	40.663.032	950.661	1.198.495	4.595.630
2	BRADESCO	213.302.930	4.653.008	25.989.190	34.769.567	19.124.837	186.943	86.057.053	-6.466.132	25.077.537	1.577.185	5.334.156	16.999.586
3	CEF	209.532.835	1.715.323	16.865.765	93.680.526	43.490.607	73.399	45.688.652	-4.468.699	9.106.219	972.800	0	2.408.244
4	ITAU	205.156.179	3.362.723	30.541.528	27.239.407	15.520.599	35.142	60.713.288	-6.652.928	33.043.626	1.497.999	26.762.897	13.091.897
5	ABN AMRO	119.160.302	1.835.391	9.043.275	20.972.941	8.252.672	8.853	45.902.120	-2.490.327	29.611.946	1.012.851	2.826.677	2.183.905
6	SANTANDER BANESPA	102.125.938	1.177.786	5.309.341	39.513.364	4.807.250	2.009	34.149.861	-1.559.670	15.474.778	759.487	457.438	2.034.293
7	UNIBANCO	97.785.134	1.275.386	19.412.677	11.858.994	5.298.654	42.481	39.424.838	-2.750.243	13.448.408	1.130.742	2.731.958	5.911.241
8	SAFRA	61.820.338	253.977	2.258.658	26.062.845	1.883.979	5.662	20.634.171	-854.348	2.965.024	48.717	7.802.190	759.463
9	HSBC	58.265.728	913.447	9.184.379	11.909.364	5.194.645	1.070	21.641.229	-1.534.680	7.248.313	823.530	1.084.946	1.799.485
10	VOTORANTIM	56.707.483	55.240	19.429.389	17.161.922	1.438.828	0	16.428.331	-423.326	1.945.976	506.213	62.324	102.586
11	NOSSA CAIXA	39.319.392	411.103	306.138	25.371.568	4.815.924	140	7.063.766	-770.990	1.266.965	340.488	0	514.291
12	CITIBANK	30.755.195	750.327	2.982.107	10.261.227	1.027.694	0	7.206.091	-568.451	8.320.419	63.543	-8.039	720.278
13	UBS PACTUAL	20.260.656	48.332	5.483.483	10.905.800	50.069	0	728.451	-10.455	2.879.552	485	0	174.938
14	BANRISUL	15.697.307	261.756	2.576.180	4.534.076	2.073.136	36.386	6.035.730	-817.576	599.573	18.450	63.988	315.609

Fonte: Banco Central do Brasil